

Ítalo Campos

AVENIDA ARAGUAIA, RIO DE MEMÓRIA

Itancy F. Campos

Ítalo Campos &
Itancy F. Campos

A V E N I D A

A R A

G U A I A

RIO DE MEMÓRIA

Arte da Cura

DE QUE a memória é “amar o perdido”, na bela definição de Carlos Drummond de Andrade, não haverá talvez melhor comprovação do que este *Avenida Araguaia, Rio de Memória*. Pois é certamente amor o que exala destas páginas em que os irmãos Ítalo e Itaney Campos recolheram (ou inventaram) suas lembranças de um tempo outro, de um mundo ora extinto. Lutando contra seu total esquecimento, registraram aqui os nomes, as histórias, os costumes – e também, e sobretudo, as alegrias e as dores – seus e daqueles e daquelas com quem conviveram em sua pequena Uruaçu, nos idos dos anos 1950 e 1960. São os avós e bisavós, pai e mãe, irmãos e irmãs, tias e tios, primos e primas, mas também vizinhos e vizinhas, conhecidos e conhecidas, que povoavam o universo particular desta que não era uma cidadezinha qualquer – nunca o é a nossa cidade natal. E ainda que andasse ao compasso do carro de boi, a vida ali não ia devagar, sempre idêntica a si mesma.

Aceito o convite dos irmãos para navegar por este rio, advirto os leitores e leitoras de que logo se descobrirão em uma viagem em que à placidez das águas calmas se misturam surpresas e sobressaltos, ansiedade, temor e pena, compaixão e indignação. A Avenida Araguaia não guardava apenas a tranquilidade da vida no interior, mas também uma vizinha louca, que jogou nos passantes algo bem mais desagra-



A V E N I D A

A R A —

G U A I A

R I O D E M E M Ó R I A

Copyright © 2021 by Ítalo Campos & Itaney F. Campos

CAPA E TIPOGRAFIA: Ana Laura Campos Vollmer

EDITORAÇÃO: Adriana Almeida

REVISÃO: Jéssica Lopes; Herbert Farias e Rita de Cássia Maia

IMPRESSÃO: Psi7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Responsável: Filipe Reis – Crb 1/3388)

Campos, Itaney Francisco.

C198s Sobrepartilha da tarde : textos recolhidos / Itaney Francisco Campos. – Goiânia : [s.n.], 2020.

222 p.: 14 × 21 cm

ISBN 978-65-87737-04-1

1. Ensaio. I. Título.

CDU: 82-4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS — É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal Brasileiro.

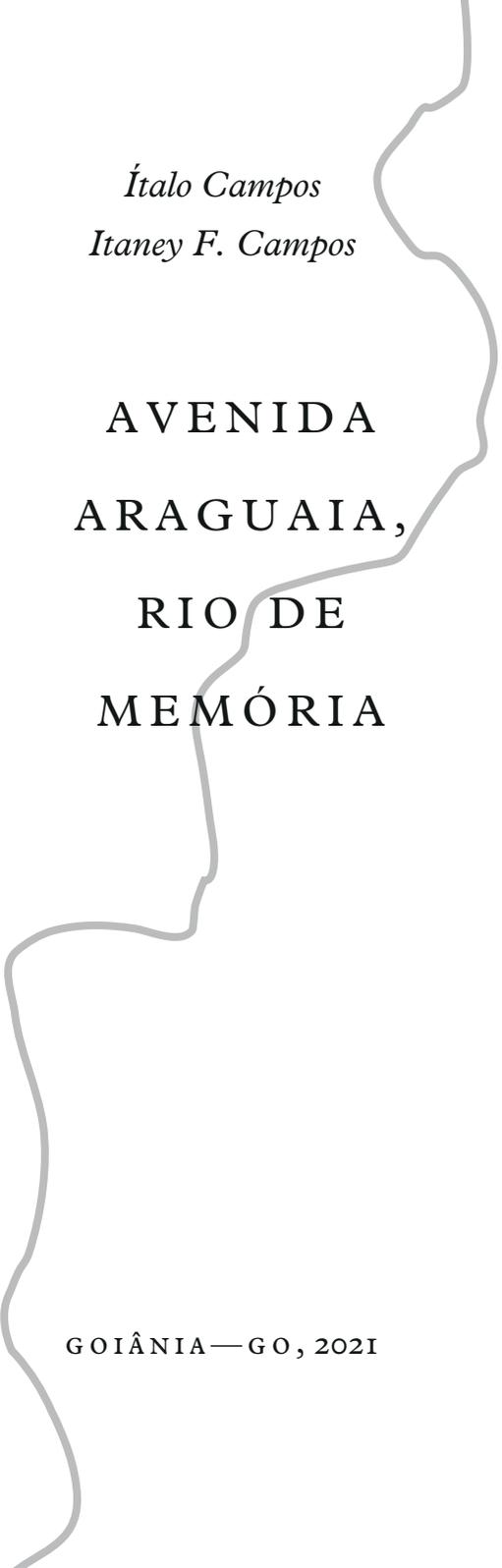
IMPRESSO NO BRASIL

Printed in Brazil 2021

Contatos com os autores:

ifcampos@hotmail.com

itaneycampos@googlemail.com



Ítalo Campos
Itaney F. Campos

AVENIDA
ARAGUAIA,
RIO DE
MEMÓRIA

GOIÂNIA—GO, 2021

Nossos agradecimentos aos irmãos e primos,
que colaboraram para reavivar nossa memória.

Agradecemos também aos conterrâneos
Edson Galvão, Baltazar Cardoso, Mariano Peres
e *Benedito Martins Carvalho (Dito)*,
pelas sugestões e informações.

Agradecemos as atenciosas leituras e comentários
dos escritores *Lêda Selma de Alencar, Edival Lourenço,*
Raquel Campos e Rita de Cássia Maia.

Somos gratos também a *Fernanda Christina Dantas*
e *Jordana Cintia L. Campos*, eficientes secretárias,
pelo auxílio na formatação dos textos e criação dos
arquivos.

Ítalo Campos —————

PREFÁCIO: Nos compartimentos da saudade

por Lêda Selma ————— II

1. A sabedoria da mula	23
2. A missa do galo	28
3. A louca da Avenida Araguaia	32
4. Confissão	39
5. No dia em que Tônico casou	46
6. O carro de boi	48
7. O catecismo	50
8. O caso da bicicleta	55
9. O leão está solto	58
10. O preço da culpa	64
11. Avenida Araguaia: o caminho real	69
12. Roda de conversa	77
13. Um cupido passeia pela Avenida Araguaia	85
14. O último baile da Avenida Araguaia	95
15. Os jegues	104
16. Moleque líquido	108
17. Zezinho Ponce, homem e personagem	III
18. Novos moradores	120

Itaney F. Campos —————

1. Devoção e esquecimento	129
2. Sant'Ana: uma cidadezinha do sertão	135
3. O memorialista Filomeno Luiz França e as origens de Uruaçu	139
4. A nossa gente humilde	142
5. Passeio à Tapera	145
6. Uma história de amor	149
7. A cidade de Ana	155
8. Retrato de mãe	158
9. Reminiscências de uma infância quase feliz	160
10. Pobres e dignos	165
11. Os gibis e os cristais	170
12. Rádio, micos, ratos e vagalumes	176
13. Zequinha, sua gaita e as oligarquias goianas	180
14. O diabo não é tão feio	188
15. Folguedos, jogos e perigos da infância	196
16. Rumo à romaria de Guarinos	201
17. Caminhos de um poeta	208
18. Meu primeiro crime	215

Nos compartimentos da saudade

Lêda Selma

*Escrever é a arte da libertação,
é o ato de dar voz à palavra
para que ela sobreviva ao tempo.*

NESTE tempo de pandemia, em que a Covid-19 multiplica-se em fantasmas, em *foices* empunhadas, que dizimam famílias, assombram a humanidade, deixam o mundo de joelhos e a fé ergue, aos céus, súplicas em mãos postas, os irmãos Campos – Ítalo e Itaney –, escritores acadêmicos e talentosos, acharam um jeito de espanejar a pasmaceira provocada pelo isolamento, forçosamente consentido, porém, deveras indesejado, e abriram suas arcas. Arcas onde se amotinavam lembranças, saudades, infâncias e adolescências, reminiscências já com humores de mofo produzido pelo tempo, mas vivas na emoção e na memória dos irmãos. Assim, desativaram a quietude do passado e instigaram o presente a acolhê-lo. Acordaram os protagonistas e coadjuvantes, deram-lhes um trato e atçaram momentos marcantes, inesquecíveis, para uma reapresentação, décadas depois. Afinal, se não é possível revivê-los, por que não os recriar? O palco, o leito de um livro. As cortinas, suas folhas movediças, abrindo-se a cada cena. As peças, recortes das peculiaridades, costumes, tradições, superstições, religiosidade, riquezas culturais de uma cidade do interior goiano. Muitos, os

personagens. Pessoas (familiares, amigos, vizinhos, forasteiros...), animais, fazendas, ruas, rios, circos, festas, missa do galo, vidas... Todos, personagens com papéis importantes na trajetória de tempos idos que sobreviveram ao esquecimento e à ingratidão, pelas mãos dos autores.

À medida que desbravava os esconsos de *Avenida Araguaia, Rio de memória*, lembrava-me de Liev Tolstói, escritor russo, e de Lawrence Durrell, escritor e dramaturgo britânico. O primeiro, por ter afirmado: “Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”. O segundo: “Um bom escritor não precisa de biografias. Toda a sua história está em suas obras”. Pois é, em todos os cantos e recantos deste livro, o amor e devoção à cidade natal, e a tudo o que a envolve, e o DNA de Ítalo e de Itaney ficaram à mercê da avidez do meu olhar curioso. Demais tocante, o carinho dos dois, dedicado a Uruaçu (em seus primórdios de povoado e distrito, Sant’Ana e Sant’Ana do Bom Sucesso; depois, já município, Uruassu e, hoje, Uruaçu).

Avenida Araguaia, Rio de memória, de Ítalo Campos

A primeira parte desta obra, lavrada pelo Ítalo Campos, também, psicanalista renomado em Vitória/ES, expõe uma simplicidade impressionante em seu estilo. As narrativas fluem com a naturalidade e alegria da criança encantada com um brinquedo. Ítalo esbanja vontade de escrever, de escarafunchar o que o marcou na infância e adolescência, de forma descontraída, comprometida, apenas, com o prazer de

desalojar, do passado, suas vivências e trazê-las para o hoje, ora justificando algumas peraltices, ora redimindo-se dos pecados que os valores da época lhe impingiam, ora vangloriando-se dos malfeitos, maximizando, ou minimizando infrações, sempre num tom divertido, às vezes irônico, por outras, crítico. Uma escrita solta, livre, despreziosa, sem adereços estilísticos inúteis, com tramas de fácil e deleitosa leitura. O autor desengaveta lembranças e diverte-se ao dar-lhes vida, ao recontar as próprias façanhas e a dos companheiros de aventuras. Já no primeiro texto, *A sabedoria da mula*, demonstra seu gosto pela liberdade, pelo contato com a natureza, com os animais, com os prazeres desfrutados na fazenda do avô, *seu* Afonso, também conhecido pelo apelido de Fonso. Uma figura singular, amante da leitura, tanto de livros, quanto de jornais, assíduo ouvinte do rádio, fontes em que se instruía por meio das notícias. Comentava com os netos, quando o visitavam, as crônicas e artigos ligados à cultura, extraídos dos jornais e das audições radiofônicas, guardados especialmente para essa finalidade. Em destaque, sempre, a admiração que nutria pelo avô. No texto em foco, Ítalo conta de seu primeiro fracasso financeiro, no auge da infância, e da frustração do primo, Emival, um pouco mais velho, ao tentar subjugar a mula, de nome Rosa, xodó do avô. Os dois irmãos programaram montar na tal mula, o que caracterizaria um ato de desobediência, alertados que foram sobre o espírito de animosidade da Rosa. Bem, só adiantarei que houve um baita tombo e um brio infantil arranhado. E, para aguçar-lhe, mais ainda, o desejo de embrenhar-se nas histórias de Ítalo, caro leitor, confesso-lhe que me diverti muito com *O moleque líquido*; fiquei penalizada em *O preço da culpa*; impressionada

com a rigidez do pai de Gilberto, menino dado às aprontações e “metido a Fittipaldi”, em *Novos Moradores*; sensibilizada com *A louca da Avenida Araguaia*, melancólica, com *O último baile...*

Ítalo, brincalhão, trocadilhista, gente grande, que nunca se separou daquela criança, deixada lá nos recônditos de sua feliz e traquina meninice, está sempre de bem com a vida, com seu jeito irreverente e descomplicado constantemente à mostra. Daí, a alegria e leveza que mesclam sua produção literária. É com textos de tão boa safra, que ele nos presenteia.

Um presente em dose dupla, este livro, pois foi, carinhosamente, concebido em coautoria. Dois irmãos, que sempre valorizaram a história de sua cidade e de seus personagens, bem como a trajetória da própria família, decidiram imortalizar fatos históricos, corriqueiros, picarescos, passagens tristes, divertidas, pitorescas, enfim, as memórias do passado. Cada um a seu modo. Ítalo, mais brincalhão. Itaney, mais contido, em tom com nuances de certa melancolia.

Avenida Araguaia, Rio de memória,
de Itaney F. Campos

“Os livros são feitos com a carne e o sangue daqueles que os escrevem”, diz, com propriedade e razão, Rubem Alves. E é isso que demonstra Itaney Campos, escritor de nomeada, em cada obra. Entrega sua inteireza à arte da escritura, como se escrever fosse uma necessidade imprescindível, fizesse parte de seu processo respiratório, do ato de viver, de fortificar a rotina de sua paixão: a literatura. Tão importante quanto a

água, ou o alimento, a polissemia das palavras é o tônus de sua estrutura criativa. Estilo realçado em imagens poéticas, figuras de linguagem na medida ideal, Itaney dá polimento e personalidade às palavras, traqueja-as com acuro na produção de textos, quer na poesia, quer na prosa. As narrativas parecem colocar o leitor ao seu lado, numa conjunção de sensações, vibrando ou sofrendo a cada partilha.

Em *Reminiscências de uma infância (quase) feliz*, Itaney afirma que “são vagas, meio difusas”, suas lembranças, porém, marcadas pela luminosidade “da alegria, do encantamento”. “Vagas e difusas”, não as reputo. Mas é perceptível, logo à primeira vista, a luz ejetada daquela alegria, daquele encantamento infantil que ainda pulula em seus contos e crônicas. Uma luz vinda também do fogão a lenha, da lamparina, do lampião, luz que energizava a convivência da família, as descobertas e traquinagens da meninada do Dr. Cristovam e da dona Selenita (batizada, Hilda, e carinhosamente chamada, pela família, de Nenzinha). Itaney, como todo escritor que se preze, resgata cada lembrança com o olhar fincado nas minúcias resistentes à senilidade do tempo, atendo-se a cada detalhe dos acontecimentos da época, como se ocorridos há pouco, e, quase sempre, com um rasgo de nostalgia.

Em muitas narrativas, dividi com o autor, como se presente estivesse, alegrias infantis (*Folguedos, jogos e perigos da infância*), indignação (*Devoção e esquecimento*), desfechos felizes (*A nossa gente humilde*), conhecimento (*O memorialista Filomeno Luiz França e as origens de Uruaçu*), encantamento (*A cidade de Ana*), emoção (*Pobres e dignos*) e assim por diante.

Itaney induz o leitor a participar do enredo. Só para efeito de ilustração, o conto *Os gibis e os cristais* provocou-me, de

modo surpreendente, uma expectativa sofrida, pois minha interação com a narrativa, sobre certa peraltice do autor, foi tamanha, que uma taquicardia inesperada marcou os passos de minha aflição. Escrevi, logo em seguida, a Itaney: – Nossa, meu coração ainda está disparado! Quando percebi que você subiria no móvel para procurar os gibis, minha aflição gritou, “*ai, meu Deus, acode esse menino!*”. Queria dizer-lhe para desistir da empreitada, puxá-lo para baixo, segurar o móvel, esgoelar por socorro! Cruzes, que sufoco! A iminência de ver parte do sonho de sua mãe estilhaçada no chão, que tristeza! E até sofri por você ao imaginar o ‘daqui a pouco’, e suas consequências, quando dona Selenita voltasse e se deparasse com aquele caos... Outro texto, *Meu primeiro crime*, impactou-me a partir do título. Que crime o menino Itaney teria cometido? Para acalmar minha ansiedade, pensei: por certo, algo fantástico, infração a alguma regra de obediência, ou um pecado daqueles inventados pelos adultos. Precisava saber qual a natureza do crime. A curiosidade levou-me, de pronto, à leitura dinâmica. Sanado o mistério, reli atentamente a narrativa, marcada por descrições minuciosas, e pude avaliar a inocência de uma criança, em todos os sentidos, desde sua visão da nobreza do ofício de padeiro, à sacralidade do pão, ligado ao rito de distribuí-lo, nos moldes de Jesus. No meio desse emaranhado de sensações, o crime. E a ambiguidade semântica do título – proposital ou casual? – um genuíno chamariz para atizar a leitura. Seu primeiro crime, hem?! Pois sim, Itaney!

Ítalo e Itaney resgataram um tempo de inocência, de infância verdadeira e pujante, dos brinquedos que igualavam todos, da adolescência sem assombros, dos amores fátuos, amizades sólidas, liberdade sem medo. Recordaram, em narrativas leves, ou mesmo densas, a vida interiorana que

misturava pobres e ricos, pessoas simples e nem tanto, mas que entendiam o que era solidariedade, que se interagiam nas devoções, nos festejos, que aquilatavam os valores e a importância dos amigos e vizinhos a peso de ouro. Tempo em que o tempo tinha tempo de reunir pessoas para um bate-papo, em que a simplicidade saía e entrava em qualquer lugar, tempo das crenças e da aceitação inquestionável dos desígnios de Deus, por acomodação, ignorância ou conformação. A fé, talvez, a única resposta.

Saúdo a chegada de *Avenida Araguaia, um rio de memória*. Araguaia (ara, altar; guaia, lamento), avenida que incorporou a vida de uma comunidade, no vaivém de sua história. Araguaia, rio de beleza majestosa que corre nas veias do orgulho goiano. Araguaia, avenida que alcovitou ilusões, acolheu amores, testemunhou dramas, aplaudiu conquistas, lamentou decadências... Avenida que carrega um rio no peito. E um arquivo de lembranças. Avenida-rio que lavou sangue, enlevou sonhos, banhou feridas, capturou e imortalizou saudades.

LÊDA SELMA é poetisa, cronista, contista, ativista cultural. Ocupante da Cadeira nº 14 foi, por dois mandatos, presidente da Academia Goiana de Letras. Vencedora do Troféu Jaburu no ano de 2020. É autora de 17 livros.

Ítalo Campos —————



Tudo que eu não invento é falso.

Manoel de Barros

Muita coisa importante falta nome...

Guimarães Rosa

*...toda criança brincando se comporta como um poeta
[...].*

*O poeta faz algo semelhante à criança que brinca; ele
cria um mundo de fantasia...*

Sigmund Freud

Dedico ao meu pai, *Cristovam*,
e à minha mãe, *Selenita*

(in memoriam).

Dedico também a

Rita de Cássia Maia,

aos meus filhos e sete netos.

I.

A sabedoria da mula

Nosso avô Fonso, Afonso Francisco de Carvalho, morava na Tapera (Fazenda Conceição), indo pela estrada para Niquelândia a três, quatro quilômetros, da Rua Araguaia. Vovô veio de Niquelândia em 1915, na segunda leva da família Fernandes, para a Fazenda Machambombo, no início do povoado de Sant'Ana. Preferiu ficar um pouco mais afastado, constituindo com outros parentes, um pequeno núcleo fora do povoado. Filho do capitão Manuel Epiphânio de Carvalho, irmão do coronel Gaspar, vovô tinha sete irmãos e todos vieram construir a nossa, hoje, Uruaçu.

De personalidade calma, reflexiva, curioso com assuntos nacionais e internacionais, era um fiel ouvinte de rádio e leitor de livros e jornais. Lembro-me do jornal que chegava a Uruaçu dez, doze dias depois de publicado no Rio de Janeiro. Se a maioria das notícias já era de conhecimento pelo rádio, as sessões de artigos, crônicas, notícias culturais eram valorizadas e comentadas nos finais de semana, quando nós o visitávamos. Getúlio, Juscelino Kubitschek, Khrushchov, Kennedy, Roosevelt eram nomes familiares aos nossos ouvidos de criança, no sotaque caipira, cheio de vida e entusiasmo, com que ele os pronunciava. Jânio e Jango também, a política nacional e o cenário mundial da Guerra Fria eram assuntos correntes. O Jânio, da UDN, o da vassourinha, não era o preferido dele e nem da família. Nós carregávamos a espada do

candidato a presidente general Teixeira Lott, do PSD. O Jango era conhecido, pois logo depois de eleito, adquiriu uma fazenda bem pertinho da cidade. O amor à política é traço estrutural da família. Joaquim Fernandes de Carvalho fora deputado federal em 1890, ainda no Império, e deputado constituinte para a elaboração da Constituição republicana da província de Goyaz, em 1891, sendo depois segundo vice-presidente do estado e secretário da Fazenda até 1894.

Pequeno fazendeiro, vovô mantinha um parco rebanho de gado, cultivava uma roça de sustento, um grande quintal com chiqueiro, galinhas, bananeiras, árvores frutíferas e alguns pés de café. O abate de uma vaca, de um porco, era compartilhado com papai e seus outros filhos, Diva, Carolina, Olímpia e tia Dica (Leonídia), com senso de justiça e equilíbrio. Lembro-me, eu era bem pequeno, quando ele me doou um bezerro, que permaneceu na Tapera aos seus cuidados e me era apresentado nas nossas visitas semanais. O bezerro crescia e engordava e, para evitar mais trabalho e despesas, papai sugeriu que eu o vendesse para o próprio doador e depositasse o dinheiro na poupança no Banco do Brasil, recém-inaugurado. Na mesma ocasião, vovô doou um lote para cada uma das minhas irmãs, Sônia e Selma. Mais tarde, alguns tantos anos, quis retirar a minha suposta fortuna que ficara rendendo na poupança bancária. Foi a minha primeira grande frustração e decepção com o modelo econômico nacional. O valor da minha vaca agora não dava para comprar mais do que dois quilos de carne. Enquanto isso, os lotes das meninas continuavam lá, valiam agora duas ou três vacas. Foi uma lição fracassada de investimento, cujo débito depusitei esbravejando na conta e nos ouvidos do meu pai.

Mas, voltando a vovô. Ele vinha à “rua” duas ou três vezes por semana. Acho que dividia suas visitas entre tia Diva e papai, que moravam na Rua Araguaia e, em outro dia, visitava tia Dica e tia Carolina, cujo apelido era Calú, na parte baixa da cidade. Vinha, quase sempre, trazendo produtos da fazenda como leite, queijo, às vezes carnes e outros agrados ou encomendados, sob pagamentos. De pouca estatura e peso, olhos vivos e espertos, vovô vinha sempre com sua mula chamada Rosa. Muito curiosa era a forma do trato com os animais, eles eram, um pouco, como se fossem humanos. Seria isso o chamado antropomorfismo? Parecendo fazer parte do mesmo mundo, a boa mula Rosa também reconhecia e obedecia fielmente ao dono. Nas viagens para a “rua” ela vinha sempre carregada. Na porta da casa de tio Zezinho e da tia Diva, havia, debaixo de uma árvore, um jirau próprio para amarrar os animais. Vovô chegava e em solidariedade com o animal, para o seu conforto e descanso, afrouxava os arreios e nos alertava para não brincar perto da mula, pois ela não era de fácil amizade. Um dia nossa curiosidade e obediência não resistiram. Emival e eu decidimos dar uma volta montados na Rosa. Tínhamos tempo, pois ele acabara de chegar e teríamos por volta de 40 minutos para uma demonstração de perícia de cavaleiro aos meninos e meninas da vizinhança. Emival, na condição de mais velho, requereu o privilégio de montar primeiro. Juntos, ajeitamos a manta na sela, o baixeiro, uma peça que fica logo abaixo do arreio, e Emival apertou a barrigueira, que firma a sela no animal. Afrouxou e apertou novamente, mais forte, assegurando-se. Montado, virou-se em direção à casa de seu Vicente, aquele vizinho que tinha as filhas bonitas. Lá vai garboso e, aproximando-se da casa, resolve apressar a

mula, que parecia não gostar de tal passeio, dada a lentidão aparentemente proposital com que avançava. Com a decisão de quem conhece a lida na roça, mesmo sem espora, de botina, Emival cutucava o “vazio” do animal, o bucho dele, que na segunda estocada já começou uma corrida desembestada, para surpresa do cavaleiro e minha, e eu caminhava tentando acompanhar. Daí em diante a mula teve o absoluto domínio da situação. O *cowboy* improvisado puxava o cabresto e a mula balançava a cabeça para não ceder ao freio imposto. Daí a pouco se via Emival balançando desequilibrado sobre a sela, os pés já não se ajeitavam nos estribos, o cabelinho fino espantava o ar. Daí a não mais que alguns segundos, a sela virou, Emival caiu sobre um cascalho logo após a passagem de um rego, um filão de água, no cruzamento da Araguaia com a Rio Grande do Norte. A mula, dispensada do atrevido não convidado, parou logo que se viu livre e retornou lentamente para sorver a água que o filão d’água oferecia. Amarelo como caju, Emival se levantou, limpou a poeira, passou a mão pelo joelho e pulso arranhados, e caminhou de volta, ao mesmo tempo em que eu e mais dois adultos nos aproximamos. Ele, sem conseguir estabelecer diálogo, morto de susto e vergonha, me disse apenas isso: “Caí.” Sem assunto, falou o que todos haviam visto. Nada respondi. No mesmo instante adiei o meu desejo de dar uma volta na mula do vovô. Alguém conduziu Rosa, puxando-a pelo cabresto, ao ponto de volta, na boa sombra contumaz do *flamboyant* de um lado e de um pé de laranja, a pouca distância, do outro. Rosa. Rosa, tão belo nome vovô deu ao animal que quase o transformou em gente sabida.

Ajeitamos no lugar, o melhor que pudemos, os arreios. Vovô foi-se sem que de nada soubesse. Na semana seguinte, na nova visita, agora na nossa casa, alguém, por nome Sônia, aquela que tinha ganho o lote, contou a epopeia. Ele, vovô, de fato, não sabia e nem pareceu surpreso ou contrariado. Em seguida comentou algo, como se fosse dirigido a mim: “A Rosa conhece quem monta, parece até inteligente. Quando um estranho vai ajeitar o arreo ela estica a barriga, a montaria parece firme e daí a pouco o indesejado está no chão.”

Emival encerrou aí sua possível, mas improvável carreira de fazendeiro e foi ser médico e pescador no Pantanal do Mato Grosso, bem longe da Tapera e da mula.

2.

A missa do galo

Ao contar esta história é inevitável lembrar também do conto do gênio da literatura brasileira e um dos maiores escritores mundiais, o Machado de Assis (1839–1908). Qualquer coisa que ele escreve é profunda e nos ensina sobre a psicologia e a alma humana. Um dos contos de Machado tem o mesmo nome: A Missa do Galo. Neste conto, curto e intenso, um narrador relata o que aconteceu enquanto ele esperava (e esqueceu) ser chamado por um amigo para ir à Missa do Galo.

Na nossa tão querida e pequena Uruaçu, nos tempos da Rua Araguaia, a noite de réveillon era daquelas das mais esperadas, como o eram a noite de São João e a noite de Natal. Cada uma com suas características, seus festejos, seus motivos e decoração.

Havia nestes dias e noites, por causa dos preparativos, das expectativas, um ar diferente pela casa e pela rua. Uma certa excitação que, em nós crianças e pré-adolescentes, se expressava em agitação física, em risadas estridentes por qualquer motivo. A noite seria bem mais longa. Nós, a criançada, correria pela casa e quintal atrapalhando os preparativos da noite em que se jantava mais tarde, jantar que tinha o apropriado nome de ceia, Ceia de Passagem de Ano. Nesta teríamos o sempre frequente frango, agora assado, e outras iguarias e doces que não tínhamos no cotidiano e nos reuníamos na porta da rua com alguns vizinhos e parentes para aguardarmos a

hora da Missa do Galo. Era tão bom e inusitado ficarmos todos acordados até a meia-noite.

Todo esse clima de agitação entre nós, os menores, tinha também outra razão: os fogos e os tiros. Soltar fogos, bombas, traques, fazia parte obrigatória da noite, como as fogueiras na noite de São João. No 31 de dezembro, em pleno verão, alguns vizinhos soltavam fogos, mas a maioria dos moradores da cidade atiravam para cima, em geral, de revólver, para comemorar o ano findo e abraçar o Novo Ano. Na nossa rua o tio Zezinho que, frequentemente, andava armado, e mais dois ou três moradores, comemoraram com tiros de revólver a passagem do ano. O padrinho Tônico, vizinho, ferreiro e consertador de armas, de vez em quando também as usava desta mesma maneira para demonstrar a sua alegria. Foi aí que a coisa aconteceu.

Ivaldo era um pouco mais velho do que eu. Os pais, comerciantes em Itapaci, o trouxeram para morar na casa do seu tio Tônico para fazer o curso ginásial. Mais velho, inicialmente mais tímido e contido, foi, com o passar dos dias, se tornando bem arteiro. Ele tinha atrasado suas férias por ter que fazer segunda época de duas matérias malconduzidas durante o ano, por isso continuava na cidade no mês de férias escolares. Ele chorava só de pensar na possibilidade de “tomar bomba”, pois o pai, Zequinha, segundo ele, era muito bravo. Levava uma grande surra e castigo por todo o período de férias. Ele fizera as provas e avaliava que tinha se saído muito bem.

Foi ele, ou fui eu, quem teve a ideia de, nessa noite de final de ano, participarmos mais ativamente do comemorativo barulho da madrugada. Como homens grandes! Arquetetamos o plano infalível de invadir a oficina cheia de armas do tio, que

era também meu padrinho e surrupiarmos uma das espingardas que ficavam, aos montes, acomodadas em pé num canto da oficina. De dia, como de costume, ficávamos dentro da oficina de conversa fiada com Tônico que contava potocas desveladas e histórias inverossímeis, assustadoras para nossa plateia infantil. Os maiores ficavam reforçando sadicamente o medo que os meninos menores experimentavam com as histórias do ferreiro. Nesta tarde especial, no dia 31, Ivaldo e eu, fizemos uma visita de inspeção para planejarmos com ciência e astúcia, o furto momentâneo que iríamos fazer. A minha tarefa à tarde seria, enquanto o Ivaldo distraía o padrinho Tônico, era pegar uma lata de goiabada sem tampa e algumas espoletas para a espingarda de dois canos. A arma já havíamos escolhido apenas com olhares discretos e mal-intencionados enquanto lá estávamos. Surrupiei, sem muito cuidado e seleção, um punhado de espoletas e as coloquei no bolso. À noite, em torno de oito horas, Ivaldo abriu facilmente a janela de madeira, que tinha espaço suficiente para movimentar a trameia com um pequeno ferrinho que catamos na mesma oficina. Guardamos o fruto do ousado furto ao pé da parreira que tinha de parrelha com a oficina. Durante a tarde só pensávamos nessa epopeia e repassávamos o plano.

À noite, por volta das oito, nove horas, todos da família se colocaram na porta de casa, para ouvir melhor os tiros e os poucos fogos. Naturalmente, os vizinhos se aproximaram e comentavam, num teste de adivinhação, de onde eles provinham. Os de ouvido apurado discriminavam a arma usada e seu calibre e, como todos ali se conheciam, quem era o proprietário. As crianças permaneciam ali, orientadas a não se afastarem muito. De repente surgiu, vindo do quintal,

passando pelo portão da minha casa que dá acesso à rua, os dois com ares de cowboys, ele, Ivaldo com a arma, eu com as mãos no bolso apertando as espoletas. Mal atravessamos o portão fomos vistos pela turma de meninos que alertou os adultos, inclusive, o Tônico que estava ali reunido no pequeno grupo familiar. Temendo ser interceptado por algum adulto e observando um pequeno vacilo do Ivaldo tomei-lhe a arma e, resoluto, caminhei para o meio da rua certo de que concretizaria nosso plano. Puxei os cães, eram dois, da espingarda, coloquei as espoletas aponte para alto apertei os dois gatilhos e *ploc...ploc*, as espoletas não explodiram. Recarreguei rapidamente a arma enquanto algumas espoletas se esparramaram no chão. Gritando, papai, mamãe, Tônico e dona Alice, tia do Ivaldo, se aproximaram ameaçadoramente exigindo a arma e já quase puxando as nossas orelhas. A do Ivaldo sim, ficou vermelha, já que ele foi puxado por ela até a sua casa. Tônico era brincalhão, mas também era muito bravo. Eu levei uma bronca forte e recomendações sobre o perigo das armas. Por isso fiquei preso de castigo no meu quarto em casa sem poder ir à festiva Missa do Galo. Não dormi bem naquela noite e ainda tive que ouvir o galo cantar no quintal.

3.

A louca da Avenida Araguaia

Quando a dona Maria ficou louca, toda a Rua Araguaia também ficou. Eram 7 horas. A rua, de oito casas de um lado e 12 de outro, era paralela à rua principal. Tranquila, como de resto, toda a cidade. Barulho ali se ouvia quando o sol, se pondo, causava a revoada das araras que vinham pousar nos cajueiros, mangueiras e goiabeiras, abundantes nos quintais. Sanhaços e andorinhas faziam pouso nos fios de energia elétrica que percorriam o meio da rua e se conectavam com as casas, como espinhas de peixes. Tantos fios, tantas aves.

A penúltima casa, do lado esquerdo de quem descia a rua rumo a um filete d'água, que escorria no final, era a casa de dona Maria e seus dois filhos, Amadeu e Matheus. Casinha simples, pequena, com dois quartos, sala e cozinha com fogão a lenha. Quintal grande. Mudaram para aquela casa quando os filhos tinham dois e quatro anos, sem o marido, que havia morrido. Ela nunca saía de casa, não participava das festas comemoradas na rua, como a de São João, não colocava na janela vela acesa no Dia de Santa Luzia, não ia à igreja. Seus filhos eram criados soltos, brincavam na casa dos vizinhos e frequentavam o grupo escolar. Vizinhos tentavam aproximação, dona Maria se dizia sempre ocupada, inventava desculpas, as mais esfarrapadas, para não ir à reza, aos aniversários ou outras festas. Nos últimos anos, vivia isolada, os filhos terminaram o primário e foram trabalhar. O mais velho, como pedreiro, e Matheus, no único posto de gasolina da cidade.

Via-se, pela porta da rua sempre aberta, que dona Maria deambulava pela casa o dia inteiro, sempre falando como se estivessem ali outras pessoas em visita. Às vezes, dialogava com perguntas e respostas, em tom incisivo e alto. Ninguém se incomodava com essas esquisitices, creditadas à solidão voluntária de dona Maria.

Entretanto, certa manhã, os berros foram ouvidos de ponta a ponta da rua. Dona Maria ia e vinha na porta da casa, caminhava pela rua sem calçada no perímetro bem em frente ao seu lote. Os vizinhos a observavam de longe com curiosidade, sem maiores pressentimentos. Entrou e saiu de casa umas duas vezes e, por último, com uma vasilha na mão, um pequeno balde de alumínio que ela balançava, como que misturando o conteúdo. À medida que os minutos passaram ela se agitava, aumentando o tom de voz, emitindo xingamentos dirigidos a inimigos invisíveis, aparentemente postados à sua frente enquanto ela caminhava. Parecia desviar e se voltar para atacar, com palavras, esses empecilhos.

As pessoas, tomado o café com pão, saíam de casa, as crianças para a escola, alguns mais curiosos se aproximavam para ouvir e ver a dona Maria com seus moinhos de vento. De repente, ela começou a dirigir-se aos passantes e ouvintes, não mais imaginários: “Merda! São merdas”, dizia, e indo em sua direção, lançava o conteúdo do balde. As crianças e adultos espertos se esquivavam, os mais velhos e distraídos eram atingidos por um preparo fétido.

Dona Maurita, que havia tanto tempo também morava sozinha, era tranquila e ficou igualmente indignada com o ataque de bosta que acertou sua porta, janela e parede, quase a atingindo. Tomada de fúria, afastou a vassouradas a autora do

ataque bosteiro. Quem pode aferir a indignação de alguém? Alguns vizinhos acharam que ela exagerou nos gritos e na fúria, ganhando da dona Maria, que, nesse momento, parecia assustada. Nesse instante, o papel se inverteu e não fosse o socorro do filho Amadeu, que arrastou a mãe para casa, poderia ter acontecido algo pior. Comentava-se que Maurita aproveitou a ocasião para extravasar sentimentos contidos desde o abandono do marido. Ele, de nome Alencar, tinha repetido a velha história de “vou ali comprar cigarros” e nunca mais voltou. Deixou-a sem explicações com dois filhos, um casal lindo, de seis e quatro anos, a menina com nome de flor. Passou a vida como se nada tivesse acontecido.

Dona Maria foi, à força, levada por vizinhos, para casa. Pelo resto do dia se ouviam gritos e xingamentos, especialmente, a expressão “merda.”

Descobriu-se, tempos depois, que a dona Maria planejara o ataque. Sorrateiramente, à noite, ela saía pela rua, em todo o percurso, catando esterco de animais. Algumas pessoas tinham notado a saída noturna e silenciosa, mas não atinaram com o que ela recolhia na lata. O material recolhido era somado ao do penico de seu uso e cozido lentamente em um fogão de pedras improvisado no quintal. Os filhos não deram importância, supondo tratar-se apenas de mais uma esquisitice da mamãe, como carinhosamente a chamavam. Jamais viram esses meninos ridicularizar, menosprezar ou abandonar aquela senhora. Todos admiravam como eles podiam suportar sua agitação, gritos e a bagunça que reinava na pequena casa. E o odor?

Depois daquela explosão matutina, o silêncio! Longos e calmos dias se passaram. Depois dos primeiros dias de intensos

comentários da vizinhança, aqui e ali, aumentava a curiosidade pelo estado de saúde da dona Maria.

Amadeu e Matheus mantinham religiosamente sua rotina de trabalho. Com as novas bicicletas, recém-adquiridas, percorriam a cidade em silenciosa indiferença aos buchichos mal-dosos. Na casa, porém, notou-se uma diferença na rotina. Dona Maria não mais aparecia na porta, nem para observar os filhos saindo para o trabalho, como fazia desde que começaram a labuta. Matheus conseguiu licença para sair um pouco mais cedo do trabalho, sua jornada era de 10 a 12 horas. Convenceu o patrão, apelando para seu espírito religioso, de que precisava acompanhar uma novena, cumprindo uma promessa para a melhora e transformação da mãe. Ele acreditava piamente em Nossa Senhora Sant'Ana, pois quando pequeno, mordido por um cão, a mãe fizera uma promessa que ele cumpriu, assistindo à missa inteira da padroeira com uma vela acesa na mão. José Carlos Camapum, o patrão, para surpresa geral, o liberou.

No início era uma conversa à boca miúda, depois se alastrou pela rua e cidade, como um rastilho de pólvora. Comadres carolas já diziam conhecer testemunha ocular do acontecido, e um parente próximo, sempre um tio, um cunhado, eram evocados para confirmar a desdita. Esses relatos eram precedidos por pedido de sigilo em tom grave e temeroso. Gente que não costumava transitar pela rua passou a circular por ali, diminuindo a cadência da marcha ao passar pela casa de dona Maria, que insistia em não aparecer para os curiosos. Crianças e adolescentes eram pagos para invadir o quintal e trazer notícias. Eles também, para garantir o pagamento, inventavam boas histórias. Versões diziam que ela estava amarrada, para

uns, na beirada da cama, e permanecia deitada; para outros, ela não estava amarrada, mas acorrentada perto do fogão da cozinha, e sem poder se movimentar pela casa, percorria apenas alguns cômodos. Às ruas mais distantes chegaram comentários drásticos. Uma versão violenta dava conta de que os filhos a mataram involuntariamente. Revelavam até detalhes! Contava-se que, quando levada à força, ela cedeu um pouco até chegar em casa. Solta pelos filhos, que a imobilizaram com os braços, ela teria pego a tranca de madeira usada para fechar a porta e avançado sobre um deles, que rapidamente se esquivou, e a pesada madeira atingiu o outro, que tentara impedir o ataque. Ela então tentou desferir-lhe outro golpe, quando o outro filho a empurrou fortemente e ela bateu fatalmente a cabeça na beira do fogão. Verificaram que não era um desmaio, ela fora atingida de morte. Ainda atônitos, embrulharam-na numa rede e a enterraram no quintal.

Seu Zé Sereno, fiscal estadual de rendas, é dado a poucas conversas. Carrancudo, nunca permitiu que crianças frequentassem a sua casa ou quintal, mas felizmente deixava que os filhos brincassem pela Rua Araguaia. Sua rotina era casa e trabalho na coletoria e, aos domingos, ia religiosamente, à missa das nove horas. Pois foi Zé Sereno que deu sequência aos rumores: dirigiu-se, logo que soube, à casa do juiz de Direito da comarca, solicitando a imediata prisão de um dos filhos. Ele não sabia identificar qual, mas afirmava com veemência que um deles “tinha que ir para o xilindró”. Depois da conversa com o juiz, ele parecia aliviado pelo “dever cumprido”, como dizia sempre. Ao final da tarde, seu Zé, o juiz e o delegado se dirigiram à casa de dona Maria, no afã de encontrar os filhos já chegados do trabalho. Desde o acontecido, a

porta da casa que dava para a rua permanecia fechada. Os filhos haviam instalado uma fechadura.

Ao chegarem à humilde casa, seu Zé Sereno tomou a iniciativa e ordenou com voz de barítono: “Abram a porta! Queremos revistar a sua casa!” A porta foi aberta, os dois filhos olharam assustados as autoridades e suas faces ameaçadoras. O delegado se precipitou pela sala, acompanhado pelo seu Zé e pelos filhos. Passaram pela pequena sala, examinaram os dois pequenos quartos e, ao chegarem à cozinha, os três pararam estupefatos. No canto, ao lado de uma pobre prateleira com poucas vasilhas e várias caixas de medicamentos, como Haldol e Amplictil, prescritos por Dr. Edmundo Fernandes, encontrava-se a dona Maria de pé. Sua roupa era a mesma que vestia no dia fatídico. Sua expressão, no entanto, era serena, porém estática, estranha, quase celestial. Metade gente, metade outra coisa. Piscava lentamente os olhos. Nenhum outro gesto, nenhuma outra expressão. Não se verificavam sofrimento, dor ou angústia. Não respondeu ao “boa noite” do seu Zé Sereno. As autoridades, surpresas, se voltaram para os filhos. Amadeu apressou-se em explicações.

Ao chegar em casa naquela manhã, carregando forçosamente a mãe, ela se debatendo para se livrar, Matheus a abraçou, evocando o objetivo de sua promessa e sacrifícios. Amadeu ainda a segurava com força, quando sentiu que a mãe começou a se acalmar. Parou de gritar! Acabadas a reza e a evocação, Matheus também se desvencilhou e ela caminhou quatro ou cinco passos adentrando a cozinha e permaneceu, assim como estava, desde então. Como uma estátua! Relataram que nunca a viram se mexer, nem dormir, nem comer. Eles a saudavam ao amanhecer e ao dormir, sem resposta.

Já parecia natural para eles, ao chegarem em casa à noite, encontrar comida pronta nas panelas e as pesadas e sujas roupas de trabalho lavadas e dependuradas.

Num canto, empoleirado no encosto de uma velha cadeira, um papagaio, até então em silêncio, começa a gritar: “Maria... Maria...!”

As autoridades saíram em silêncio. Seu Zé Sereno com ar de vela apagada.

4. Confissão

Tantos anos passados, a confissão deste fato me assegura o perdão do pecado? O que será que leva uma criança a ser tão curiosa? Querer invadir o quarto dos pais à noite, remexer guardados que não lhe pertencem e olhar pelo buraco da fechadura? Ou esperar o vento passar e suspender a saia plissada da menina que acabou de sair do colégio? Ah! As crianças, em suas curiosidades, sempre surpreendem o adulto, não se contentam com explicações levianas, não aceitam desculpas esfarrapadas. O que é mesmo que tanto procuram as crianças nas suas curiosidades? Em seus pensamentos mágicos?

Piaget, o psicólogo suíço (1896–1980), viveu seus bons 84 anos deixando, no fim da vida, belas lições escritas sobre o desenvolvimento intelectual das crianças e os processos de aprendizagem. Ele não condenava a curiosidade das crianças, não castrava suas iniciativas de querer saber mais das coisas e dizia que crianças curiosas com liberdade poderiam aprender muito mais e melhor. Seriam adultos saudáveis.

Freud (1856-1939), o inventor da Psicanálise, ajuda a esclarecer a curiosidade infantil em *Três ensaios sobre a sexualidade*, livro de fácil leitura e fundamental para pais e professores entenderem mais do desenvolvimento infantil. Uma das primeiras curiosidades da infância é nossa origem, ou seja, a origem dos bebês. Explicações como a da mensageira cegonha ou outras do gênero atendem à criança, pelo menos momentaneamente. Outra forte de permanente curiosidade infantil é a

diferença sexual, pois a criança fica intrigada porque alguns tem um “pipi para fora” e outros tem um “pipi para dentro”. Diante dessa inegável evidência, ela constrói várias teorias e também pergunta aos adultos ou a crianças maiores sobre essa diferença. Acompanham essa descoberta da diferença sexual várias fantasias e afetos, como a angústia, o sentimento de medo, o sentimento de ter sido prejudicado, a rivalidade. Pode, às vezes, acontecer nesse período uma rejeição ou recusa a aceitar a própria anatomia. Esse turbilhão de sentimentos, ideias e fantasias acompanha a criança, e se não for bem resolvido, ficará como um trauma prejudicial ao desenvolvimento em outras situações da vida. Freud valorizava muito as brincadeiras infantis, mesmo as ruidosas, aquelas de se enrolar um no outro, de correr atrás, de contar histórias. O brincar, ele escreveu, é fonte que vai alimentar a criatividade dos artistas e escritores.

Então, pois, vejam que dois grandes pensadores explicam e não condenam a curiosidade infantil, ao contrário, a estimulam. Estou, com a minha história, em boa companhia.

Por isso, este pecador que aqui escreve, já na adolescência, depois de muito penar, se perdoou. Agora confessa o pecado apenas para você, leitor. A Confissão na Ordem Cristã significa reconciliação, o reencontro consigo mesmo. Na Igreja Católica a confissão, um dos sacramentos, foi outorgada por Jesus aos discípulos e deles para os sacerdotes. A partir do Renascimento, e em especial no tempo do Iluminismo (1715-1789), que marcou definitivamente o fim das trevas da Idade Média, o confessionalismo público era aceito como direito humano fundamental. Dando um salto para os dias de hoje, quantas confissões acontecem diariamente neste mundo?

Quanta reconciliação, quanto perdão, a cada dia, a cada hora, são concedidos e vividos como amor e superação? O ser humano, cada vez que assim procede, mais aumenta o grau de sua humanidade, a civilidade cresce, o sol mais resplandece.

O que será que promoveu a curiosidade na consciência deste menino, ainda de calças curtas, que perambulava pelas ruas de terra de uma pequena cidade de Goiás? Essa curiosidade, de tão grande e aguda, o punha em situação de risco, seja arriscando-se em terrenos e distâncias desconhecidas, percorrendo os bueiros escuros, seja teimando em ficar ouvindo as conversas dos adultos. Não fui só eu, o sábio Santo Agostinho também foi uma criança extremamente curiosa, um jovem rebelde com a coragem de fazer a sua confissão pública, registrada em um dos mais belos livros que li, chamado *Confissões*. Uma luz de caridade, humildade e sabedoria.

Minha casa na Rua Araguaia (oficialmente avenida) tinha um banheiro muito moderno para a época. Hoje certamente um adolescente o acharia “ridículo”. Era mesmo uma casa de banho, já que a privada ficava separada, no quintal, em uma casinha distante da cozinha. O banheiro ficava quatro, cinco degraus abaixo do nível da cozinha, por onde tínhamos acesso. Em sequência à cozinha ficavam a área de serviço, com os tanques para a lavagem de roupas, a cisterna, e ao lado, sobre um grosso poste de madeira, a caixa d’água. Colada à cisterna, na parede do banheiro, ficava uma pequena caixa d’água, de lata mesmo, se me lembro bem, mas com capacidade para muitos litros da boa água saída da cisterna ao lado e ligada à “caixa” por um cano através da parede até o chuveiro.

O banheiro era um sucesso, único na rua com tais características. Entrando na cozinha, via-se em frente a prateleira, e

mais à esquerda, o fogão de lenha. Em 90 graus com o fogão e forno, uma pia de tamanho padrão, a porta e a escada de acesso ao banheiro. Ali a parede não ia até o teto, a distância da pia ao final da parede na vertical devia ser de um pouco mais de um metro.

Numa tarde, em especial, as minhas irmãs convidaram amigas e primas para um banho. A grande atração era a enorme banheira, de parede a parede. Estavam lá as meninas em grande algazarra, provavelmente usando as bordas da banheira como escorregador. Eu, por ali, inquieto, andava pra lá e pra cá, entre a sala e a cozinha. Às vezes, descendo até o quintal e voltando. Os ruídos femininos aguçavam a minha curiosidade, parecia acontecer algo muito mais alegre e prazeroso do que quando eu estava em companhia dos amigos. Além disso, as meninas tinham idades próximas, mas diferentes, e algumas já apresentavam, precocemente ou não, sinais da puberdade, inaugurando o primeiro sutiã.

Mamãe, como sempre, trafegava ali, entre a copa e a cozinha, em seus afazeres. Certa hora, vindo do quintal, vejo-a indo atender a uma vizinha na porta da sala. Elas entabulavam uma conversa em pé mesmo, indício de que a visita seria rápida. Dei-me conta de que teria poucos minutos para alcançar o meu propósito, mas bastava escalar a pia, agarrando-me no alto da parede, e suspendendo um pouco o corpo, eu poderia ver aquele espetáculo tão curioso, diferente e desejado. Faço desajeitadamente a escalada, vejo aquele grupo com o coração na boca, os pés dependurados, as mãos ardentes. A força que fazia obnubilava minha visão. Do alto eu mais via um monte de cabeleiras balançando e não conseguia ver os detalhes que mais me interessavam. Passaram-se um, dois minutos e ouço

os passos da mamãe pelo corredor. Entre chocado e tonto, salto imediatamente da parede e da pia, e antes de me afastar, ela já adentrava a cozinha, me olhando da porta. Minha cara de assustado deve ter me denunciado. Em tom inquisitório, ela se dirigiu a mim: “O que você estava fazendo?” Não se tratava de uma traquinagem qualquer, de furtar a guloseima guardada, nem de experimentar um caldo do feijão que cozinhava. Nada falei, mas mesmo que quisesse, a voz não sairia. Ela caminhou em minha direção, ou na direção do fogão ou da pia, mas a minha interpretação era que ela se lançaria sobre mim como uma leoa raivosa, e me afastei um pouquinho, quase me esgueirando, tentando achar forças para uma fuga desesperada, caso fosse necessário. Um segundo desvio do olhar inquisitório da leoa e vejo aqui e ali na pia, bem marcados, quase brilhando, dois rastros empoeirados de pés infantis. Gelei. A ponto de uma síncope, de um AVC, pedi a Deus a morte. Nesse instante, que pareceu um século, ela me mandou em tom forte cuidar de alguma coisa no interior da casa. Tipo assim: “Vai dobrar a sua roupa na despensa!” Saí com as pernas pesando meia tonelada, me arrastando...

Ela tinha visto as pegadas, entendido minha curiosidade perigosa e percebido que o flagrante tinha me transtornado, eu mesmo já me condenara a arder no fogo dos infernos mais dantescos e quentes. Ela, num gesto de extrema grandeza e sabedoria, sem nenhum sadismo ou violência, num tom firme, me mandou prosseguir a vida, cuidar das tarefas e se voltou para o fogão. Em extrema paciência ajeitou a lenha na fomalha, soprando e reacendendo o fogo para as coisas da casa.

5.

No dia em que Tunico casou

“No dia em que o Tunico casar...”

Quando criança, ouvia muito essa frase, que me provocava diferentes expectativas. Seria uma profecia? Teríamos uma *big* festa na nossa rua? Tentava já imaginar a movimentação inusitada, as visitas e os convidados de fora da cidade, já curioso com o baile em uma tenda que imaginei armada no quintal e a animação dos músicos da cidade, como Pedro Adão na clarineta, dona Zizi no violino, Aleixo na sanfona, Mariano Peres e Sérgio Noleto no sax, Dé Baiano no pandeiro, Diogo no violão e na voz, Birrinha, com Juvercina no *backing vocal*. José Fernandes, o Zequinha, se sóbrio, compareceria às festas com sua maviosa gaita, que ele sempre fazia questão de identificar, pronunciando: “Made in Germane”.

“No dia em que Tunico casar”, essa frase virou expressão e era usada nas mais diversas situações. Sua origem teria acontecido muitos anos antes, por causa da minha curiosidade. No dia em que fui convidar o Tunico Ferreiro, Antonio Ferreira Guimarães, para ser meu padrinho de crisma, resolvi, do alto da minha condição de futuro afilhado, perguntar se ele não ia casar. Natural para um jovem curioso de sete anos querer entender por que um homem velho, de uns trinta e poucos anos, não tinha mulher. Era também algo estranho ter apenas padrinho, e a madrinha? Tunico conseguia fazer piada com tudo e com todos, com incrível rapidez de raciocínio, e na ocasião da minha pergunta, sem se afetar, respondeu, fazendo pilhéria, que seria no mês seguinte, isso pronunciado

com a cara mais séria. Eu estaria satisfeito com a resposta, qualquer que fosse, mas, dada a data, aquilo ficou na minha memória e espalhei a notícia pela rua. Já afilhado, no mês seguinte, com toda a minha autoridade, cobrei o casamento prometido e ele me respondeu com segurança que seria no mês seguinte. Não demorou e todos, quando queriam fazer uma promessa ou fazer uma previsão que jamais seria cumprida, empregavam a expressão: “No dia em que o Tunico casar...” Essa expressão foi se espalhando pela cidade. Aqui e ali, pelo interior de Goiás, em pouco tempo, o dito também foi usado. Um primo, o Maninho, filho de Moacir Freitas, morava em Porangatu e nos visitou de passagem para Goiânia. Estávamos conversando, quando de repente, ele usou a expressão sem conhecer a origem. Muitos anos se passaram, já adulto, de quando em vez essa frase vem à minha cabeça. Em determinados momentos seria adequada ao uso, mas o “padim” Tunico ainda não é conhecido fora do Cerrado.

Certo dia, daqueles que, quentes, compridos e vermelhos, levam todo mundo para a porta da casa, apareceu, vinda do interior da casa do padrinho, uma menina linda, jamais vista, na pré-adolescência viçosa, chamada Bárbara. Nesse dia fiquei sabendo que se pode ser pai sem precisar casar.

Nos seus cem anos celebrados em 2020, estive junto com os familiares Edinho, Stela, Bárbara e outros para pedir sua benção e comemorar. Encontrei-o curvado pela dobrada coluna adquirida na oficina de consertos e ferraria. Como sempre estava de bom-humor, e fiz-lhe a mesma pergunta da minha meninice: “Quando o senhor vai casar?” Sem pestanejar, ele me respondeu com a maior seriedade: “Será no mês que vem e você está convidado” – acrescentou.

Resta-me preparar o terno.

6.

O carro de boi

“Meu véio carro de boi, pouco a pouco apodreceno / Na chuva, sor e sereno, sozinho, aqui desprezado / Hoje ninguém mais se alembra que você abria picada / Abrindo novas estradas, formando vila e povoado...”

Tonico era três anos mais velho que o meu pai, e Tinoco, três meses mais novo. Enquanto Tonico e Tinoco, a dupla mais famosa do Brasil, cantava a cantiga triste dos carros de boi, com esse mesmo título, pelo rádio em cima de um móvel na sala de visitas, nós nos animávamos para a tarefa que se avizinhava. As portas e as duas janelas abertas libertavam para a rua o som sertanejo.

Distanciados, ouvíamos os sinais. O canto do carro de boi, com uma parelha e algumas vezes com quatro, com seus nomes e manias, era ouvido de longe. O canto se diferenciava segundo a madeira usada na roda. O atrito mais ou menos pesado da carga conferia outras tonalidades à cantiga chorosa e melodiosa do carro de boi que vinha pela avenida, nos tempos em que a chamávamos rua, Rua Araguaia. Com as palavras de comando bem dadas e a destreza dos bois, o carro era alinhado debaixo do pé de *flamboyant* com a traseira colada perto do muro da minha casa, para facilitar o trabalho. Os animais permaneciam quietos durante todo o tempo da descarga, e certamente felizes, cada vez que um descarregamento era feito. Na traseira do carro de boi, um chifre era dependurado com

óleo para lubrificar e também modificar a cantiga do carro, concorrendo com Tónico e Tinoco no rádio.

Tio Ditão, carreiro nascido Benedito Fernandes de Carvalho, e seus filhos Antonio e Miguel, que moravam na Fazenda Conceição, conhecida como Tapera, recolhiam a lenha nessa área de sua propriedade. O carro de boi era o veículo para literalmente toda obra que envolvia carga, empregado até mesmo para passeios familiares curtos ou longos. Os bois se prestavam, sem se queixar, a esses serviços pesados iniciados assim que se punha a cangalha de prender um ao outro. Nostradamus foi o nome dado por tio Ditinho, primo de Ditão, ao boi que se tornou líder em puxar o carro, de tão sabido que era. Bovinamente iam seguindo o guia, que carregava uma ameaçadora vara, com um ferrão na ponta. Os bois prestavam seus serviços por dez anos ou mais anos, crescíamos acompanhando a presteza do seu trabalho. Às vezes, entre nós até se formava uma amizade. Quinzenalmente traziam o carregamento de lenha para o consumo de nossa casa. Sempre era eu o intimado para ajudar no descarrego. Meio chateado pela tarefa pesada e sem aventura, eu inventava fazer voar, a altura desnecessária e perigosa, alguma lenha mais leve, como o lançamento de foguete russo. Tínhamos que jogar essa lenha por sobre o muro ou carregá-la no braço atravessando o portão, o que tornava a tarefa mais cansativa e demorada. O terreno inclinado do lote permitia que o desnível da rua para o quintal facilitasse os lançamentos, bastando, para isso, uma impulsão mediana para os braços de jovem impertinente.

A lenha era caprichosamente escolhida pelo tio Ditão ou seus filhos no Cerrado ainda fechado, tudo feito a facão e machado, e com isso se abria ao mesmo tempo uma pequena área

para cultivo de subsistência. Sucupira, anjico, goiabeirinha do campo, pombo, pindaíba, pimenta de macaco e outras eram as selecionadas. Cortadas ao comprimento médio de dois metros, com diâmetro de 13, 14 centímetros. Com três ou quatro paus na fornalha se fazia uma chama duradoura, que produzia pouca fumaça, algumas dessas madeiras até exalavam um doce perfume e promoviam no inverno um confortável aquecimento. É claro que muitos “pedaços de pau” precisavam ser “rachados”. Cortados longitudinalmente, tarefa executada pelo meu pai, que partia a lenha com maestria, usando o machado devidamente amolado. Não tudo de uma só vez. Eu, menino querendo ser homem, inventei de usar o machado. Rachei um, talvez mais macio, mas ao arvorar literalmente o segundo pau de lenha, sem a habilidade e o equilíbrio necessários, o machado resvalou e foi atingir o meu pé esquerdo, a essa altura descalço, cortando profundamente o dedo “mindinho do pé” entre, segundo uma lenda, o ponto do amor e o da confiança. Tal cicatriz eu carrego sem apreço. Mamãe preocupada com o tamanho do talho, diante do meu escândalo e frustração, nem brigou. Não na hora...

Francelino Antunes de Carvalho, filho de José Antunes Fernandes, ambos também moradores da Tapera, tinham um carro de boi que prestava serviços de transporte e carregamento de lenha. O carro de boi do Francelino foi usado durante sua vida inteira e passou de geração a geração. Os bois Rivirão, Amarelo, Chitão, Carinho, Dilicado e Nostradamus, já citado, trabalharam até por 25 anos, bem tratados que foram. O boi curraleiro é o ideal para essa lida, pois, mais dócil, amansa mais rápido. Arminda Martins, em mocinha, se encantava com a cantiga do carro quando de longe vinha, e com

seu candeeiro ou guia, o Francelino. Nessas ocasiões corria para a porta de casa para acenar para o enamorado, que correspondia, tirando o chapéu. Casaram-se.

Deve ser impossível para as novas gerações imaginar um passeio familiar a bordo de um carro de boi. Entender como se sobrevivia sem o fogão a gás. O que significava torrar o café em casa, depois moer, e só depois coar em coador de pano, o trabalho que dava e o tempo gasto, todos os dias para catar o arroz e o feijão. Meu irmão Cristovam Júnior teve apenas um acidente doméstico aos 18 anos, quando queimou a mão ao tentar fritar um ovo pela primeira vez. Quanta facilidade para a vida doméstica existe hoje, livrando os bois, os pais e os meninos de trabalhos tão pesados! Quantas cicatrizes terão esta geração da atualidade em sua vida de trabalho? Terão feridas no coração?

O carro de boi cantado melancolicamente pela dupla caipira permanecerá murmurando na nossa memória e pode ser fisicamente apreciado no Museu Serra da Mesa, como retrato e testemunho de um tempo e costumes em nossa cidade e no Brasil.

7. O catecismo

Na década de 1960, sob extremo cuidado e sigilo, circularam por Uruaçu umas interessantes revistas em quadrinhos, no tamanho médio de 20 x 15 cm, disputadas bravamente entre os homens, rapazes e adolescentes. Pareceria uma joia, de maneira que quem a possuísse teria também em mãos (ops!) um objeto de grande e disputadíssimo valor. Alguns não o emprestavam, outros alugavam por quantidade de horas ou dias, nunca por longo prazo. Quem detinha a guarda desse material fazia uma espécie de juramento de não perder, adulterar página ou estragar as ilustrações, o maior patrimônio da revista.

Elas foram chegando pouco a pouco, com os viajantes, os poucos caixeiros que as traziam como “agrado” para o comerciante local ou os caminhoneiros mais conhecidos que abasteciam no Posto Ipiranga, do seu Carlos Adão, no outro lado da cidade. Os adolescentes, sem dinheiro para o aluguel, eram frequentemente obrigados a prestar serviços, como levar recados ou encomendas, para apreciá-las rapidamente. Quem, por acaso, danificasse as páginas, na maioria das vezes já gastas pela manipulação (ops!), pagaria uma multa que dobrava o preço do aluguel. Todo cuidado era pouco. Muitas vezes nem se sabia quem era o dono, pois havia sublocação pelos espertos, futuros empreendedores. Os donos também preferiam o anonimato, por segurança moral e para evitar assédio de amigos. Alcides Aguiar Caminha, que segundo sei, nada tinha a ver com o Pero Vaz, ou quem sabe até tivesse, morava no Rio de

Janeiro. Funcionário público do Ministério do Trabalho, casado e com cinco filhos, vivia com um salário muito restrito. A crise econômica brasileira, que vinha desde os anos 1950, se arrastou pelos anos 1960, conjugada com sérios problemas políticos e sociais, e a inflação era galopante. Então Alcides procurava uma forma de produzir renda, algo difícil, pois não lhe sobrava tempo para nenhum bico fora de casa, somando-se a isso a pouca escolaridade, que não passava do segundo grau. Era trabalhador cioso e sério, e talvez por isso, um colega de trabalho, a título de gozação, no momento do café na “repartição”, apresentou-lhe uma revista pornográfica sueca, talvez uma similar da Playboy. O colega ainda comentou que comprara a revista por um preço altíssimo, clandestinamente, numa banca no centro do Rio de Janeiro. Esse momento de descontração no trabalho, sem maiores consequências aparentes, forneceu-lhe uma grande ideia. Daí em diante à noite, depois que a esposa ia dormir, ele passou a desenhar cenas como aquelas vistas na revista trazida pelo colega. Sem curso de desenho, copiava os modelos das revistas de fotonovelas tão prestigiadas na época, como *Capricho*, *Grande Hotel*, *Sétimo Céu* e outras, tirando ou acrescentando alguns detalhes importantes ao objetivo e ao público leitor. Aqui em Uruaçu as mocinhas de melhor poder aquisitivo encomendavam de Ceres ou Anápolis as fotonovelas, disputadas até pelos meninos que, enjoados dos gibis povoados por índios, vacas, tiros e vaqueiros, procuravam o romântico consolo para a mente fantasiosa nas fotonovelas. Tais incursões não eram bem vistas pela turma dos garotos mais velhos.

Alcides, já com um volume considerável de desenhos, alguns com narrativas e boas histórias, levou-os, às escondidas,

para apreciação e avaliação do citado colega de trabalho. Colega bonachão, liberal, aprovou e estimulou à replicação em série, pois daria um “bom dinheiro”. Alcides se espantou e recuou, para depois se animar com a ideia. Seria um bom aporte financeiro, embora Alcides soubesse que não chegaria aos pés do preço das revistas de fotonovelas, já bem acabadas. Mas acreditou, e em papel vegetal fez cópias dos desenhos, criou histórias e levou a uma gráfica que prestava serviço ao Ministério, cujo dono ele conhecia. Não demorou e saíram três revistas com a autoria de Carlos Zéfiro, seu pseudônimo. O anonimato era necessário para esconder sua identidade e não o levar a ser dispensado do emprego.

Não deve ter passado muito tempo e as revistas do Carlos Zéfiro chegaram a Uruaçu e ao mundo “A prima Irene”, “Sítio dos prazeres”, “A filha da lavadeira”, “Vingança”, “Bailarina”, “A moça direita”, “Viagem”, “Domada pelo sexo”, “Transa animalasca”, “Eu e o coroa”, “Maria Lúcia, a capixaba” e “Tentação”. Esses títulos diretos, explícitos, atiçavam a curiosidade de todos os adolescentes, rapazes e muitos adultos. A cada dia aumentava a procura.

Com material erótico explícito, essas revistas, menores do que o tamanho padrão das revistas tradicionais, eram conhecidas como “revistinhas” ou “catecismo”. Esse termo era usado por segurança, pois não podia ser considerado heresia. Nas bancas de jornais e revistas elas eram escondidas atrás das fotonovelas. Esse termo, inventado no Rio de Janeiro, era como um código que não levantava suspeitas entre os não leitores. Como o “catecismo” chegou à nossa pequena Uruaçu, e quem o trouxe, ninguém sabe até hoje. Na Rua Araguaia logo se formou um consórcio, uma aliança entre os mais jovens e

outros, já adultos. Aqueles que pertenciam a esse restrito clube carregavam um ar de poder e superioridade. Para o adolescente era um “ritual de passagem”, um atestado de que ele não era mais criança. E isso tem peso e preço.

Era necessário preservar o material para que não tivesse as folhas coladas. Descobrir lugares secretos para que o material não fosse descoberto, confiscado ou mesmo roubado era a grande responsabilidade de quem detinha a posse temporária do tal “catecismo”. Debaixo do colchão não era mais boa ideia! Não podia ser assunto de criança. Fiquei sabendo de lugares mais inusitados e surpreendentes, lugares necessariamente protegidos do sereno e da chuva. No alto de um móvel era arriscado, talvez atrás, quando fosse bem pesado. O espaço sob a telha da casinha da privada era um lugar bastante desejado pelo usuário, mas nem sempre seguro. Como vivíamos em harmoniosa comunidade, um emprestava ao outro algum lugar na casa para a guarda da preciosa mercadoria. E foi assim que aconteceu.

Tio Zezinho manteve, anexa à casa construída nos moldes modernos, a velha casa pequena da primeira morada. Tinha cinco cômodos, duas janelas de madeira dando para a rua, a porta partida ao meio na horizontal, com a parte de cima sempre aberta, entre arreios, selas, botinas sujas, estribo, cabresto, baixeiro, sacos de milho, de arroz e demais coisas e utensílios de fazendeiro e da fazenda. Era a despensa da casa, com muito espaço livre e bons esconderijos entre sacas de arroz, feijão, milho ou debaixo de elementos pesados em desuso, como galões de leite enferrujados e ferramentas gastas.

Um dia o tempo fechou, ameaçava muita chuva e tio Zezinho resolveu não ir, como de costume, à Fazenda Passa

Três. E como não aguentava ficar quieto, resolveu “dar uma geral” na casinha, como era chamada a despensa. Vira daqui, mexe dali, encontrou o que ninguém queria ou esperava. Fechou o tempo, agora dentro da casinha. Bravo como era, irritadiço quando contrariado, ele retirou a preciosidade cuidadosamente guardada e aos gritos chamou os filhos homens para identificar o proprietário ou posseiro de tais indecências. Levou-os para a despensa, tia Diva preanunciava choros e gritos. Os filhos negaram com veemente sinceridade que eram os proprietários e insinuaram em sua defesa que pudesse ser astúcia de algum vizinho próximo. O pai foi se acalmando em sua indignação e tentou saber quem foi então que ali “guardou” aqueles três “catecismos”. Os meninos juraram que também não sabiam. Com cara de contrariado, tio Zezinho se afastou pisando alto, confiscando as três revistas. A história logo se espalhou pela rua, as próprias irmãs, assustadas, relataram aquela quase tragédia familiar. Ninguém mais soube das revistas e quem ficou no prejuízo.

8.

O caso da bicicleta

Mamãe adorava o humorista Geraldo Nogueira, ria solta, mas tapando a boca.

Ela me deu um CD desse goiano, excelente contador de causo. Porém, essa bicicleta aqui, de que quero contar para vocês, não é a do Geraldinho, é a minha bicicleta mesmo.

Quando passei para a primeira série ginásial, fiquei contrariado por ter que fazer a quinta série, pois na época quem aniversariava a partir de junho não podia ir para o Ginásio. Pois sim, para consolo e presente, meu pai me deu uma bicicleta, acho que eu já tinha pedido a tal para o Papai Noel, que nunca me atendeu. A bicicleta era linda, cheirosa, macia, delicada, e só por recusa veemente da mamãe ela não dormia no meu quarto. Bom, o quarto era meu e dos meus dois irmãos, e hoje entendo que a bicicleta ali no meio atrapalharia um pouco.

Nos primeiros meses, a apenas alguns poucos amigos do Colégio N. S. Aparecida era permitida uma voltinha na bicicleta, ali mesmo no pedregulho do pátio atrás da escola. Aos irmãos, a resposta negativa era imediata. Não demorou, eu tinha pleno domínio da máquina e fazia manobras escandalosas nas ruas da cidade, todas elas de terra, inclusive na avenida principal, a Av. Tocantins, na época cascalhenta, com buracos nas laterais, culpa das chuvas e enxurradas. Na minha Rua Araguaia me exibia mais e aventurava andar, equilibrar-me apenas na roda de trás. No final desse ano a bicicleta já tinha sofrido o desgaste promovido pelo piloto ousado que eu era no

intenso uso diário. Mamãe demonstrava silenciosamente aprovação pela destreza do seu Ayrton Senna e a rapidez empreendida quando tinha que ir ao açougue, na venda do seu Nelson, ou à rua transversal comprar verduras fresquinhas na horta do seu Joaquim Egídio, o pai do Ota. Nenhum menino da vizinhança ou distante tinha veículo próprio, de tal maneira que eu fazia algum sucesso.

Mas, me escutem, nem tudo são flores na vida de um menino. Alguns pesadelos lhe ocorrem, provocados pelas traquinagens e pela luta contra o pecado. Até hoje não sei bem se o acontecido foi motivado pelo estranho que morava em mim. Não defino se tal acontecimento foi autopunição. Há quem diga que todo acidente tem uma causa, qualquer impulso tem a sua motivação. Mas vamos ao fatídico: brincávamos ali na frente da casa do seu Francisco Dias, e eu com a minha bicicleta, ora montado, ora não, corria pra lá e pra cá. Alguém, percebendo que momentaneamente eu havia encostado a bicicleta ali na parede da casa, pediu para dar uma volta. Titubeei na resposta, mas achei que estava sendo muito sovina, então cedi e resolvi acompanhar o novo ciclista. O amigo não tinha ido além de um lote quando resolvi, de surpresa, pular na garupa. O piloto, por susto ou inabilidade, desequilibrou-se um pouco e ameaçou tombar. Acabara de sentar e resolvi pular de volta imediatamente para não cairmos os dois, ferindo a minha querida bicicleta.

Em questão de minuto as coisas acontecem. Como disse Diadorim, em *Grande sertão veredas*, lançado poucos anos antes, “viver é muito perigoso”. No mau jeito de pular na garupa e dela desapear com pressa, algo do meu corpo – uma bolsinha que carregue entre as pernas – ficou preso entre os ferrinhos da “maldeta” garupa. Saltei, mas ardeu, doeu e saiu um pouco de sangue.

Voltei para casa e, com dores, medo e vergonha de mostrar as “partes”, fui levado para a farmácia na Avenida Tocantins. Era a farmácia do Dr. Guilherme, o médico não se encontrava. O funcionário passou mertiolate e fez um curativo com bastante esparadrapo por causa da dificuldade de imobilizar a estrutura balançante. Foi uma tarde muito ruim, mas afinal o susto foi bem maior do que o estrago. A fantasia logo após o desastre era que o mundo ia acabar com a perda de algo tão valorizado.

Mas não ficou só nisso, no após, uma coisa chata aconteceu. Aquele curativo sacal entre as pernas, além de incômodo, provocava um estímulo diferente, algo intrometido em região tão sensível causava uma reação nas regiões vizinhas, que também me incomodava pela frequência e inconveniência.

Tudo isso me impediu por um tempo, forçosamente, de usar a bicicleta, mas fui tocando os dias sem grande dificuldade. Suspendi por duas semanas os jogos de futebol e outras brincadeiras agitadas. A ferida estava se curando rapidamente e a vida transcorrendo muito bem sem a antes amorosa bicicleta. Passa um, passam dois, passam 15 dias e me esqueci da bicicleta. Dizem que o esquecimento, como outras situações cotidianas, é uma manifestação do inconsciente. Que seja, só sei que o amor desapareceu, eu resolvi vender a bicicleta e logo, logo, apareceu o comprador. Oscarino, morador lá do final da rua, na Rua Rio Grande do Norte, propôs a compra em pagamento bem magro e prestações a perder de vista. Aceitei e lá se foi a malfadada.

O primeiro amigo que me chamou de “saco roxo” levou um violento soco na cara, talvez por isso o apelido não progrediu. Na verdade, na pré-adolescência eu “me achava”, literalmente. A bolsa se reconstituiu em textura e cor, e eu, logo depois, já me achava apto a dirigir o jipe que papai acabara de adquirir.

9.

O leão está solto

De manhã passou na nossa rua o carro de som anunciando a chegada do circo. Uma caminhonete Chevrolet C10 com carroceteria, e no alto da boleia a corneta do alto-falante tocava a abertura da clássica música dos circos, com o rufar dos tambores, o som dos instrumentos de sopro e o chamamento tradicional: “Senhoras e Senhores, chegou nesta cidade, vindo de São Paulo, o famoso circo...”, e por aí vai. Todos corríamos para a porta de casa, não para ouvir, pois o volume era bem alto, mas para ver, para conferir a passagem dessa novidade.

O circo era, para nós, do interiorzão do Brasil, não só uma diversão, um entretenimento, era também a oportunidade de conhecer gente e costumes diferentes, formas diversas de viver e trabalhar. A gente não queria apenas o espetáculo profissional que acontecia no principiar da noite, nos interessávamos em conhecer esses artistas e seu modo de viver. Crianças e jovens, ficávamos horas e horas por perto do acampamento onde se instalavam, ao lado da redonda lona mágica do circo. A curiosidade era imensa e alguns ousavam se aproximar mais, passando por ali horas da manhã ou da tarde, passeando em trios, em grupos, compartilhando observações, curiosidades e fofocas. Em geral, essa aproximação interessava também ao pessoal do circo, que conquistaria plateia para logo mais e obteria informações sobre a cidade. Inclusive endereços de serviços e profissionais de que necessitavam para a manutenção da estrutura: costureiras, alfaiates, ferreiros e carpinteiros. Ao

espetáculo íamos todos, não importava o tamanho do circo, já que todos tinham palhaços, alguma bailarina, malabaristas, animais e uma peça teatral ao final do espetáculo. Essas peças eram adaptações livres, não muito longas, dos clássicos da dramaturgia, com outros nomes. Era de forma simples, mas suficientemente interessante para fazer com que todos permanecessem até a última frase da peça, até se acenderem as luzes e iniciar a música final que íamos pela rua escutando, ainda sob o impacto do drama encenado. A parte dramática era apresentada em dois, três dias seguidos e mudava o tema, o restante do espetáculo se repetia quase da mesma maneira, mas nós íamos quantas vezes podíamos e se tivéssemos dinheiro. Poucas vezes entrei debaixo do pano depois que apagavam a luz da plateia. Para não perder essa experiência, Emival, Romeu e eu fizemos isso no Gran Circo Bartollo, um imenso e bem estruturado circo que esteve apenas uma vez na cidade.

O circo tinha uma grande estrutura, um caminhão, três ou quatro caminhonetes, e se instalou na parte alta da cidade, onde hoje é o centro, na parte de trás do Grupo Escolar Coronel Gaspar. Armaram então a grande lona. Do serralheiro ali perto levaram sacas e sacas de serragem para o picadeiro e compraram várias tábuas da melhor serraria da cidade, a do Japonês, que ficava ali perto da ponte. No dia seguinte vieram outros componentes do circo em um carro mais novo e se instalaram em uma barraca maior, moderna e visivelmente mais confortável e cara; deduzimos que ali se alojavam os proprietários. Primeiro chegaram os responsáveis pelas instalações físicas, o trabalho braçal e depois o corpo artístico. Mas durante a estada notávamos que todos faziam de tudo, montavam, desmontavam, cozinhavam, faziam compras pela cidade e

procuravam conhecer as redondezas, caminhando e despertando nossos olhares pelas portas e frestas das janelas.

Uma semana depois da chegada seria a estreia. Metade da população já passara ali por perto e admirara o tamanho, a organização, a produção envolvida e a simpatia que estabelecera com quem fizera contato e negócios. Todos os circos ofereciam aos funcionários mais altos na hierarquia da Prefeitura e a outras autoridades ingressos gratuitos para a estreia.

Era de manhã, dia da estreia, uma caminhonete com alto-falante potente atravessou a Avenida Tocantins, chegando à Rua Ceará. A inclinação na rua favorecia, em períodos de chuva, a formação de grandes enxurradas, e consequentemente de muitos buracos de cada lado, começando logo em frente à casa de Francisco Martins e Flausina. Ele, Chico Martins, e Cazuzza eram sempre vistos tentando tapar os buracos para ter melhor acesso às suas casas. Do outro lado da Rua Telma Curado, mãe e filhos eram só alegria e aplausos ao povo do circo. Na carroceria da caminhonete uma grande gaiola continha um leão adulto e bem grande. Mais um motivo para todos chegarem às janelas e observarem o raro exemplar do mundo animal e do circo que, até então, nunca se apresentara na cidade. “Hoje tem marmelada? Tem sim, senhor! Hoje tem goiabada? Tem sim, senhor! E o palhaço, o que é? É ladrão de mulher!”. A buraqueira da rua fazia com que, mesmo se movendo lentamente, o veículo balançasse muito e a gaiola corresse para frente e para trás, para um lado e para o outro, e o leão, sem conseguir se equilibrar direito, escorregava pra lá e pra cá. Assim foram até chegar à Rua Araguaia, tomando a direita em direção ao Fórum e à Avenida Tocantins. A rua era plana, arenosa em uma parte, e o balanço extenuante teve fim.

Mas aqui outra história começou. Percorrendo a Araguaia, à altura da Rua Piauí, em frente à casa da Maria Inácia e da Zilda, o inesperado aconteceu: a porta da gaiola se abriu e o leão saltou, irritado que já estava por ser jogado pra lá e pra cá, como uma bola, naquela gaiola apertada. O rei dos animais se viu livre, saltou e correu, relembrou tempos distantes de liberdade nas savanas da África. O motorista e o locutor demoraram um minuto para perceber que o povo da rua estava correndo para dentro de casa, apavorado. O leão à frente e a camionete seguindo-o, e no alto-falante, o locutor ora avisava os passantes do perigo eminente, ora falava expressões e palavras em outro idioma, aparentemente destinadas ao leão. Eram aquelas palavras de ordem utilizadas pelos domadores para controlar os animais. Mas nada, o leão seguia sem rumo, virava para esquerda, dava alguns passos, mas logo se voltava para a direita, como se ainda estivesse tonto. Leão e caminhonete seguiram em frente até alcançarem a nossa principal avenida, a Tocantins. A essa altura a notícia tinha chegado aos outros membros do circo, e correndo alguns, outros de carro, foram chegando à avenida.

O leão, agora mais devagar, chegava perto das casas, na maioria comerciais, como o Bar do Zé, e parou um pouco na frente da venda do seu Camapuzão, uns três degraus acima da calçada. As três portas, abertas para rua, dona Naninha e Iracema correram e as fecharam rapidamente, disparando rumo à porta lateral que, partida ao meio, funcionava também como janela. Na calçada do bar, o delegado mais temido na região, o Francino, fumava estático. Então um moleque bastante conhecido na Rua Araguaia gritou várias vezes, desafiando o bravo delegado: “Prende ele, seu Francino, prende

ele!”. Porém o valentão se fez de surdo. O bicho ficou parado alguns segundos e parecia ouvir o locutor ou domador, mas em seguida, continuou a lentas passadas, atravessou a rua, atingindo a calçada da Casa Cearense, do seu Camapunzinho. Ambos os Camapuns eram Antônio, pai e filho.

Nesse ponto, o leão se voltou para o meio da avenida, nessa época, de terra, e iniciou uma marcha mais acelerada, descendo a avenida em direção a algo. Vinha subindo, toda garbosa, vestida com saia rodada, blusa vermelha de alça, como se fosse ao encontro do namorado, a jovem Irene, que, ainda longe do leão, previu o perigo, paralisou, tremeu de medo e não conseguiu dar um passo, não esboçou reação nem para empreender uma fuga. O animal continuou lentamente em sua direção. De repente, o leão mudou seu interesse.

Logo adiante, na calçada da Casa Bahia, de Marcionílio Mendonça, estava o alvo. Uma carroça estava parada para que o condutor ajeitasse os galões de leite *in natura* para serem vendidos. A carroça se movimentava para sair, o carroceiro puxava as rédeas e emitia o som característico para o animal caminhar para trás e posicionar melhor a carroça para avançar. Estava de costas quando algo passou por ele. Num salto espetacular, o leão avançou e atingiu com uma mordida a traseira do cavalo que, em defesa, empinou, mas, preso às travas laterais da carroça, virou e a tombou também. O jovem carroceiro Murilo viu apenas um vulto passando sobre o ombro e se lançou sobre a traseira do animal. Assustado, gritava desesperadamente sem sucesso: “Sai, cachorro! Sai, cachorro!”, e saltou espertamente do assento.

Nesse momento, o leão fez outro ataque, mas os arreios protegeram o cavalo, que se encontrava deitado, imobilizado,

ainda com os pequenos ferimentos dos dentes afiados do felino. Tudo isso se passou em questão de minutos. O cavalo se debatia com as quatro patas, desordenadamente, querendo se levantar, se soltar das amarras. Antes que maior desgraça acontecesse, o povo do circo se aproximou e lançou sobre o animal uma rede que o impediu de se movimentar, uma armadilha, em que quanto mais se mexe, mais se enrola. Antes dessa rede, um fotógrafo com faro jornalístico teve a sorte de fazer o registro fotográfico do acidente memorável. A foto faz parte do acervo de Rômulo Fernandes.

Na avenida, estática, Irene permanecia, agora ajoelhada por fé e por joelhos moles, agradecida aos céus por não ter sido comida pelo leão. Todos os meninos da Rua Araguaia que vieram acompanhando de longe essa peripécia voltaram excitados para casa. Como bons repórteres, relatavam aos avós e pais o inusitado acontecimento, com todo o exagero necessário.

Depois que o leão e o circo foram embora, a molecada começou a fazer chacota com a preferência do leão, que escolheu comer o burro e não a moça.

Murilo, o leiteiro da carroça, hoje senhor feito, continua comercializando leite. Mas, trocou a carroça por uma moto.

IO.

O preço da culpa

É muito ruim acordar assim, com o coração acelerado, um intenso suor frio, tremor no corpo inteiro. Assustado, tenso, e em seguida, aliviado por se tratar apenas de um sonho ruim. Um pesadelo.

Na adolescência, esse pesadelo se repetia como se repete o sol a cada dia. Era um trauma não resolvido, como uma expiação, me torturando como o fazem os penitentes em alguns países da América, inclusive o Brasil, no Nordeste, durante a Semana Santa. Nesses casos, o martírio é consciente, deliberado e autoexecutado, autoinfligido. Eles inserem uma lâmina na extremidade de uma corda, e com esse chicote arremetem contra o próprio peito e costas, em um ritual de automutilação, acompanhado em geral por um cortejo, uma procissão, sob os olhares comovidos e gestos de aprovação dos pares da comunidade. Nessa procissão, o público faz parte do espetáculo da demonstração de fé.

Já o meu pesadelo, também autoinfligido, porém noturno e sem plateia, invade sorrateiramente meu sono e açoita a minha consciência com reflexos em todo o meu corpo físico e espiritual. De onde provém tamanho castigo eu não sabia. Um sofrimento tão profundo que tem origem desconhecida e me acompanhou do início da adolescência até momentos mais tardios da vida.

A manhã fria circundava a minha casa na Rua Araguaia. Ali uma parte mais baixa da cidade e um grande quintal de bananeiras mantinham o terreno sempre úmido e frio, e a

temperatura era mais amena que em outras partes da cidade. Nessa manhã, todos nós da família acordamos mais cedo e tínhamos ido dormir mais tarde. A organização para o passeio a Goiânia envolvia todo um preparativo para os dias de viagem. A lista, para que não se esquecesse, constava de variados itens que envolvia: providenciar água, biscoitos, farofa, uma matula e coragem para percorrer os 248 quilômetros de estrada de terra até Anápolis. Em 1963, o que é hoje a BR-153 era uma estrada esburacada, estreita, sem aterros, ou melhor, terraplanagem. Portanto, irregular e sem assistência, postos de gasolina, oficinas ou núcleos habitacionais próximos. Nos 100 primeiros quilômetros havia dois ou três núcleos de casas à vista da estrada. Posto de gasolina, apenas em São Luiz ou em Ceres, a 105 quilômetros. O restante da estrada era um isolamento só.

Papai preparara o jipe com abastecimento, calibrara os pneus e fizera outros ajustes. Levantamos, todos os filhos, para acompanhar a saída para o que, na época, era uma grande viagem, mais até do que é hoje viajar para outro país. Malas prontas, a matula em latas bem acondicionadas, água e algum travesseiro para suportar os solavancos, os pulos, os saltos que o jipe Willis dava nessa estrada. A poeira levantada pelo próprio veículo e pelos poucos que vinham em sentido contrário formava uma nuvem que cobria todo o jipe, o motorista e os passageiros. Nesse carro cabiam três pessoas na frente, na única poltrona. Atrás, duas estruturas de aço de cada lado imitavam um assento duro e estreito. Ali, em geral, íamos aos nossos pequenos passeios, os cinco filhos e os pais, nas visitas semanais à casa dos avós maternos, na cidade, e do avô paterno, na Fazenda Conceição ou Tapera. Imagine, nessa prole, quanta disputa e

chororô para conquistar um lugar entre o pai e a mãe no banco macio da frente do jipe...

Não eram seis horas quando partiram. A previsão era que ao final da tarde, depois de dez, onze horas de viagem, chegassem a Anápolis.

Eu continuava extremamente emburrado e insatisfeito por não ter ido nessa viagem. Como filho mais velho, supunha ter e até exigia alguns direitos e regalias acima dos meus irmãos. Mas meus pais não pensavam e nem agiam assim. Até o último instante eu contava ser incluído na viagem, embora tenha sido sempre avisado do contrário. No fundo, acreditava que a minha insistência haveria de modificar a decisão de levar apenas a irmã mais nova. Nenhuma explicação era suficiente para eu aceitar essa recusa. Assim, na manhã fria o jipe partiu ante nossos olhares. O meu olhar desolado, o meu ânimo ardido, a minha raiva do que supunha ter sido um gesto de rejeição e injustiça.

Voltamos ao interior da casa, era domingo, não teríamos aula, mas tínhamos a obrigação de estar prontos no horário da missa dos jovens, a missa das nove horas. As celebrações eram às seis e às nove horas da manhã, na catedral católica da cidade, sede da diocese. Vestimos as roupas de domingo e fomos, os cinco irmãos, à missa.

Não tinha chegado ainda o momento da homilia quando alguém, de quem nunca consegui me lembrar, cochichou ao meu ouvido a frase mais triste e avassaladora que já ouvi: “O jipe do seu pai tombou, eles estão vindo para o hospital.”

As pernas não seguraram meu peso, sentei. A cabeça tonta rodopiava como um pião e não permitiu, por alguns segundos, que eu me desse conta do significado da frase. Como assim?

Desastre? Tombo? Hospital? Como a realidade podia instantaneamente mudar assim, me invadir a ponto de eu não pensar? Como lidar com essa notícia, como devia reagir? Um turbilhão de perguntas mal formuladas, mal entendidas, me rodeava ali, frente ao altar, na casa de Deus. O crucifixo derreteu ante meus olhos. Eu, o filho mais velho, o primogênito, o esperto e independente, o insistente, indelicado e revoltado, não sabia o que fazer. Ninguém sabia. Ninguém poderia me dizer.

Eu, acompanhado de adultos familiares, me dirigi ao pequeno hospital do Dr. Roberto para acompanhar a chegada dos viajantes, que não demoraram. Todos muito machucados, todos em estado de semiconsciência. O meu pai estava em estado grave, mesmo um leigo identificaria a gravidade do traumatismo craniano. Sangue, muito sangue misturado com areia, terra e pequenos pedregulhos. Um quadro assustador! O hospital tinha apenas um médico, um enfermeiro e um ou dois auxiliares. Cinco ou seis quartos sem banheiros, essa era a estrutura do hospital. O que seria um centro cirúrgico era um espaço precário adequado para pequenas cirurgias superficiais, aplicação de gesso e injeções.

Quando meus pais chegaram em estado de semivivos, me invadiu uma angústia, uma onda escura cobriu minha visão e meu pensamento. Eu não podia pensar, não conseguia pensar. Era de manhã, mas tudo escureceu. Fiquei ali em profunda solidão no corredor de entrada do pequeno hospital. Talvez o nome da sensação vivida naquele momento fosse horror, impotência, desespero.

Meu pai passou quatro dias inconsciente, em estado de coma, e continuou internado por longo tempo. Minha mãe foi

liberada para continuar em casa no sexto dia, minha irmã mais nova ficou quatro dias internada para tratamento de um furo no baço.

No sábado seguinte, dia da confissão na catedral, meu pai já reconhecia os familiares e me reconheceu. A família, os amigos, todos que estavam ali, todo o tempo na porta do hospital, foram se dissipando e a rua, a família e a cidade foram voltando à normalidade e à esperança. Todos foram considerados fora de perigo. Nesse sábado à tarde, às cinco horas, no horário das confissões, enfrentei a fila com a convicção de que revelaria aquilo que me atormentava durante todos aqueles dias. Ajoelhei e disse ao padre, meu conhecido e amigo da família, como todos na minha cidade. Confessei o meu pecado, como não quiseram me levar para a viagem, e como teria dito ou pensado, muito revoltado: “Não vão me levar? Então, tomara que morram”. O padre fez um silêncio interminável e me ordenou rezar uma salve-rainha e dez ave-marias. Levantei-me e, pela primeira vez, rezei o “Santa Maria” bem devagar, completo e contrito.

O pesadelo veio depois do acidente e desapareceu na idade adulta, depois da psicanálise. Ele se repetia centenas de vezes, sempre do mesmo jeito: eu dirigia um carro, cuja marca desconhecia, e sem que eu provocasse ou desejasse, começava a acelerar sem controle e, de repente, avançava por sobre uma multidão. Desesperado, eu acionava o freio, que não me obedecia, e continuava avançando... Nesse momento, eu acordava em estado calamitoso, em extrema ansiedade.

II.

Avenida Araguaia: o caminho real

A carruagem real seguia com toda a sua beleza e brilho, encantando a todos. Os cavalos estavam ornamentados com penachos coloridos na testa e nas patas, à altura dos joelhos. Nas patas dianteiras e traseiras viam-se enfeites de florais coloridos. Os arreios, como as madeiras das guias dos animais, eram cravejados de placas de metais como alumínio e bronze, caprichosamente limpas e brilhantes. A cabine da carruagem, toda enfeitada conferia, à luz do sol, uma visão quase onírica. O sistema de amortecedores era tão perfeito que, mesmo com os buracos da rua, fazia a carruagem seguir macia, parecendo deslizar. As cortinas douradas das janelas não permitiam distinguir quem da família real estava sendo carregado, mas seria a princesa? O cocheiro, vestido com o uniforme dos funcionários do palácio, de vez em quando acionava uma buzina a ar com um “fon-fon” delicado, real. O “fon-fon” era acionado pelos pés, com tecnologia avançada, e as cornetas saíam pelas laterais, para que todos as ouvissem e desobstruíssem a passagem. Ninguém ousava atrapalhar o cortejo, antecedido por uma quadra de soldados reais, enquanto outros quatro o acompanhavam, logo atrás da carruagem. Os moradores da Rua Araguaia, nas portas e janelas das casas, apreciavam essa passagem real com muito orgulho e gratidão. É preciso acreditar nesses depoimentos e lembranças, mesmo vagas. Se ainda couber alguma dúvida, está aí o santo dicionário Google para afiançar a informação.

Assim contam os muitos contadores de histórias da família Fernandes de Carvalho, embora alguns acrescentem muitos detalhes de difícil memorização. Sabe-se, para reforçar a veracidade deste relato, que talvez seja um pouco exagerado sim. Mas vale lembrar que, desde 1733, o rei traçou e autorizou as estradas reais, que iniciavam no Rio de Janeiro e se ramificavam em três ou quatro, dirigidas aos pontos cardeais do Brasil. Eram as únicas permitidas, para que a Coroa portuguesa tivesse controle total do trânsito, especialmente de ouro e metais preciosos. A primeira estrada autorizada e mais vigiada passava por Minas Gerais, particularmente por Ouro Preto.

Por essas estradas o ouro era levado, sem riscos, para Portugal, a fim de enfeitar suas igrejas e pagar suas fabulosas dívidas. A estrada real que ia de Minas a Goiás, passando por Vila Boa, Pirenópolis e Corumbá, descia por Sant'Ana, atravessando o que seria depois chamado Rua Araguaia. Quão importante é hoje essa rua! Mas já o era mesmo como simples “trieiro” da Fazenda Machambombo. Para que acreditem que não minto sozinho, consultem a página 146 da importante obra memorialística e histórica *A família Fernandes e a fundação de Uruaçu: reminiscências*, de autoria de Cristovam Francisco de Ávila, também morador da rua. O livro foi publicado pela Gráfica e Editora Bandeirantes, de Goiânia, em 2005.

Aqui não se têm notícias de massacre dos nossos parentes índios da nação Jê por uruaçuenses. Os Tapuias se fixaram a uns 100 quilômetros, os Avá Canoeiros, seguindo o Rio Tocantins, habitavam a região de Serra da Mesa. Hoje restam apenas três ou quatro índios. O sangue indígena não mancha nossas ruas. Os Fernandes de Carvalho, liberais desde a época do Império, em São José do Tocantins, antes da Abolição, já haviam

libertado seus escravos, que lá construíram a pequena e bela Igreja de São Benedito. São muitos os Beneditos na família Fernandes. Na minha família materna, com origem em Cavalcante e Niquelândia, muitos são pretos e pardos, quase todos. Um preto, Benedito Campos, muito conhecido aqui em Uruaçu como goleiro, dono de cartório e rapaz muito bonito, era irmão da minha mãe. Até onde temos consciência, não carregamos o preconceito de cor.

Essa Rua Araguaia, via tão importante, por onde teriam trafegado governantes, lacaios e membros da corte real, recebeu também, com muito carinho, os forasteiros, imigrantes de outras partes do Brasil, especialmente do Nordeste. Eram trabalhadores fugindo da seca e da exploração lá reinantes. Outros trabalhadores chegaram de Goiás mesmo, a partir de Niquelândia, vislumbrando, na ousadia do coronel Gaspar, uma perspectiva de crescimento social e econômico.

Exagerados contadores de história como Gilberto Ponce diziam que a rua era “internacional”, pois ali moravam um senhor de origem indiana, um engenheiro de nome Frank, sua esposa Berenice e a cunhada Irenice Aparecida Marinho Coleti, nascida em Presidente Venceslau (SP). Na verdade, eram todos brasileiros: o engenheiro era, como toda a família, paulista, provavelmente filho de imigrantes da terra de Gandhi. Marido e mulher muito educados, mas reservados, não participavam das nossas rodas. A cunhada, bem jovem, bonita e bem saída, povoava nossas fantasias. Eles moraram na cidade por um ou dois anos, no início dos anos 1960.

Sem os exageros do conterrâneo, a rua dessa cidade tão pequena era uma amostra do Brasil. A interiorização era crescente. A imigração interna era muito relevante, especialmente

do Nordeste para o Centro e para o Sul. O líder da família Fernandes, na sua visão política e empreendedora, fez o tio Zeca, José Fernandes, negociar com a Cúria Episcopal da Igreja Católica no Rio de Janeiro a mudança da sede da Diocese de Niquelândia para Uruaçu. O argumento foi que a então Vila de Sant'Ana estava em franco progresso e um planejamento de ocupação urbana incluía a doação de uma área com raio de 1 km em torno da igreja, já loteada, para a diocese comercializar e ficar com os recursos financeiros. Duas razões realmente irrecusáveis. Quem conhece a história sabe que a família pretendia concorrer com sua antiga cidade, São José, Niquelândia, em desenvolvimento, poder econômico e político.

Aqui chegou gente de muito longe, como do Piauí, do Maranhão, do Ceará e das lonjuras de Arraias, hoje Tocantins, a 600 quilômetros da Rua Araguaia. Como essa terra atraiu o seu Augusto Galvão? Nascido em Passagem Franca, no estado do Maranhão, ele foi, aos 21 anos, para a capital São Luís e depois rodou o país como militar do Exército. Teve baixa em 1926 e voltou à cidade natal. Em 1935, veio parar aqui com conterrâneos, os amigos João Vieira, João Donato, João Florêncio e outros. Casou-se primeiro com a filha do Sr. Bernardino, morador da mesma rua onde depois passou a morar o Sr. Antonio Gualberto. Sua esposa veio a falecer no primeiro parto. Em segundas núpcias, seu Augusto casou-se com dona Alice Araújo Galvão e tiveram o filho Edson Galvão em 1939. Seu Severiano, sogro do Augusto, nasceu em Arraias (TO), veio com a esposa e cinco filhos de São José, Niquelândia, em 1928, ocupando uma palhoça nessa rua. Eles merecem um capítulo à parte. Antonio Rodrigues e dona Judith, com os filhos pequenos

Raul, Rita e Antonio, vieram do Maranhão e do Ceará. O jornalista e funcionário público Filomeno Luís França e dona Grací, minha madrinha de crisma, vieram do Piauí. Antonio Gualberto de Alencar e dona Bárbara, que se diziam parentes do marechal Castelo Branco – à época devia ser tenente –, vieram do estado do Ceará.

Ah, a Rua Araguaia, estrada real, abrigo de imigrantes, colo para estrangeiros e palco de tantos acontecimentos felizes e tristes... Dinâmica, vibrante, misteriosa, povoada por gente simples e generosa. Com seu jeito caipira de ser, de comemorar, de viver, essa rua de pedra, poeira e areia simboliza a minha cidade, meu estado, meu país.

Leão solto, gente brava, doidos conhecidos e desconhecidos, assassinato! A rua tinha de tudo.

Rua tão pacata que disputava apenas quem fazia a melhor, a mais bonita, a mais duradoura fogueira de São João. Mas foi palco e testemunha de um assassinato entre o final de 1933 e início de 1934. O cabo Gaspar, na casa da vítima e a sangue-frio, assassinou-a com três tiros no peito, após um cumprimento em que apenas o dono da casa estendeu a mão. Eram quatro horas da tarde. A vítima era José Monteiro, tabelião do 1º Ofício. A esposa, dona Luzia, normalista, era professora no grupo. Eles moravam na casa que depois passou a ser habitada pelo senhor Antonio e dona Judith. O motivo do crime e os detalhes estão relatados no livro *A família Fernandes e a fundação de Uruçu: reminiscências*, já mencionado.

Bem perto da casa onde papai, bem mais tarde (1948), morou, residia o fazendeiro João Rodrigues, conhecido também como João do Amarra Cachorro, pois carregava no sobrenome o local da sua fazenda. João era homem destemido, desses

pouco resistentes à frustração, mas tinha amigos como o vizinho Zezinho Ponce. Terminava uma manhã calorenta de verão quando chegou à casa do fazendeiro um soldado meio atrevido, que veio tomar-lhe o revólver 38 Schmidt, carregado pelo dono tal qual uma mulher carrega, como adereço, uma pulseira para se sentir mais bela.

Armou-se uma discussão, com a resistência previsível do João a entregar a arma, já na cintura. Ao gesto do soldado de retirá-la com as próprias mãos, o fazendeiro, mais rápido, sacou-a e atirou na cabeça do militar. O morto no meio da sala não era um qualquer. Alvorço na rua, José Ponce (Zezinho) chegou imediatamente e aconselhou o amigo a fugir imediatamente, já prevendo retaliação. O fazendeiro calculou que ir para sua fazenda era muito óbvio e ele seria facilmente encontrado. Lembrou-se da boa relação com o prefeito, e ponderou que na casa da autoridade poderia, pelo menos, estabelecer algum diálogo com quem o viesse prender. Não tardou, outro soldado chegou e, sem cerimônia, invadiu a casa do prefeito e executou o João do Amarra Cachorro debaixo da cama do casal, onde ele se escondera.

A rua, como todas as ruas do mundo, que conta suas histórias tristes, conta também memórias alegres e divertidas. A rua abrigou alguns artesãos, como o senhor Severiano Araújo Guimarães, com a esposa Ovídia Ferreira Silva e os cinco filhos. Já era artesão em São José, Niquelândia. Na Rua Araguaia ficaram morando ele, esposa, o filho Antonio Ferreira Guimarães (Tônico) e a filha Alice. Hábeis na arte de modelar o ferro à base de fogo, os ferreiros eram solicitados para o conserto de armas de fogo, o que lhes conferia uma aura encantadora para mim e os meninos amigos, por manejarem e

dominarem exatamente os instrumentos proibidos para nós, crianças, como espingardas e revólveres de vários tamanhos e formas. Eles faziam os aros para rodas de carros de bois e os pregões fixados às dúzias nessas rodas. Faziam facões, tachos de cobre, facas, chaves, fechaduras simples, trancas, ferraduras, marcas para ferrar gado e muitos outros instrumentos utilitários.

Bem idoso, já sem muita força física, o seu Severiano passou a fabricar pequenos objetos, como cabos de escovas de dentes, tanto de chifre quanto de couro. As figas iam parar em cordões ou pulseiras, na crença de proteção e sorte ao portador. Diariamente, quando o sol se punha, vovô Severiano, como eu o chamava, sentava na porta de casa com os chifres, escovas usadas, flandres, canivetes, pequenos alicates, limas e outras ferramentas. Esse trabalho, que mais parecia uma brincadeira, nos atraía e nos mantinha por perto, porque o vovô contava muitos causos e cativava nossa atenção até que nossos irmãos vinham chamar para o jantar. Tônico herdou do pai a arte manual, bem como a de contar histórias. Era uma família diferente, com apenas um filho, a quem era dirigida toda a atenção dos pais, tios e avô. O genro, seu Augusto, era de pouquíssima conversa, muito grande e com cara de poucos amigos. Exercia a função de oficial de justiça, que exigia postura mais severa, fácil para ele, de formação militar desde os 17 anos.

Na rua havia de tudo. Até pensão. Uma não, duas. Não muito longe, na Avenida Tocantins, havia as pensões concorrentes do meu avô materno, seu Hidelbrando, e a de dona Iraídes, e a pensão dos vizinhos Rodolfo Fernandes e dona Ercília, ponto de paragem sempre que se subia pela avenida. Na Araguaia com a Ceará situava-se a pensão de dona Ana

Ponce, numa casa comprida, com quatro quartos de cada lado do corredor. Logo adiante, numa casa menor, ficava a pensão de dona Avelina Curado. Por longos anos as duas recebiam os comerciantes de gado, os mascates e os imigrantes de passagem.

A Fazenda de Sant'Ana havia se desenvolvido rapidamente, tornando-se o distrito de Pilar, em janeiro de 1924. Mais tarde, em 4 de julho de 1931, o distrito foi elevado a vila. A década de 1950 foi rica e promissora para o desenvolvimento, com o ponto alto em 1957, quando o bispo Dom Prada veio para a sede da diocese recém-transferida de Niquelândia. A comercialização regular e organizada dos lotes de terras, doados pela família Fernandes para a diocese, foi uma das condicionantes para essa transferência diocesana.

A Rua Araguaia continua sendo uma das melhores artérias da cidade. Nela convivem, lado a lado, famílias tradicionais nas casas originais e novas famílias em construções arrojadas e modernas. Em comunhão pacífica e amigável, mantêm a realeza em sua simplicidade. Não se sinta enganado, caro leitor, com o título desta história, trata-se de uma licença poética.

I2.

Roda de conversa

No interior de Goiás, nessa quadra dos anos 1960, na Rua Araguaia, os vizinhos se reuniam frequentemente na porta de casa no início da noite, no período de lua crescente e cheia. Os jovens, apesar de toda a agitação hormonal, também faziam suas rodas de conversas. Entre os adultos bem-comportados desenvolviam-se assuntos chamados sérios, em especial quando as esposas ou moças adultas estavam presentes. Havia também as ruidosas correrias das crianças menores, em brincadeiras agitadas de esconde-esconde e de roda. Entre os considerados mocinhos e mocinhas imperavam os tons jocosos, as gozações, alguns segredos de família – claro, não da própria casa – e coisas de que os adultos, os pais, não tinham conhecimento.

Todos se conheciam, abrindo mão de grandes descrições do personagem escolhido na roda para cristo. Em geral era um primo, prima ou tio, tia, necessariamente ausentes. Não vivíamos o tempo do politicamente correto e a exploração do cômico e do chiste advinha de nós mesmos, de personagens com algum traço físico, de personalidade ou de caráter que o marcasse. Aqueles com alguma dificuldade de visão, ou gaguejavam, ou tinham o pé torto, os que não conseguiram progredir na escola. Outros, ainda, por problemas de coluna, andavam curvados, ou tinham tique nervoso ou vício.

Os causos ganhavam força interpretativa e atenção da plateia quando se imitava fisicamente o personagem. Por isso,

alguns desses meus companheiros de infância e juventude se especializaram na arte da contação de histórias. Adilson Martins, por exemplo, portava uma discreta gagueira valorizada nas nossas rodas, quando ele imitava o pai, o tio Chico. Ele, tio Chico, especialmente em momentos de fúria ou quando bebia, se atrapalhava com as palavras: “Qui...qui... qui...”, como uma partida de motor com a bateria fraca. Essa imitação tinha grande valor, pois o personagem, bravo que era, se soubesse que era motivo de risos, não ficaria indiferente. Ríamos da possibilidade de ele chegar de repente, em sua altura avantajada em comparação com a média da família. Todos gostávamos muito dele e da tia Flausina, mas isso não evitava as piadas.

Quando o Adilson e o Benedito (Dito), este bem pequeno, saíam, seu irmão, Agenor, de apelido Pita, desinibido e gozador, assumia a cadeira e contava notícias do fracasso do irmão, como o episódio de uma tinturaria que seria a segunda da cidade. Ele havia aprendido o ofício e começara a trabalhar na recém-criada tinturaria do Diogo Ponce. Segundo contava Pita, o irmão fora assediado, com extrema discrição, por um engenheiro da Rodobrás recém-chegado à cidade. Na verdade, o gordo engenheiro nada explicitava, apenas lhe dirigia a palavra com o “bom dia”, o “boa tarde”, até a sua demissão voluntária. A desconfiança do Adilson e sua inquietação surgiram porque o forasteiro levava o mesmo paletó duas, três vezes por semana para ser lavado e passado. Naquele que seria seu último dia de trabalho, o engenheiro o encarou e elogiou os olhos verdes do aprendiz de tintureiro. Adilson considerou aquilo um insulto indecente e abandonou o emprego e o ofício.

Muitos anos depois, exerceu o tabelionato em outra cidade e o mundo perdeu um tintureiro.

As mocinhas tinham lugar e voz nessas nossas rodas de conversas, em geral, na porta da nossa casa, na Rua Araguaia. Neide Gomes não morava na rua, mas de lá não saía. Tinha ali tios, tias e um tanto de primos. Mais velha, foi filha única por longo tempo, uma diferença de nove anos em relação à irmã Nilde, que estava lá com as crianças menores, correndo e gritando. Neide, vocacionada repórter, contou, pedindo segredo, uma história para a ocasião, muito picante e certamente motivo de muitas risadas. Como boa contadora, ela descreveu o cenário. A Prefeitura tinha iniciado a canalização do Córrego Machombombo, que cortava a cidade, atravessando a avenida principal, Tocantins, e depois a Rua Goiás. A obra de saneamento empregou várias manilhas, e muitas delas ficaram espalhadas por ali, à margem da rua e próximas ao córrego. Manilhas enormes, com diâmetro de 1,40 metro, mais ou menos, e comprimento bastante para esconder folgadoamente duas ou três pessoas. O córrego na Rua Goiás tinha uma vegetação alta, árvores próprias do Cerrado e logo abaixo, um bambuzal. Ali, antes do bambu, havia um poço de banho, segunda opção para quem não preferia um poço maior, conhecido como o “poço dos homens”, um pouco acima da avenida principal.

Zequinha, o Joaquim Fernandes, era um primo solteirão, exímio músico e querido por todos. Alcoólatra, quando tomava umas pingas, nos divertia com suas histórias e causos verdadeiramente mentirosos. Mas, dizia Neide, essa história contada por Zequinha era verdadeira. Havia um casal de namorados, de nomes não declinados expressamente, mas adivinhados por todos, graças à riqueza da descrição da contadora. O namoro

não era aceito pela família da moça, que morava ali por perto, na praça da igreja. Era sempre final de tarde quando o casal se encontrava e se escondia dentro da manilha. Todo o esforço, toda a criatividade, toda a tensão e, quem sabe, todo o amor só para ficarem alguns minutos juntos. Não passaram de um beijinho atrevido, já que o rapaz era ousado.

Zequinha costumava se banhar ali, no segundo poço, sempre quando o dia fechava os olhos e o breu da noite ainda não era tão intenso. Seu “trieiro” de acesso passava pelas manilhas amontoadas. Caminhava então Zequinha com a lamparina acesa, vagarosamente, como de hábito. O casal mal tinha chegado, estava de mãos dadas, o coração acelerado, a mão da moça ainda um pouco fria, quando ela notou uma luz vindo na direção do esconderijo. Soltou imediatamente a mão e pronunciou aquilo em que ele não queria acreditar: “Meu pai está vindo!”

A manilha ficou menor do que realmente era, eles se puseram de pé e, sem combinarem nada, cada um correu para uma saída, ela em direção à sua casa, ele subindo pela Rua Goiás afora. Zequinha estava tranquilo e enxergando tudo, graças, ele dizia, às gotas de limão que pingava em cada olho diariamente. Percebendo a movimentação dos dois, ele, curioso, apressou o passo para identificá-los. No que fez isso, o casal, preparando a fuga apressada, saiu em disparada para não ser reconhecido. No dia seguinte, não passava das dez horas, Zequinha negociou com a Neide o bom caso em troca de uma dose de pinga no bar do “primo Toninho”, que já não aceitava mais os seus “fiados”. Neide, divertida, incluía na contação a linguagem corporal, imitando o balançar da saia da prima surpreendida. Riso geral.

E Neide não parava de contar. Sempre outra coisa lhe vinha à lembrança: “Quando eu cheguei de Catalão, fui fazer um curso lá, e as pessoas quando me viam diziam: ‘Nossa, como você está bonita, mais gordinha!’ Outros diziam: ‘Você está linda!’ Na casa da minha mãe só tinha um banheiro no quintal, e nele tinha um buraco que era para colocar um vidro, só que nunca puseram. Tinha um pé de laranja que os galhos passavam nesse buraco. À tarde, quando eu fui tomar um banho, me veio uma lembrança que um primo podia subir e me ver pelada, fui tomando banho e não tirava os olhos do buraco, porque eu tinha certeza que ele ia tentar me ver. De repente, as folhas começaram a balançar, me enrolei na toalha, enchi uma lata de água e quando ele apareceu com a cara no buraco, joguei a água e ele caiu do alto do galho, e eu fiquei morrendo de medo de ele ter machucado”.

O primo espião, presente à roda, já se contorcia de vergonha e raiva, entregando-se ao protestar veementemente, dizendo que era mentira... Era mentira, ele estava trepado no pé colhendo as laranjas maduras. O grupo caindo de risos, em tom de deboche, dizia acreditar na segunda versão.

Tia Noa, irmã do meu avô, era uma figura rara. Avó carinhosa, não dava moleza aos netos, sobrinhos ou demais parentes autores de alguma palavra ou feito que não lhe agradasse ou contrariasse. Adepta de bebida alcoólica, como muitos membros da família, guardava uma garrafa escondida no quarto, dentro do guarda-roupa, ao lado de uma xícara de café. Quem contava essa história na roda, às gargalhadas, era o Bolívar, de apelido Boli. O personagem, primo da maioria dos presentes, morava e trabalhava em Goiânia, um dos poucos da sua geração que ousou deixar o berço santanense. Nas suas viagens a

Uruaçu não deixava de visitar os mais velhos, sempre com muita fineza nos gestos e no trato, o que chamava a atenção da meninada, por ser ele tão familiar e ao mesmo tempo diferente.

Conta Boli que Domingos fora visitar tia Noa, também sua madrinha, e levou-lhe uma revista dessas bem ilustradas. A presenteada, folheando a revista, descobriu uma prateleira bem decorada com forros coloridos e pediu ao visitante que lhe trouxesse de presente aquela fonte de coloridos interesses. Domingos pesquisou a revista junto da tia e prontamente disse que a presentearia. Saindo dali, dirigiu-se à loja de Tilá (Átila), o Bazar Estrela, e escolheu papel crepom nas cores da figura da revista: vermelho, amarelo e azul. Voltando pela avenida, entregou o presente. Atencioso e delicado que era, ofereceu-se para ajudar a recortar o que tia Noa chamou de toalha. Mediu o móvel de madeira, companheiro de vários anos da cozinha com fogão a lenha, e já com tábuas manchadas e desgastadas por água, calor e fumaça.

Assentado o papel, recolocadas as vasilhas, ela agradeceu eufórica a profusão de cores, ao mesmo tempo em que lavava uma chaleira. Distraída na conversa, pôs a chaleira, sem enxugar, no ponto mais alto do móvel. Imediatamente escorreu uma boa quantidade de água colorida, molhando todas as vasilhas abaixo. Tia Noa arregalou os olhos, tocou com as mãos, como que para acreditar que as toalhas se desmanchavam, sujando as panelas e frustrando totalmente suas expectativas. Nesse momento do relato, Boli se levantou e imitou os gestos e a voz brava da tia.

– O que é isso, Domingos? Que trem é esse que você me deu? Sujou tudo, quero isso não! – dizia irritada, enquanto puxava o que restava de papel crepom seco, derrubando algumas vasilhas ao tentar protegê-las da água colorida.

Domingos, estático e também decepcionado, não sabia o que falar para se desculpar. Tia Noa pegou o restante de cada rolo de papel crepom e empurrou contra a barriga do sobrinho, dizendo para ele levar “para sua casa, lá terá proveito. Seu pó de arroz.” Sem se despedir, deixou Domingos na cozinha e foi ao quarto. O sobrinho saiu cabisbaixo, mas teve tempo de ouvir o rangido da porta do guarda-roupa.

Mariluce tinha um sorriso fácil. Ria com o franzino corpo, dando tapas no ouvinte. Engraçada, independentemente da história, nos fazia rir. Talvez o teatro tenha perdido uma grande atriz. Contou que ela própria vira a cena: Nenzico Mendonça organizava turmas para o roubo de galinhas no quintal dos vizinhos. Um dia foi surpreendido pelo nosso tio-avô José Fernandes e levou uma bronca severa. No sábado seguinte, ele subiu a Avenida Tocantins e entrou pela Rua Araguaia montado em um jegue, mas ao contrário, de costas para a cabeça do bicho. E não só, esperto que era, tinha alguma amizade com o animal. Sentado ao contrário, fez do rabo um microfone e cantou em deboche ao autor da bronca por causa do roubo frustrado: “A barriga do José Fernandes é barriga de jumento... Ele tem que me pagar 17.700... Ele tem que me pagar 17.700...” Mariluce fazia com as mãos o microfone e imitava o curto tropel do jegue, pocotó, pocotó, pocotó.

Em nossas rodas de conversa, especialmente as histórias de amor e sexo despertavam o maior interesse no grupo de jovens. Fofoca seria outro nome para essas conversas, fuxico ou mexerico, termos mais antigos usados para a mesma situação. A fofoca pode ser muito danosa para uma pessoa ou a comunidade, pode destruir reputações e provocar grande violência e desastre. No nosso caso, havia certo cuidado espontâneo em

não atravessar certas fronteiras, em particular, as morais. A fofoca assim praticada significava reproduzir anonimamente aquilo que não era público ou publicado, o que não era oficial. Nessas conversas, o que devia ser privilegiado era o cômico, o laço social assim fortalecido e os ganhos psíquicos da catarse. As gargalhadas eram o testemunho disso. Poucas vezes se rompia a combinação silenciosa, o pacto tático do grupo de que os conteúdos expressos naquela ocasião não deveriam dali sair.

Diferentemente, os dias de hoje trazem o avanço da tecnologia, a expansão e a divulgação instantânea de qualquer notícia, informação ou relato, que chega a milhares de pessoas sem se precisar a autoria. Os meios eletrônicos trouxeram, junto à expansão da fala, em forma escrita ou vocalizada, a possibilidade do anonimato. Essa condição estimulou e favoreceu os traços perversos do ser humano e agigantou os danos a pessoas e instituições. Das quase inocentes fofocas das rodas de conversa da nossa rua às atuais *fake news*, uma profunda diferença se processou nas relações sociais e no mundo. A atualidade, com suas tecnologias, está forjando um novo ser humano despidido de romantismo, empatia e graça, presentes até o final do século passado nas comunidades pequenas do interior do país.

Todos se conheciam e se reconheciam, conviviam fisicamente, repartiam conhecimentos, emprestavam ferramentas materiais e afetivas, colaboravam para a manutenção da comunidade, abrindo mão de parte de seu egoísmo e narcisismo. O mundo mudou, mas a Rua Araguaia conserva, em alguns moradores, essa alegria do compartilhamento. O exemplo típico é a anual festa junina promovida pela família Ponce, ocasião em que se reúnem os parentes que moram fora e amigos de toda a cidade, especialmente os vizinhos mais próximos.

13.

Um cupido passeia pela Avenida Araguaia

Nos últimos dias de fevereiro de 1963, ele lamentava o fim das férias e aproveitava cada minuto fazendo o mesmo programa diário: andar pelas casas dos vizinhos. As preferidas eram a oficina do Tônico, grande contador de causos, e a casa da dona Diva. À oficina chegavam fregueses das mais diversas procedências, pessoas da cidade, empregados de fazendas, comerciantes, boiadeiros, roceiros e fazendeiros. Ele estava na oficina, na tarde inclemente de verão, conversando com os vizinhos Wilson Costa e Benício Guimarães. Aí começa esta história.

Chegou à oficina uma família estranha, o carro jamais visto pela cidade, mas ele conhecia a marca e o modelo das viagens a Anápolis. Era um Aero Willys preto, novinho, com friso prateado nas laterais. O senhor e família, uma senhora e sua filha, saltaram e vieram para a oficina. O senhor se dirigiu, sem mesmo olhar para quem ali estava, ao ferreiro, solicitando algum conserto no seu revólver, que foi mostrado e examinado. Tônico tentou adiantar o diagnóstico, o conserto e o orçamento. Mãe e filha se sentaram nos dois tamboretos oferecidos. Ele continuava sentado na janela baixinha e apropriada a esse descanso. Todos bem vestidos. Mãe e filha logo se aproximaram da janela para apreciar o grande quintal, com horta, já antevista. Nessa aproximação, ele sentiu um perfume jamais sentido, as duas deviam usar o mesmo, promovendo uma

grande e agradável onda. Respirou profundamente, voltando-se especialmente para o lado da mocinha e afastando-se o suficiente para que elas tivessem melhor visão do quintal... O perfume, oh, doce perfume, o inundou e seu corpo adquiriu uma repentina leveza. Tudo lhe provocou um imenso prazer, ao ponto de um estupor.

Nesse momento, dezenas de colibris se aproximaram da janela. Outro tanto de abelhas se assanhou e voou da parreira logo ali adiante, acercando-se também da janela. A causa da sua satisfação se tornou mais brilhante, e teve que cerrar um pouco os olhos para reconhecer e admirar a procedência. A fonte de onde jorravam esses eflúvios era a jovem que ali chegara. Provavelmente da idade dele, cabelos e tez claros, delicados, e uma cicatriz na testa em formato de meia ferradura. Teria sido atingida pelo coice de um cavalo bravo ou escorregado em uma pedra pontiaguda? Teria doído muito?

O pequeno rapaz despertou desse estado psicológico, acordado por alguma pergunta que a mãe da jovem lhe dirigiu e à qual respondeu de forma sonâmbula. Terminada a conversa sobre a prestação de serviços, o chefe da família disse que ficariam hospedados na pensão do seu Rodolfo por dois dias. Estavam na cidade para que a filha se internasse para estudar no Colégio das Freiras. Aquilo que se chama esperança, um sentimento alegre, dele se apossou. A partir desse momento, passou a desejar ardentemente o início das aulas. Cresceu nele algo. Expandiu-se dentro dele como se o redemoinho do encontro permanecesse, com efeito de fermento. Sem mesmo saber ou pensar, claramente aquilo seria o amor? Dormiria aquela noite?

Os alunos iam chegando e ficavam espalhados em pequenos grupos, com alguns se alternando entre um grupo e outro. A reunião entre rapazes e moças durava pouco tempo e logo que se formavam os grupos homossexuais, com suas conversas “privadas”, eles aguardavam o tocar do sino para a entrada. O primeiro dia de aula não apresentava grandes surpresas, todos se conheciam e se frequentavam, não havia grandes novidades a relatar. A escadaria da catedral o recebeu como se fosse um sofá. Havia chegado bem mais cedo, e sentado, se afastava um pouco das conversas que, na verdade, o interessavam muito pouco.

As meninas do internato, a 50 passos, saíam quando tocava o sinal. Uma freira na porta do colégio dava o sinal para que a outra na porta do internato as liberasse.

Sentado e isolado, sentia-se mais seguro, afinal não veriam seu coração sair pela boca. Ela passou e encarou, atravessou e olhou para trás. Comentou algo com a colega ao lado e esta também se virou. Tudo ali foi dito. Ele ouvia tudo que desejava que fosse dito: “Eu gosto de você, eu te amarei”. Levantou atrás do grupo e se encaminhou para a fila, e desta para a sala de aula. Surpresa! A sala dela era ao lado, uma das duas primeiras salas ao entrar pela porta esquerda. O longo corredor ladeado pelas salas de aula à esquerda e à direita, sala de recepção, secretaria e auditório/teatro com palco. No final do corredor ficava a porta do lado direito, dando passagem para a área das séries iniciais.

Difícil aguardar o dia seguinte e tentar uma aproximação na hora do recreio, as freiras não permitiam conversas entre rapazes e moças além da troca de poucas palavras. As moças internas eram, por razões óbvias, as mais vigiadas. À noite, o

bilhete foi preparado, bastaram dois rascunhos. Para a entrada de aula, postou-se na escadaria exatamente como no dia anterior. Ouviu, sem que ela pronunciasse uma palavra, ele ouviu no olhar a mesma promessa de amor. Ficou seguro para a abordagem!

O recreio acontecia no pátio aberto, todo murado tendo na lateral uma área coberta, onde as meninas se reuniam em rodas alegres. Aproveitou a oportunidade surgida quando ela, se afastando da área coberta com uma interna, sua prima, e cujos pais moravam em outra cidade, de nome Meirinha, iniciou uma caminhada pelo pátio. Dirigiu-se à prima com qualquer assunto banal, ganhando tempo e condições para chegar ao ansiado objetivo. Certamente ela já havia comentado com a prima sobre o seu interesse e os olhares fulminantes que lhe dirigia. Cúmplice, a prima manteve o assunto, desenvolveu outro, a tempo de promover uma conversa em que os três participavam. Foram poucos e definitivos minutos, quando ele se assegurou de que seria correspondido. Assim, entregou-lhe discretamente o bilhete: “Ei, Maura, gostei muito de você. Quer namorar comigo?” Ela o recebeu com o mesmo cuidado com que se pega uma joia e o guardou dentro da blusa com a discrição de um espião. Desfizeram a roda.

Ele continuou literalmente rondando pelo pátio nos cinco minutos finais do recreio. Na sala de aula, nesse dia, foi algumas vezes surpreendido pela pergunta do professor, que o fazia aterrissar da nuvem de alegria em que se encontrava. Cair de tão alto, acossado por uma questão de matemática, não é simples. Como poderia, naquele momento, dar conta do quadrado da hipotenusa, da raiz quadrada de 1.963, da sequência de números primos? Mais lhe interessam os astros, as estrelas,

formando um tapete, a lua clareando o caminho, de braços dados com ela.

A partir daí não era mais menino, era homem. Um homem corajoso que enfrentaria o dragão da lua ou do chão, e as freiras proibidoras. Subiria o maior dos muros, derrubaria a maior das fortalezas para provar sua coragem e seu amor.

Os dias se sucederam, o mundo continuou girando, as estações passaram. A natureza continuou seu percurso de vida e de morte sem se importar com os homens, e ainda menos com os adolescentes agitados. Do mundo desse adolescente ninguém sabia ou podia supor. Nem ele mesmo daria conta de expressar totalmente o que se passava no seu ser. Como seria namorar sem poderem se falar? Ou se tocar... Como seria o primeiro beijo? Haveria um? A angústia ali residia. Como não havia resposta, faziam-se contornos, desvios, alianças e fantasias. E escritas. Escrever como se fala, escrever para falar. Ver apenas não o contentava, era preciso ter palavras, palavras para acreditar, convencer, aliviar, crescer, prometer.

“Querido, hoje eu fiquei muito triste com você. Me disseram que você fez bagunça na aula de francês do seu pai. Olha, não faça isso, aprender uma outra língua é muito importante para a vida e para conseguir um bom emprego. Beijo, Maura.”

A resposta foi dada num longo bilhete no dia seguinte, minimizando o acontecido e inventando uma desculpa qualquer. Algumas vezes, sem que planejasse, que pensasse, era surpreendido praticando aquilo mesmo que em si condenava. Momentos trágicos em que, por alguns minutos ou horas, achava irreversível a angústia motivada pela vergonha, pela culpa. Ele desejava não deixar dúvidas. Desejava que o desejo

por seu amor fosse poderoso o suficiente para vencer as barreiras físicas dos corpos, das moradas, das horas e do tempo.

“Querido, a irmã São João avisou que se eu ficar indo para o pátio aqui do internato para lhe ver na torre na igreja, ela vai contar para a madre Cecília. E quando você subir na torre não fique em pé na murada, é perigoso. Além do mais a irmã contou que o padre Chaves já proibiu qualquer um de subir lá. Cuidado, beijo, da sua Maura.”

O cuidado com o objeto do amor só o reforça. Na adolescência, especialmente os homens ainda conservam, na relação com a amada, algo que lhe requer ocupar, em algum momento, o lugar de mãe. Por isso se diz que as meninas amadurecem antes dos meninos. Os complexos processos em um e outro são diferentes. As mães são mais compreensíveis, complacentes, pacientes com os filhos quando eles experimentam as dores e as alegrias do amor.

“Querida Maura, agradeça à sua mãe por ter dado um jeitinho da gente se encontrar. Ela vai ficar aqui quantos dias? Você vai ficar com ela na pensão? Gostou do perfume que eu te dei? Coloque a resposta naquele buraco do muro do pátio. Pegue lá no final da aula. Beijo, te amo.”

A adolescência não é apenas um momento de explosão dos hormônios e espinhas. É um tumulto psíquico, um *tsunami*, nem se compara ao *tsunami* Sofia, ao furacão Katrina e a outros fenômenos frenéticos da natureza com nomes de mulher. Aquele fenômeno já tinha nome. Em busca da imagem que deveria ser heroica e forte, rompia muitas vezes as regras e o bom senso, para me afirmar como potência positiva. Transgredir, aventurar-se, arriscar-se são os significantes

afirmativos da adolescência de um jovem primogênito de classe média numa cidadezinha do interior.

“Querido, foi engraçado ontem quando o avião que você estava passou duas vezes bem rasante no Rio Maranhão. Só a irmã São João sabia para quem estávamos abanando a mão quando passou o avião. Quem estava na água saiu correndo para a areia, foi uma risada só. Você fica perseguindo as internas quando a gente vai para o banho no Maranhão. Não bastou aquela ida, com Alberto Veiga, em que ficaram escondidos no mato nos olhando? Eu soube que você pegou escondido o carro do seu pai. Não faça mais isso só para ver a gente, pois na segunda-feira a gente se encontra na escola. Tenha juízo. Da sua amada, Maura”.

O reencontro com a diferença sexual e os mistérios do mundo feminino são motivações profundas e inconscientes que comandam o comportamento dos adolescentes. Os modelos contidos nas histórias lidas ou ouvidas são referências necessárias para que eles ultrapassem esse período, preservando a vida, a todo o tempo ameaçada por pulsões à deriva.

O Cupido que invadiu a janela da oficina e inoculou com o amor esses jovens de 13, 14 anos devia saber que o amor intenso pode substituir o sexo. A adolescência é uma travessia complexa, com perdas e tentativas de elaboração de nova identidade, de nova posição subjetiva, de construção da heterossexualidade e heterosociedade, termo inventado para a passagem da vida familiar para a vida em sociedade, do privado igual ao público desigual.

“Ah! Agora vejo que dois bicudos não se beijam. Hahaha”
Esse correio elegante anônimo tomado brutalmente da mão da namorada enfureceu o jovem. Como um cachorro louco,

saiu pelo grande pátio do internato, ocupado por barraquinhas de São João. Comidas, jogos e espaços para brincadeiras, fogueira, alguns bancos esparsos para descanso ligeiro e uma área coberta de palha, com mesas e cadeiras para os adultos e pais consumirem e se divertirem, era assim o espaço da festa. Furioso, andou por ali à procura do autor do bilhete que, nessas festas, tinha o nome precioso de “elegante”. Ele achou provocativo, conhecia a caligrafia de quem, nesse momento, tornou-se seu grande rival. Como nos romances clássicos, essa desonra deveria ser paga com sangue, extraído à força pelas mãos ou pelas balas. Acionadas por colegas, as irmãs, três ou quatro, providenciaram imediata barreira entre o jovem apaixonado e o provocador. Um alto nível de tensão emocional ficou no ar, todas as mocinhas internas empenhadas na evitação do confronto. A todo custo, a namorada manteve o jovem herói sempre ao seu lado, com permissão e estímulo das próprias freiras.

A transitoriedade da adolescência é marcada com ritos de passagem, determinados pelo momento sociocultural. Na década de 1950, caminhar na fogueira acesa ao final da noite de São João, participar do time de futebol, fumar, beber cerveja, brigar fisicamente e outros atos socialmente valorizados agiam como sinais dessa passagem. Afirmar coragem e virilidade diante da namorada, diante de outro sexo, era um dos ritos de passagem desses jovens. Um correio elegante. Esse manuscrito, passado de mão em mão, conduzido por meninas identificadas como “correio”, e na maioria das vezes, lido antes de chegar ao destinatário, fazia o maior sucesso nas festas juninas. Difícil imaginar isso nos dias atuais de correio eletrônico, com a abundância de mensagens, a inundação de imagens chegando às

mãos e à cabeça do jovem, sem que sua intensidade e rapidez permitam processamento, elaboração e até resposta. Se respostas são dadas, são rápidas, curtas. Suprimem-se as vogais, as palavras ficam com sons de grunhidos, eliminam-se as consoantes e respondemos com imagens, com figurinhas. As palavras estão perdendo sua potência de laço e compromisso. Esvaziada do sentido, estraçalhada em sua matriz simbólica, voa sem âncora no imaginário do mundo líquido. Apressada, não cria raízes. Tanto quanto o fio do bigode, ela nada vale.

O primeiro beijo aconteceu no segundo semestre, o mês foi setembro. No feriado ela foi autorizada a ir para a casa da amiga Shirley. Um beijo tímido, milhões de quilowatts. O amor só aumentou, o assédio na escola também, todos já sabiam desse namoro que se alimentava e crescia por cartas. Para ele, o casamento não demoraria, talvez pudessem esperar dois ou três anos. Ele não teria dificuldade de arrumar emprego e ganhar o suficiente para manter o casal. Claro, deixaria os filhos para mais tarde.

Quando o jovem faz planos para o futuro ele lá já está. É preciso dar crédito a esses planos ou sonhos, pois isso os instrumentaliza para aguentarem as frustrações cotidianas, as perdas diurnas, o adiamento da satisfação. Mais do que em qualquer outra época da vida, cercear ao adolescente a possibilidade de sonhar, fantasiar e criar cenários de possível realização é uma violência extrema, respondida de forma violenta, trágica, com risco de autodestruição.

Do primeiro beijo ao final de ano foram apenas um suspiro e algumas cartas. As provas de fim do ano iniciavam na segunda quinzena de novembro, e no dia 30 estava tudo terminando. As famosas recuperações aconteciam nos primeiros

dias de dezembro. Ansiedade redobrada: para alguns, as provas; para o casal, a iminente separação pelos três meses de férias, tão indesejadas.

Aprovada, como era de se esperar, na primeira etapa das provas, ela foi com os pais. Ele se postou de plantão perto da pensão do seu Rodolfo. Ela não demoraria a chegar, sem uniforme, com um vestido muito bonito e sapatos diferentes dos usados na escola. Passaram-se horas.

Ele não podia imaginar o que acontecia no internato. A irmã diretora elogiou a aluna, seu grande aproveitamento na aprendizagem, resultando em boas notas. Elogiou seu comportamento no internato, mas anunciou que faria apenas um reparo, para não ser acusada de omissão, e comunicou aos pais que a filha namorava um aluno da escola. A mãe fingiu surpresa, o pai enfurecido disse à diretora que a filha não continuaria ali no ano seguinte. Ele não confiava mais no rigor do internato e preferia transferi-la para o Colégio Auxilium, em Anápolis. A diretora, a esposa e a filha argumentaram que o namoro acabaria, imploraram, prometeram, e o pai, colérico, ameaçou, caso insistissem, deixar a filha de castigo até o início do próximo ano escolar.

Nos jovens apaixonados restou um grande vazio. Passados seis meses, ele se postou, no domingo, às 17 horas, na praça em frente ao Colégio Auxilium, em Anápolis. Ela passou e se olharam... Ela se posicionou com a amiga na lateral, enquanto as colegas passavam. Foram dois ou três minutos, os últimos olhares, e ela desapareceu na bruma anapolina, feito bem-te-vi.

I4.

O último baile da Avenida Araguaia

O dia, a alvorada.

Em nossa casa na Araguaia, nenhuma diferença se marcava entre o quintal e o sideral. As estrelas vagavam entre um e outro, sem nenhuma cerimônia, às vezes, ao mesmo tempo, lá e cá. Carneiros, cavalos, dragões, aviões e rostos de gente transitavam pela casa, quintal, nuvens, Lua, no azul do céu.

Chegada a antevéspera da mudança, a casa começou a dar sinais físicos de sentir, ela mesma, a separação. De repente, todos sentimos uma grande ventania dentro de casa. Verificadas janelas e portas, não encontramos nada que justificasse o repentino canal de vento, um redemoinho mais conhecido e frequente lá pelos meses de setembro e outubro.

Uma das crianças, sem medo nenhum, apontou que o telhado se levantara. Imediatamente após o anúncio, o telhado voltou ao lugar, cessando também a ventania. Em várias ocasiões ouviam-se estalos pela casa e portas batendo. Passarinhos destemidos, vindos de não sei onde, sobrevoavam sala, corredor e copa, escapando pela janela. Também ouvíamos sons, músicas e vozes conhecidas, mas não identificadas.

Todos permaneciam perplexos, e algumas tentativas de explicação foram ensaiadas entre os pais e os filhos mais velhos, os mais taludos. Eis que a filha mais nova, Maria Solange, desvenda o mistério e propõe a solução: “Gente, a casa está

chateada e triste porque nós vamos mudar, ela e nós estamos um pouco tristes, mas o melhor que a gente faz é comemorar os quase vinte anos que moramos aqui. Vamos homenagear a música e os músicos de Uruaçu e agradecer a esta casa, que por tanto tempo nos abrigou, fazendo uma festa.” Imediatamente o *dial* do rádio Semp sobre o móvel da sala começou a deslizar até a Rádio Difusora de Goiânia AM 640 Khz, e ouvimos uma linda música.

O astral mudou, uma excitação perpassou tudo ali. A mudança de endereço, a separação, era para ser comemorada, e todos concordaram e começaram o preparo. Parecia uma tempestade, todos tinham uma ideia nova para os convites, os trajes, as músicas, as comidas e bebidas. Foram horas de organização e distribuição de tarefas. O interessante é que, a partir dessa definição, a casa e a natureza ao redor parece que entenderam a proposta e quiseram participar. Três ou quatro passarinhos pousaram sem medo nas janelas e cantaram, como se estivessem no ninho. A brisa circulava de maneira mansa e agradável. O humor de todos se abriu.

A mudança se daria no dia 2 de julho e a festa na sexta-feira, 30 de junho. O sábado seria para embalar as pequenas peças, já dispondo as grandes no caminhão, e no domingo, finalmente a mudança.

Nunca a família se animou, participou e trabalhou tanto e alegre. Sem hierarquia, o espírito comunitário encarregou-se de organizar as pessoas e as tarefas. O desejo de participar os dirigia. Os filhos concordaram com a sugestão da irmã mais nova, e Iliomar, com a ajuda dos primos, convidou os músicos da cidade para dois momentos distintos: a madrugada e a noite seguinte.

De manhã bem cedinho, ao nascer do dia, aconteceu a “alvorada”, com a Orquestra Iamara, considerada pela cidade a melhor orquestra do Brasil, constituída por João Amâncio Filho, Mariano Correa Peres (que se tornou nosso maior romancista), Sérgio Noletto, Pedro Adão, Boca, Delegado, Dezinho, Chico Alfaiate, Manoel Jacinto e Raul Sanfoneiro, todos dirigidos pelo professor e maestro Domingos Vicente. Um repertório de suspender a respiração encantou os anfitriões, ao acordarem surpresos com a alvorada.

Assim foi: ante as primeiras batidas na porta, o filho mais velho correu para abri-la e avisar, na porta do quarto dos pais, da visita “inusitada”. O casal levantou rapidamente e trocou de roupa. Apesar do calor, papai e mamãe dormiam de pijama e camisola de mangas e pernas compridas. Ela ainda penteou o longo cabelo e passou *rouge* para disfarçar um pouco o cansaço, pois o casal dormira depois da meia-noite.

Aberta a porta, os músicos entraram tocando, posicionando-se na sala, que se encheu mais e mais. Músicas de Ary Barroso, Lupicínio Rodrigues, Ismael Silva, Dorival Caymmi, Alcides Gerardi, Zé Keti e outros. Alguém conseguiria ir embora? Ao contrário, o dia amanheceu e o pessoal que transitava para o trabalho encostava-se na janela, e daí a pouco a calçada estava cheia de vizinhos, com os músicos atendendo os pedidos de “bis” e a molecada assanhada e feliz.

A dona da casa, pródiga em sutileza, que saíra algumas vezes quase imperceptivelmente, havia arrumado uma mesa de café, aliás uma não, duas, a mesa da copa e a da cozinha. Café e leite em abundância, preparados na hora. As quitandas não faltavam na casa, feitas ali mesmo, no forno a lenha. Bolo de arroz na folha de bananeira, peta (biscoito de polvilho), biscoito

ferventado, quebrador, bolos de milho e de trigo e pães caseiros. Músicos e outros penetras se fartaram do alimento fresco naquela manhã. Alguns não deixaram de comentar a solidez da casa e a quantidade de histórias ali guardadas. A casa é um ser vivo, aparentemente inerte, mas nela ficam impressos os acontecimentos vividos. Impossível ler e ouvir os guardados nos 20 anos vividos ali por essa família. As alegrias, os sofrimentos, as dores das perdas e a novidade dos nascimentos. A casa, ouvindo os comentários, exalou discretamente, do fundo dos adobes, telhas e barro, o perfume extraído e guardado das rosas plantadas no quintal e o cheiro do bulgarim que crescia encostado na parede da copa.

Terminada a “alvorada”, logo que os músicos e os penetras saíram, papai vestiu seu paletó e chapéu, como de costume pendurados no cabideiro vertical da sala, e foi para o trabalho no Fórum. A meninada foi convocada para ajudar a desarrumar a mesa, guardar as latas de bolo, estender as toalhas e varrer a casa.

À noite, o baile.

A preparação para a grande festa envolveu parentes e vizinhos. A primeira a chegar foi a mãe da anfitriã, dona Iraídes, avó abnegada, dona de pensão, administradora nata. Entrou se lamentando por não ter participado da “alvorada”, que ela chamou de “serenata”. Em seguida, chegou sua irmã, a tia Ditinha, trazendo uma vasilha com doces para a sobremesa, sua especialidade. Tias Diva, Carolina (Calú), Olímpia e Dica, irmãs do dono da casa, chegaram juntas. Tia Flausina, de dia no fogão e de noite entre os cantores, chegou com a sua Maria e com o menu pronto e prontamente aceito: arroz, feijão, pequi,

frango ao molho pardo, quiabo com carne seca, angu, molho de abóbora, banana frita e carne de porco frita. O pequi, ela trouxe nas costas do filho Pita. Mais tarde a cozinha se alegrou com a chegada de dona Zulmira, também chamada de Tia, trazendo as abóboras da fazenda no norte do estado. Despachada e esperta, treinada com seus 12 filhos, trouxe a verdura já descascada e quase pronta para o preparo. Correria e excitação se estabeleceram a partir das 16 horas, ao se aproximar a hora do baile, que se iniciaria às 21 horas. Terminadas as tarefas, as comadres foram saindo aos poucos, deixando tudo arrumado para ser servido no sistema de *self-service*.

A boca da noite já se abria, lenta, trazendo a fresca do inverno naquela sexta-feira, Dia Mundial de Festa. Todos os filhos, com as melhores roupas, foram devidamente orientados a ajudar na recepção dos convidados. Nada formal, mas deveriam ficar por perto para um ou outro mandado. O convite estava aberto para quem quisesse ir e o motivo era conhecido: a esperada ocupação da bela casa recentemente construída pelo “compadre” Abidorral em frente ao “palácio” do bispo.

Os vizinhos mais próximos foram os primeiros a chegar, dispondo-se a ajudar em algum preparativo. Dona Neném, dona Alice, dona Grací, dona Judith, donas Cacilda e Laurita, dona Teresinha, esposa do Jacinto, dona Maria, esposa do Francisco de Paula, e outros. Os músicos foram chegando sem atraso. Alguns já haviam participado da “alvorada”. Enquanto se distribuíam pela sala, afinavam os instrumentos e conversavam sobre o repertório. Dona Zizi tocou seu violino, corpo e instrumento tornados um só, balançando ao ritmo da valsa de Strauss, os olhos fechados indicando que ela já não estava na

sala, não ouvia os murmúrios, já navegava pelo Danúbio, e tão breve não voltaria.

Diogo Ponce e Alcides Ponce ficaram lado a lado e dialogaram baixinho, provavelmente sobre o repertório. Logo adiante, Plínio, com o cavaquinho no colo, trouxe também o violão, colocado sobre um tripé à sua frente. Aleixo e José Renato, pai e filho, acertaram o acordeom e o violão, junto com Raul Baiano, também munido de acordeom. Carlos Monturil, com sua guitarra, preparou a fonte elétrica, uma bateria portátil. Rômulo Fernandes, Kubistchek e Chico Alfaiate conversavam alguma coisa. O grupo das cantoras que também formavam o *backing vocal* – Juercina, Birrinha, Marli Nunes e a jovem Hermínia, de família de músicos –, num canto mais afastado, próximo ao alpendre, parecia exercitar as vozes. Ouviam-se um “haaaa”, um barulho de borbulhar e a repetição de algumas consoantes, esquentando as cordas vocais. Bonfinho Ribeiro, jovem e curioso vizinho, lá estava, alugando os ouvidos de Diogo e Alcides para que cantassem o repertório de Nelson Gonçalves, que ele, Bonfinho, imitava desafinadamente no banheiro.

Iniciou-se então o baile. Os vizinhos trouxeram as cadeiras. Calçada, alpendre, copa, cozinha e até a área de serviço estavam repletos de gente alegre e disposta ao convívio. Alguns carrancudos estavam mais relaxados, outros mais calados, mas nos papos se animaram. Crianças e adolescentes ficavam pelos quartos e do lado de fora da casa, sem deixar de espiar os casais que começavam a bailar. O casal anfitrião foi instado pelo senhor João Hasse, dono do Hotel Araguaia, e sua esposa dona Vicentina, a puxar a dança. Todos aplaudiram! O casal deslizou deliciosamente no piso de madeira da sala. Juarez e Iracema,

exímios dançarinos, os acompanharam. Seu Zezinho Pereira e dona Otilia, Mário Ribeiro, conhecido pé-de-valsas, e dona Agripina foram os próximos. Casais pouco vistos no clube se abraçaram na dança. Esse é um dos efeitos maravilhosos da música, junto com a dança: quebram-se couraças, enleva-se a alma, despertam-se bons sentimentos, aproximam-se as pessoas. A arte humaniza.

Carlos Adão, Zezinho Ponce, Jacinto, seu Egídio e Chico Martins formaram uma roda na calçada, alguns sob o pretexto de fumar. Tônico dançava com a irmã Alice, por insistência dela e incentivo do Augusto, seu marido. Laurita se esquivava, logo que pressentia a aproximação de um dançarino. Todos que estiveram durante o dia nos preparativos retornaram para a festa e para prestar alguma ajuda eventual.

Joventino e sua Ágda chegaram, ele disposto a dançar a noite inteira, a despeito de um pequeno problema na perna esquerda. Zé Espíndola trouxe o caminhão para o transporte, deixando-o à disposição durante o sábado para ser carregado com as tralhas da mudança. A meninada aproveitou e usou o caminhão como palco de teatro, enquanto outros menores, na boleia, fingiam ser motoristas, sonho de toda criança do interior do Brasil. Os já grandinhos aproveitaram a barreira do caminhão para tentar alguma ousadia libidinosa com as meninas, que ruidosamente corriam, para em breve voltar.

Não se notou nenhuma briga de adultos ou crianças. Nem rusgas ou cenas de ciúme. O baile transcorreu animado até as três da manhã, quando o advogado, doutor Maciel, em breve discurso, convidou o médico, doutor Edmundo, a fazer o discurso formal e habitual de agradecimento. Doutor Edmundo, tímido e pegado de surpresa, iniciou relatando sua experiência

com o anfitrião nos primeiros anos fora da cidade, em Goiânia e no Rio de Janeiro, quando faziam o curso superior, sendo os primeiros da família a concluí-lo. Pedindo a palavra, Luiz Gomes propôs, para surpresa geral, que os casais irmãos dos donos da casa dançassem em sua homenagem. Cena jamais vista: Luiz Gomes com Dica nos braços, Jove com Calú (Carolina), Zezinho Ponce com Diva e Agriny com Olímpia. A meninada parou as brincadeiras e se aglomerou na janela para apreciar a cena. Não puderam dançar: Irene e Iracema, pois ainda não eram casadas; Ceminha e Joaquim, que moravam em Brasília; José, Terezinha, Ademar e Alda, que moravam em Goiânia e não vieram e nem podiam avaliar que uma simples mudança de casa promoveria tal festança. Representando os irmãos maternos, o Dizinho (Benedito Campos), um dos homens mais bonitos da cidade, atleta do time de futebol local e tabelião do 2º Ofício de Notas, enlaçou a sua Maria Aparecida, originária de Ceres, uma bonita jovem, alegre e desinibida. O casal foi acompanhado por Vilanir e Julieta, dançarinos contumazes que deram um *show*.

Terminada a dança, foram se despedindo. Alguns, como seu Dé, o prefeito Roberto, o juiz de Direito Humberto Péricles e Marcionílio Mendonça tomaram os últimos goles de café. Impossível nomear todos os presentes, houve quem dissesse que foi toda a cidade. Com o fim da festa, alguns músicos procuraram a comida, impedidos de apreciá-la enquanto tocavam. Bebida alcoólica era minguada e não era hábito dos donos da casa. Vinho de garrafão e uns dois tipos de pinga produzidos na região eram o que se oferecia. Porém, Zequinha – um dos músicos que, junto com dona Zizi, proporcionou uma seleção musical de primeiríssima qualidade e depois, com sua gaita

solo, trinou como um sabiá em plena primavera, encantando todo mundo – trouxe sua própria bebida. Uma pinga forte que ele generosamente ofereceu, mas poucos aceitaram. Ao final da festa, Zequinha se encontrava “meio alto”, mais desinibido e conversador, sentindo-se em casa na casa do seu primo.

O sol nascia. Às cinco e tanto da manhã, pela janela da sala, via-se o casal sentado lado a lado, ombro a ombro, como que sustentando o cansaço e, como de costume, de mãos dadas. Em frente, na cadeira e com um copinho ao lado, Zequinha oferecia mais uma canção, a trigésima, para o casal tão educado e carente de horas de sono, mas incapaz de despedir o convidado. Sabe-se lá quando conseguiram se desvencilhar do exímio músico, amante da danada da cachaça, que, segundo ele, “clareia os dentes, facilita a palavra e desperta a alma”.

Da rua, algumas pessoas observaram que o telhado da casa subia e descia, emitindo uma luz azulada e cooperando com azul do céu que amanhecia. Parecia participar da despedida, alegre pela noite de festa.

15.

Os jegues

p.s. O sino da igreja é aquele que o cronista Rubem Braga descreveu na crônica escrita em 1951, com o título *O Sino de Ouro*.

O jeguinho que carregou Maria com Jesus, ao fugirem do mal-doso Herodes para o Egito, recebeu as bênçãos de José, que prometeu nunca mais se separar dele, abençoando também seus descendentes. Esse jegue amigo acompanhou Jesus também na entrada triunfal em Jerusalém, no Dia de Ramos.

Jesus, que sabia de tudo, não imaginou que os jegues fariam tanto sucesso no coração do Brasil e em Uruaçu, nos anos 1960. Ele, que ainda vive, mas continua tão ocupado que precisamos refrescar a Sua memória, elegeu o jegue um animal especial e ordenou carinho no trato com ele. Compreensível então o espanto do Dé Baiano quando, de manhã, deparou-se com um jegue no lote totalmente murado, ao lado da sua casa. Entre o espanto com o arraso da plantação de milho e a incompreensão de como o animal fora parar ali, ele exclamou:

– Meu Deus! Tá chovendo jegue!

E logo foi chamar seu filho Zezão para, juntos, tirarem o bicho do quintal.

Não veio voando, nem na chuva. Os jegues de Uruaçu não vieram da Terra Santa, vieram com os nordestinos, ali bem-vindos nos anos 1930 e 1940. Vale lembrar que nessa época o imenso estado de Goiás tinha fronteiras com vários outros

estados: Pará, no Norte; Maranhão, Piauí e Bahia, no Nordeste; Minas Gerais, no Sudeste; e Mato Grosso (ainda não dividido), no Centro-Oeste. Em Brasília, anos depois, um jegue também teve seu momento glorioso, televisivo, exclusivo, um instante santificado, ao ser recebido pelo papa João Paulo II. Devidamente paramentado pelo dono, o funcionário público Damião Galdino da Silva, que o enfeitou com peças do fusca (faróis, pisca-pisca, buzina e velocímetro), o jegue, batizado de Jericar, era, por assim dizer, um ser biônico e foi apresentado ao papa. O jegue no Nordeste tem sido substituído pelas motos e jipes. Mas vejam o que é um povo de visão: os chineses estão negociando com o Ministério da Agricultura do Brasil a importação de um milhão de jegues por ano. Espero que recebam por lá tratamento pelo menos próximo ao dispensado às vacas na Índia.

Menos famosos eram os nossos jegues, e pouco enfeitados, serviam para as lides domésticas nas pequenas propriedades rurais, como também na cidade. Muitos meninos pequenos eram colocados em bruacas, carregadas pelos jegues, uma de cada lado. O coitado também puxava o arado ou trabalhava no engenho de cana. Para puxar carroça, não era muito utilizado, por não ser tão dócil como o cavalo, o burro ou a mula.

Enquanto não trabalhavam para os proprietários, ficavam por ali, soltos pelas ruas, fazendo amizades, andando em grupos de três ou quatro, e muitas vezes, em casais. Molestados por meninos que não tinham o que fazer ou por cachorros mal-educados, eles não se dispersavam, aliás dispensavam coices certos ou mordidas sob medida em quem os aborrecia demais. Papai tinha um lote muito grande em frente à casa da Araguaia, esquina com a Piauí. Lote de cidade pequena era

quase da dimensão de uma chácara, 800 metros quadrados de capim e alguns pés de mamonas, que serviam para nossas guerras infantis. Em algumas ocasiões a família plantava o milho nosso de cada dia. Ali os jegues em geral se reuniam, aproveitando alguma sombra e o ralo capim. Via-se, de vez em quando por lá, uns meninos catando esterco, já que a bosta de jegue é muito nutritiva para o solo.

Tantas histórias sagradas e profanas se contam sobre os jegues que dariam um livro, quem sabe um bom romance. Em Uruaçu se contava, à boca pequena, da amizade de um adolescente e um asno: os dois foram flagrados em situação embaraçosa no lote citado, em hora avançada da noite. Diversas versões também circulam sobre dois adolescentes que cooperavam para carinho em uma jumenta. A certa altura, o que segurava, por segurança, a rédea e a cabeça do animal recebia um pedido encarecido do amigo lá de trás: “Dá... dá... dá um beijo na boca dela aí para mim.”

Os nomes desses personagens, amigos de infância, hoje não podem ser proferidos. Foram brincadeiras de infância, de intimidades com animais, algo bem comum no interior do país, especialmente no meio rural.

Não aprecio quem, a título de ofensa, chama alguém de jegue, como se fosse um xingamento. Não gosto. Eu mesmo, quando xingo, prefiro outras expressões, nomes de animais não me parecem adequados. Como chamar alguém de cachorro, se ele é o melhor amigo do homem? Chamar alguém de burro também não é legal, o pobre do animal presta tanto serviço ao homem, é parceiro de viagem, aliado quando combinam um espetáculo. Chamar alguém de jegue talvez seja um desacato ao jegue, que pode ser tão dócil e tão caseiro como o

Lacan. Sim, dei esse pequeno nome ao animal para que meu irmão o aprendesse rapidamente. Lacan era jovem, parecia não ter dono. Pastava o dia inteiro e a noite na praça da igreja, a praça dos Fernandes. Ao lado da igreja ficava o campanário, apenas um telhadinho para proteger o sino potente dali. Sino portentoso, esse, que já foi citado em crônica do fabuloso Rubem Braga, o maior cronista do Brasil, no jornal carioca *Correio da Manhã*, em fevereiro de 1951, com o título de “Sino de Ouro”.

O sino era o mensageiro da cidade, com seu código de batidas que anunciavam as atividades da igreja. Missa, batizado, casamento, enterro. O toque do enterro era bem forte, com badaladas cadenciadas: blém... blém... blém... Assim, bem triste. Um dia, Nenzico Mendonça discutiu com um morador da praça e quis se vingar. Tarde da noite ele pegou o Lacan e o amarrou em uma touceira de bambu ao lado da igreja, um lugar familiar para o animal. Com um longo cordão, Nenzico amarrou o rabo do Lacan ao badalo do sino. Cada vez que Lacan balançava o rabo o sino tocava em badaladas espaçadas, tipo anúncio de funeral. Janelas da vizinhança foram se abrindo, inclusive da casa visada pelo autor da façanha. Não se via ninguém tocar o sino. Blém... blém... Quem morreu? “Credo em cruz”, alguns diziam, outros se benziam e corriam para os fundos da casa. Cloves Fernandes, jovem corajoso, foi correndo pela Tocantins e a Araguaia, chamar Dr. Cristovam para vir com o jipe e, com os faróis acesos, identificar e clarear o espírito que acionava o sino. Durante a manobra para posicionar o jipe, o bambuzal e o Lacan foram iluminados e vistos, assim como o mecanismo arditosamente instalado.

16.

Moleque líquido

Era como estar nas nuvens. Melhor, nuvens de algodão molhado, às cinco da tarde, no calorão de Uruaçu, Goiás. Tinha certa vocação para lagartixa, entrar pelos bueiros, por menores que fossem, era motivo de alegria. Manilhas pequenas também serviam de abrigo, frescor, aventuras, esconderijo, dado que ele era feito para se esgueirar. Toda fresta e buraco com ou sem fundo, um convite à visita. Uma atração irresistível pelas gretas. Assim se encontrava, confortavelmente na caixa d'água da vizinha, executando um projeto longamente articulado, calculado com o esmero de um general estrategista, com o engenho de especialista em gestão e realização... de desejo. A caixa de fibra, cimento e amianto estava a cinco metros de altura, ao lado da cisterna. A caixa tinha uma altura média de 1,20 m e raio de 1,60 m, disposta sobre um tronco de aroeira bem grosso, terminado por um X suportando aquele peso. O acesso era feito por uma escada de madeira, móvel, mas diuturnamente ali posicionada para uso. Deitar-se, quase completamente submerso, era confortável, e mesmo que não fosse valer a pena. Dormiria ali, não houvesse a expectativa do que viria em pouco tempo. Seu coração e mente se aceleravam à medida que tudo aquilo que fora sonhado estava para se realizar.

Só ele sabia do seu interesse pela vizinha loirinha. Ela, na crise adolescente, tratava-o com a frieza do Polo Ártico e a

implicância dos inimigos. Punha uma barreira desnecessária e rigorosa a qualquer aproximação física, permitindo no máximo algum diálogo em grupo. Ela nunca imaginaria a força do seu plano, utilizando-se da vocação natural à aventura, chamada “travessura”, e a conspiração favorável da natureza, que oferecia um dia especialmente calorento. Ela, muito certinha em todas as atividades bem regulares, banhava-se às 18 horas. Demorados, esses momentos eram observados por ele, vizinho da casa ao lado, pela janela da cozinha. Cantorias, barulho de água escorrendo, pedidos tardios de toalha ou peças de roupas, atendidos prontamente por dona Murila Rubião, descendo e subindo apressadamente os quatro degraus da escada da cozinha para o quintal, com o vestido sempre longo, chegando rapidamente ao banheiro, não longe da cisterna.

Às 18 horas, junto com a água, confundindo-se com ela, ele desceu liquefeito e quentinho, escorrendo na queda d’água até aquele chuveiro pouco acima de sua cabeça. Ela sentia algo diferente nessa água, o peso? Talvez o cheiro fosse um pouco diferente, mas a impressão logo passava. “Huuuummm, mas tá gostoso”, ela pensava e esfregava vigorosamente a cabeça, jogando a água. Jogando a água e rodando-o junto para lá e para cá. Com as mãos fechadas em concha, lançava-o nos olhos meio verdes, mas nunca o enxergava. Em alguns momentos, ele, líquido, atrapalhou o seu canto ao fazer borbulhas; outras vezes ela o bochechava, expulsando-o da boca com alegria, como se fosse apenas água quentinha. De repente, ela sentiu algo estranho, como um zumbido. Parou de cantar e deu saltos, dobrando a cabeça para os lados, e a água saída do ouvido se somou à que já acariciava o pescoço ensaboado. Recomeçou

o canto. Ela ouviu um cof, cof! e estranhou, pois não tinha tossido, mas continuou o delicioso banho.

No momento da tosse ele esfriou, não podia ser descoberto. Passou um segundo e a água já circulava pelas axilas e sobre os pequenos montes que o sutiã já guardava. O líquido deslizou, depois voltou até o pescoço e escorregou, facilitado pela espuma do sabão. Jogada no rosto, no cabelo, nas costas, descendo por aquelas encostas, a água brincaria como um menino brinca na chuva para nunca mais terminar. Depois de passear pelo dorso, voltou à frente do corpo, deslizando com a espuma. A água era friccionada na barriga, em volta do umbigo, e docemente ia refrescando o corpo juvenil, invadindo áreas nunca dantes exploradas nem tocadas. Ali estava ele, minutos se passaram, dez minutos de puro deleite, quase um sonho. Não sabia que o poder do seu pensamento chegasse a tanto. A água, assim como ele, se acumulava no piso sob seus pés, recusando-se a entrar pelo ralo. A água e ele, líquido, ficavam por ali banhando... Ou seria beijando docemente aqueles pés delicados, pequenos e seguros? Segurou fortemente outro cof, cof! de engasgo e sentiu um repentino choque sufocante, como se a caixa d'água rachasse e desabasse sobre ele e ela, ou a porta do banheiro se abrisse e seu truque-líquido fosse descoberto.

Abriu os olhos assustado, esfregando os pingos d'água que todo o rosto experimentava. Era a dura realidade, seu irmão Itaney jogava-lhe na cara meio copo de água, acordando-o às seis e meia da madrugada para irem à aula de Educação Física. Aula chata, pensou, mas sorriu internamente... e concluiu que Freud estava certo.

I7.

Zezinho Ponce, homem e personagem

José Ponce Leones tinha o apelido de Zezinho. Como pode um homem como aquele atender por um nome no diminutivo? Teria se originado na primeira infância, quando fraquinho, pequeno e frágil? Teria sido o preferido dos pais? Zezinho, apelido carinhoso, com forte apelo afetivo, era adequado para aquele senhor mais alto do que a média, mais bravo do que a maioria e andando sempre armado, considerado um bruto? Ou a contradição apontada era justamente o que caracterizava esse homem e personagem, herói e anti-herói?

Nascido na cidade de Peixe, na ocasião pertencente a Goiás, veio com o pai, Roque Ponce Leones, sua esposa, Elvira Rocha Ponce e os outros quatro filhos. Em Uruaçu nasceram os dois últimos, Durval e Dirce. O pai fazia e vendia colchões de palha e de capim, confeccionados ali mesmo em casa. Inicialmente moraram na Fazenda Conceição (Tapera), onde Zezinho conheceu a futura esposa. De forte compleição, carregava os traços típicos no norte de Goiás, hoje Tocantins. Na cidade, ainda jovem, apesar da pouca escolaridade, era ousado no trato dos negócios e nas relações sociais. Exerceu funções administrativas na Prefeitura, chegando a assumir a cadeira de prefeito por um curto período de tempo, o suficiente para construir a primeira ponte de madeira sobre o Rio Passa Três.

Casou-se com a filha de um dos fundadores da cidade, a filha mais velha do Sr. Afonso Francisco de Carvalho, Diva Francisca de Carvalho. Jovem bonita e prendada, já cuidava da casa, pois perdera a mãe com oito anos de idade. De fácil trato e sorridente, foi conquistada pelo Zezinho, que lhe prometia um jeito de viver diferente do que se costumava vivenciar na comunidade de Sant'Ana. Já havia anos os casamentos ocorriam entre os parentes, já que a maioria absoluta da população era da mesma família, Fernandes de Carvalho.

Sua cor mais escura seria devida à possível ascendência moura e espanhola? Seu físico avantajado, seu estilo afirmativo e mais agressivo, sua vaidade pessoal, tudo isso atraiu a dócil Diva. Com vida ativa junto à comunidade e espírito empreendedor, depois do casamento Zezinho foi morar na Rua Araguaia, em uma casa pequena escolhida pela noiva. Não muito tempo depois, construiu a casa maior, que abrigaria a extensa família do casal, de nove filhos. Essa mesma casa recebeu ainda, nos anos 1950, uma ampliação para a cozinha. A vivenda destacava-se na Rua Araguaia por ter calçada alta, um *hall* externo com jardim, uma sala espaçosa e cômodos amplos. Adquirindo o lote vizinho, Zezinho fez ali um curral aonde eram levados bezerros para tratamento, algumas vacas de leite, das quais colhia o leite e dava às crianças com gotas de creolina, e até alguns cavalos para serem comercializados. Quase uma chácara dentro da cidade. Sua fazenda situava-se entre a margem do Rio Passa Três e o que hoje é a Rodovia Belém-Brasília, nessa época, ainda de terra. De lá eram trazidos mantimentos como feijão, mandioca, chuchu, mamão, abacaxi, quiabo,

milho e outros, produzidos na fazenda do mesmo nome do rio em volta.

Seu destaque social e financeiro era bem visível nas décadas de 1950 e 1960. Ele não era dado a visitas às casas dos parentes para papos prolongados, preferindo conversar em círculos restritos e com os irmãos. Participava dos acontecimentos mais relevantes da comunidade, da festa da padroeira, com seus leilões, ocasião em que colaborava com produtos da fazenda e da pocilga, situada ali mesmo, na Rua Araguaia. Não frequentava missas ou cerimônias religiosas comuns, mas era visto com alguma frequência da Casa Espírita da cidade.

Severo com a família, tinha o hábito de sentar-se à mesa sozinho nas duas refeições do dia. Nesses horários estava suspensa qualquer brincadeira de crianças nas proximidades, e o trânsito pela copa era quase proibido. A esposa, tia Diva, servia os alimentos e se recolhia à cozinha, próxima dali, pronta para qualquer chamado. Eu, menino muito curioso com esse comportamento incomum, oposto ao que acontecia na minha casa, muitas vezes ousava ficar na copa e em outras ocasiões, era convidado à refeição ou a degustar um pequeno petisco, retirado de um dos pratos da mesa. Tinha medo dele, mas não o suficiente para conter o meu desafio de vencê-lo. Mais à vontade do que eu, Peri, o cachorro, circulava por ali sem nenhuma cerimônia, mas também sem perturbar o sossego. Latir na copa, não latia. Balançando o rabo marrom, ficava à espera de alguma sobra da boa comida à mesa, porém não era pidão, e corria dali ao menor sinal de gato passando. Não alcançando o gato, a certa altura ameaçava o porco no chiqueiro, e vi com meus olhos quando ele subiu e quase alcançou um periquito que saboreava um caju madurinho, ali ao lado da cisterna. O

ritmo da casa se modificava com a chegada do tio Zezinho, por volta das 18 horas, e nesse horário já deveria estar pronta a água quente fervida no fogão para o seu banho, preparado pelos filhos mais velhos. A roupa limpa era escolhida por tia Diva, que deixava tudo em cima da cama e posicionava o calçado ao lado do móvel do casal.

À noite, em geral, ele saía logo depois do jantar, retornando por volta das 22 horas. Supunha-se que estivesse na casa de amigos, divertindo-se com jogo de cartas ou em rodas de música com o irmão Diogo, violonista e exímio cantor, por muitos considerado o melhor da cidade no seu tempo. O gosto pela música o levou a adquirir a primeira eletrola da Rua Araguaia e, creio, da cidade. Era um móvel grande, com aproximadamente 1 metro de altura por 1 metro de largura e 50 centímetros de profundidade, de madeira maciça escura, com duas portas que se abriam lateralmente. Do lado direito havia um grande rádio AM e FM, e embaixo, um espaço para guardar discos. Do lado esquerdo estava o toca-discos, recebendo no pino central cinco ou seis vinis, que iam caindo um a um à medida que acabavam as seis músicas de cada lado dos *long-plays* ou uma música de cada lado dos discos de 78 e 33 rotações. Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Altemar Dutra, discos latinos de boleros e rumbas eram ouvidos pela casa. Possivelmente estariam ali também Cascatinha e Inhanha, poucos sertanejos e alguns sambas. Cartola, talvez.

Tio Zezinho estava em seu período áureo. Atravessava parte da cidade, vindo da fazenda, montado em animais bem escolhidos, não apenas pelo conforto da marcha, mas também pelo porte ou pela tonalidade do pelo, e a combinação com os arreios e freios enfeitados conferia-lhe um ar de *cowboy*, como

nos filmes de Zorro, John Wayne, Durango Kid e Butch Cassidy. Para um pré-adolescente, aquela era a própria imagem da virilidade, do poder e da força. *Os brutos também amam* foi um faroeste de 1953. O nosso Cine Tocantins, que tinha como operador o senhor João Fernandes, o Joãozinho, o exibiu no final da década. Os filmes exibidos não eram de produções recentes, pelo alto preço do aluguel. No filme citado, um rancheiro, hábil atirador, ajuda pequenos colonos a defender sua terra de barões e grileiros invasores. Tio Zezinho tinha esse quê de justiceiro, de defender os oprimidos.

Lembro-me de uma cena que presenciei ao chegar à sua chácara, que ficava perto do aeroporto. Na frente da casa havia uma grande plantação de mandioca. No quintal atrás, um pomar abundante e uma represa artificial com um “carneiro” que abastecia de água as plantações, a horta e a casa do caseiro. Era final da tarde, eu chegava para o banho na represa, com dois amigos, devia ser no período de férias de verão. Um homen-zarrão ameaçava e já agredia fisicamente um moço raquítico, muito simples, conhecido da comunidade e que vivia de pequenos serviços manuais e pequenos mandados. Tio Zezinho aproximou-se da dupla e ordenou ao maior, cujo nome sabia, que liberasse o rapaz. Antes mesmo que o agressor se afastasse, tio Zezinho já saltou do cavalo alazão, chamado Danúbio, e fez o agressor sair apressado. Aquela cena me encheu de orgulho e ficou na memória.

Com todo o senso de justiça e a solidariedade com os oprimidos da comunidade, contraditoriamente em casa ele era autoritário, e de certa forma opressor, mas não agredia fisicamente os filhos. Em alguns momentos, como nas festas juninas, era brincalhão. Fazia a festa da garotada com o único

“pau-de-sebo” da rua com envelope endinheirado na ponta, e enormes fogueiras de aroeira. Moralista, pertencia à Irmandade Maçônica e exibia na sala de casa o “diploma” conferido pelo seu avanço de grau na Ordem. Ao mesmo tempo, mantinha, muito discretamente, relações extraconjugais. Nessa época de culto à força, ao machismo, eram bem aceitos pelos homens admitidos, forçosamente, pelas mulheres, os relacionamentos fora do casamento. Do relacionamento mais conhecido nasceram filhos, e um deles foi, depois da morte do pai, bem aceito e querido por todos. Não foi preciso grande argumento nem exame de DNA, o irmão clandestino era muito parecido com o pai fisicamente, mas de temperamento dócil, amigável e sociável. Estudou, empreendeu, criou uma empresa de comunicação que se expandiu e penetrou em outros municípios da região, se afirmando com grande credibilidade no mercado jornalístico.

Chegou certo período em que tio Zezinho ficou mais irascível, mais nervoso em casa. Isso tudo era observado e ninguém ousava fazer perguntas, nem a esposa, nem os filhos mais velhos. O primeiro, Walter, logo no início na construção de Brasília, para lá se mudou, ainda solteiro. Lá casou, montou comércio de material de construção e por longo tempo foi muito bem-sucedido nos negócios. Suas visitas a Uruaçu eram cercadas de alegria e curiosidade, tanto dos amigos de infância e juventude quanto dos adultos que o admiravam pelo progresso comercial e delicadeza no trato. Diferentemente do pai, Walter era muito simpático e sempre risonho, e dizia-se que teria ele herdado essas características da mãe.

O destemido Zezinho sofreu, pelo menos, dois grandes abalos na vida. É difícil aquilatar o mais violento e profundo

na sua história. O primeiro foi numa tarde chuvosa, no final do inverno e início do período de chuva. Ele descansava deitado na cama do quarto de solteiro, provavelmente sonhando adquirir uma boa quantidade de gado que lhe era oferecida. Uma descarga elétrica extensa, seguida de trovão, caiu na casa, descendo pela parede ao lado da cama onde ele deitara, rasgando-a e continuando pelo piso, passando pelo fio terra da eletrola e indo até o pé de manga atrás do curral. Zezinho ficou branco, sem fala, trêmulo, todo cheio da areia que se soltou da parede atingida. Ficou de pé após o estrondo, as pernas frouxas, mas a calça e o chão permaneceram secos. Estivesse ele em pé ali e seria o para-raios, sofrendo morte imediata. Vários vizinhos foram ver, admirados, o trajeto do raio.

Outro grande abalo foi comercial e repercutiu mais extensamente na família e na comunidade, especialmente entre os parentes. A cidade havia se desenvolvido e modernizado com a chegada do Banco do Brasil. Foi uma reivindicação do povo junto ao presidente Jango, João Goulart. Com a vinda do banco, “repúblicas” foram formadas com rapazes e moças bem preparados e animados. Trouxeram alegria e novidades para os convidados a frequentar essas casas. Todos os funcionários procuraram se integrar e participar da vida da cidade. O banco trouxe também incentivos ao comércio e ao agronegócio. Estimulado pela oferta de crédito, tio Zezinho contraiu um empréstimo bancário compatível com sua vida financeira e patrimônio, bastante extenso. Logo, logo, a economia do país se desorganizou, os juros bancários chegaram à estratosfera e o fazendeiro sem preparo para conduzir o processo propôs renegociação, ou formas possíveis de manter o negócio bancário, e se desesperou. Sem esclarecer para amigos e familiares a

situação e a natureza da sua angústia, preferiu abandonar a cidade sem aviso, sem preparo, deixando a família atônita, emocionalmente abalada por longos anos.

Seu irmão Durval, e mais tarde, seu filho Antonio Ponce, o Tõe, assumiram os negócios, constatando que com negociação, paciência e conversação, tudo poderia ser contornado. E foi. Tio Zezinho se precipitou, se desesperou. Cavou um futuro melancólico para si mesmo. Por muito tempo não se soube dele, até ser visto em Campinas, ao lado de Goiânia. Os filhos o procuraram para que retornasse à cidade, mas ele não aceitou. Anos depois, morou com o mais velho dos oito filhos, o Walter, e em seguida, no início de 1980, após ter estado muito doente, aceitou ir para a casa do filho médico, Emival, em Rondonópolis. Nas início parecia bem, feliz até. Participava de pescarias no “rancho” do filho, junto com seus amigos da cidade. À noite, acompanhava religiosamente as novelas, comentando-as com a nora Elizete. Quem conheceu aquele senhor em Uruaçu não o reconheceria. Mas alguns giros na inexorável roda do tempo trouxeram de volta o Zezinho implícante com tudo o que se passava na casa, e até as atividades domésticas mais triviais eram corrigidas e criticadas. Esse comportamento ranzinza fez com que os familiares, incluindo os netos, Gustavo e Igor, ainda pequenos, se afastassem. Sua insatisfação crescente em Rondonópolis o fez querer, depois de tanta recusa, voltar a Uruaçu, onde foi bem recebido pela esposa e filhos.

Nessa época, além do humor ácido, sua saúde física estava muito debilitada. Diva, a esposa, fazia de tudo para atendê-lo a tempo e a hora, como sempre fez, muito diligente, durante todo o período de casamento. Nesse ínterim, ele desenvolveu

um quadro que talvez o psiquiatra diagnosticasse como depressivo. Não saía do quarto, respondia irritado quando abordado sobre qualquer assunto, mesmo sua saúde. Numa das visitas, seu filho médico teve que prescrever vitaminas injetáveis, pois o encontrou desnutrido, recusando a alimentação, e o levou a contragosto, à força, para a farmácia. Assim, ele durou alguns meses mais, até que o seu coração físico e espiritual parou de funcionar em janeiro de 1987, com 75 anos.

Seu velório e sepultamento contou com a presença de velhos amigos da família Ponce Leones e dos familiares Fernandes de Carvalho. Para ele, os filhos construíram um grande mausoléu, que se destaca no cemitério local. A doce tia Diva faleceu três anos depois, com 74 anos, no dia do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 1990, como resultado de um trágico acidente de carro. Ela está guardada na nossa memória e enterrada junto com os netos no mesmo cemitério.

18.

Novos moradores

Foi uma animação a chegada de nossos novos e bons vizinhos. Gente simples como nós mesmos, o senhor Vicente, dona Maria, seus filhos Mercês, Regina, Cléria, Zé Martins, Geraldo e Messias. As meninas, cada uma mais linda que a outra, encheram de graça a nossa rua.

Houve reflexos também na cidade. Com a chegada dos moradores vindos “de fora”, os comerciantes se modernizaram. A “venda” do Benvinhate melhorou aparência e higiene. Dizem que por imposição da esposa, lacônica, cara fechada, sentada logo atrás do balcão, acompanhando as negociações, idas e vindas do marido ao fundo da venda, sem pronunciar uma palavra. No pescoço carregava vários colares coloridos, comprados por ali mesmo ou pelo correio, e nos dedos, grandes anéis ornados de pedrarias. O reflexo da chegada dos novos moradores foi notado também na “verduraria” improvisada do seu Egídio ferreiro, situada em sua residência, que se renovou. Não que já não fosse boa, era sim, por causa dos exigentes coproprietários – a esposa e os filhos, como o Ota. Atentos ao atendimento, lavavam cuidadosamente os pepinos, evitando a *E. coli* e caprichando na mandioca.

O forasteiro, seu Vicente, era um funcionário público exigente, acumulando a função de licenciador, para o estado, de placas para veículos motorizados, e a de fiscal da Vigilância Sanitária da Prefeitura. Nesse tempo, permitiam-se dois empregos públicos. Como fiscal da Vigilância Sanitária, função que parecia ser a sua preferida e bem de acordo com sua

personalidade, ele prestou rigorosa atenção à apresentação dos produtos alimentícios nas vendas, açougues, bares e quiosques, dos quais cobrava também o alvará de localização. A maneira como exercia suas funções causava inveja aos outros ilustrados vizinhos, que reclamavam dele à boca pequena, em grande parte.

Pois bem, não se passou uma semana, vindo do trabalho, encontrei o novo vizinho em posição e gestos suspeitos. Estava amarrotado na impecável roupa e no rosto já sessentão. Assustado por encontrá-lo em tal estado, e sabendo-o tão sensato e estável, perguntei angustiado: “O que houve, seu Vicente?” Ele, escondido atrás de uma árvore, fez gestos felinos e pediu silêncio. Talvez cansado da vigília, da tensão da espera, carregava uma máquina fotográfica, aquelas de filme, no pescoço, e ofegante me disse que não dormia desde quando se mudou para a rua. Um automóvel, talvez originário das pistas de Fórmula 1, circulava acelerado, em altas horas da madrugada, com um barulho ensurdecedor. Durante quatro noites ele reclamou na polícia e de nada adiantou. Deviam estar dormindo, ele deduziu. Insone e chateado, dizia não compreender como um cidadão nobre, filho de família tradicional de comerciantes, podia assustar, ameaçar, perturbar os moradores com sua máquina poderosa e barulhenta. Revoltado, resolveu fazer justiça com as próprias mãos: a máquina fotográfica Kodak era para registrar o carro e a placa do nobre desaforado.

Vicente era o senhor chamado de politicamente correto. Um funcionário público exemplar que já não existe mais. Cioso de sua função, a cumpria fielmente e com prazer. Era o exemplo do servidor público incorruptível, que também quase não vemos mais. Católico praticante, assistia à missa e comungava todo domingo.

Escondido sob a grande mangueira bem no meio da Rua Araguaia, em frente à casa de dona Cacilda, ele já devia estar de tocaia por algum tempo, coberto de poeira à espera do flagrante. Passaram-se horas e surgiu a Veraneio prata, novinha, dirigida pelo adolescente Gilberto Pereira, que guiava o carro do pai. Seu Vicente preparou a câmara, encostou-se na mangueira, à procura da melhor posição, abriu um pouco as pernas para ajeitar a altura, mudou um pouco o ombro que doía, pois a casca da mangueira era áspera. Prendeu a respiração e vruuumm! Passou a Chevrolet em alta velocidade. Ele se virou para não perder o foco e nesse movimento acabou por perder o alvo, fotografando apenas o mato que cobria o lote em frente. Ao tentar outra foto, a máquina preciosa caiu na poeira. Sua raiva do transgressor dobrou.

No dia seguinte, o seu Vicente, como sempre trajando paletó e gravata, dirigiu-se à Casa Pereira à procura do pai do rapaz, Zezinho Pereira, que o atendeu ali mesmo, no balcão da loja de tecidos e máquinas. O brioso funcionário público começou por explicar a sua função, em seguida descreveu a infração do filho e solicitou ao pai as providências devidas. Ele deveria punir o filho e não mais permitir que dirigisse, pois na sua condição de menor de idade não era permitida a habilitação de motorista. Seu Zezinho era um pai rigoroso, ouviu delicadamente o seu Vicente e prometeu providências.

Não haviam passado 15 dias e, como fazia com frequência, o comerciante viajou. Nessas ocasiões, Gilberto se esbaldava no utilitário mais chique da cidade, a tal da Veraneio. Para implicar com seu Vicente, ou para se exibir para Cléria, uma bonita garota, ele transitava várias vezes pela rua em velocidade

incompatível, empoeirando a casa e os móveis do casal. Ódio, raiva, desespero, o brioso funcionário os alimentava calado.

Gilberto, depois da aula, mais perambulava ali por perto do que ajudava o pai na loja, como era o compromisso. Sua fama de “aprontador” corria pela cidade. Muito sociável, volta e meia estava na Prefeitura conversando com serventuários, funcionários e outros que por ali passavam. O prédio abrigava a Prefeitura e o Fórum da Comarca, ao mesmo tempo.

Certo dia, seu Vicente, que lá trabalhava, notou que Gilberto estava no *hall* do Fórum e que tirara os óculos, como fazem os agravados de miopia, depositando-os no banco para, em pé, ler uma revista de esporte, com a matéria sobre o Flamengo que Raimundão e Adão Fernandes, fanáticos torcedores, lhe apresentaram. Seu Vicente, vascaíno doente, tinha agora duas razões para fazer o que fez. De paletó aberto, passos largos, aproximou-se dos dois, e com ar de distraído cumprimento Raimundão, indiferente ao Gilberto, jogando-se em seguida no banco com seus 90 quilos, e estraçalhando “sem querer”, com a bunda grande, os óculos do adolescente metido a Fittipaldi. O cegueta estremeceu. Seu Vicente por dentro ria, um cidadão que exigia com severidade o cumprimento das regras e leis. Com todo o formalismo e parecendo educado, pediu desculpas. Quanto fingimento teve que representar, fazendo cara de consternado, como se fosse ator! Gilberto Pereira, cego, quase chorando, saiu tateando, atravessando a rua em direção à sua casa, ali perto. Outros óculos demorariam a ser providenciados, pois dependiam de uma viagem a Anápolis. Por alguns dias, seu Vicente e a família descansariam, livres da poeira.

Gilberto amargou uma bronca de dona Otília e algumas chibatadas do pai.

Itaney F. Campos —————



“Somente quando a alma e o espírito estão unidos num devaneio pelo devaneio é que nos beneficiamos da união da imaginação e da memória. É nessa união que podemos dizer que revivemos o nosso passado. Nosso ser passado imagina reviver.”

Gaston Bachelard

“A infância não é algo que morre e seca em nós uma vez cumprido o seu ciclo. Não é uma lembrança. É o mais vivo dos tesouros e continua a nos enriquecer, sem que o saibamos.”

Franz Hellen

“As recordações esparsas da infância são recordações encobridoras, inseparáveis de fantasias. A infância como efetivamente ocorreu está soterrada para sempre. Jamais será conhecida, embora preserve para sempre a sua eficácia.”

Ana Maria Rudge,

Paradoxos da memória em psicanálise.

Para

Leila, que compartilha dos meus risos
e minhas angústias;

Para os filhos

Matheus, Raquel e Ana Laura,
dádivas da vida;

Para mamãe e Margot (*in memoriam*),
e papai, com amor.

I.

Devoção e esquecimento

No escuro da noite, amenizado pela precária iluminação pública e pela luminosidade propiciada por uma grande fogueira, erigida nas proximidades, ouvia-se a cantoria advinda do interior da igreja, situada no largo principal da cidade. Um coro de agudas vozes femininas, oriundo da capela, rogava as bênçãos do céu: “Ó Santana, do alto céu, vinde vossa filha abençoar, Vós que sois a padroeira, celebrada aqui neste lugar...”. A igreja estava lotada de fiéis, a comprovar o espírito religioso da comunidade. Celebrava-se a mais importante festa da cidadezinha, a novena em louvor a Santana, padroeira daquela urbe. Por isso, a missa era solene, e contava com o coro de vozes femininas e dois músicos: Zequinha, no clarinete, e Newton, no violão. A cerimônia era presidida pelo padre espanhol Eusébio Lecue, com seu pitoresco portunhol e rigoroso latim.

Depois da missa, era hábito de todos prestigiar a festa realizada ao lado da capela, com apresentação musical, correio elegante, troca de prendas e leilões de iguarias oferecidas pelos fiéis à igreja. Todos os membros da família Fernandes cultivavam especial devoção à santa, invocada desde a fundação como padroeira daquela terra e daquela gente. Houvesse ou não religiosos presentes, as famílias se reuniam semanalmente para rezar o terço. A capela, edificada em homenagem a Santana, era motivo de orgulho para a comunidade. Apesar de

pequena, comportava os fiéis que para lá iam aos domingos e dias de festa. Seu construtor fora Enéas Fernandes, filho do patriarca Gaspar Fernandes, e também um dos fundadores da cidade, no ano de 1924. O sino, no campanário ao lado, tinha uma sonoridade formidável. À sua convocação dominical, enchia-se a igreja de fiéis. Essa foi uma cena comum nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

A fazenda, de onde surgira a cidade, se chamava Passa Três por causa do piscoso rio, com esse nome, que cortava o seu território. Era uma propriedade extensa, de cerca de dez mil alqueires de terras. Esse Rio Passa Três deságua no Rio Maranhão, que divide os municípios de Uruaçu e Niquelândia, então Santana e São José do Alto Tocantins. No princípio do século passado, ao adquirir a extensa fazenda, o coronel Gaspar Fernandes de Carvalho, em consenso com os sete filhos, alterou o nome da propriedade, designando-a como Santana do Bom Sucesso, já visando formar ali um novo povoado, quiçá uma nova cidade. O clã dos Fernandes, cansado dos embates políticos na velha São José, onde ocorrera até um atentado à bala, decidira em massa abandonar a cidade, atravessando em comboio o caudaloso Rio Maranhão, e dirigindo-se para a cidade de Pilar, sede do município de mesmo nome. Dali, adquirida a Fazenda Passa Três, situada no mesmo município, transportaram, em comitiva, o gado e os haveres domésticos para a nova propriedade. Construíram as primeiras casas de alvenaria e essa capela dedicada à Senhora Santana, tornada padroeira do povoado. É interessante constatar como o nome Ana, oriundo do hebraico Hanna, é dos mais recorrentes na família, confirmando o devotamento dos

Fernandes à figura de Sant'Ana, mãe da Virgem Maria, tida como advogada dos sofredores.

O distrito tornou-se município em 1931, por força de decreto do interventor Pedro Ludovico Teixeira, mantido o mesmo nome de Santana, de quem o patriarca Gaspar era fervoroso devoto. A capela de Santana era o local das frequentes novenas realizadas pela família. Um dos Fernandes era o zelador do pequeno templo religioso. Na data comemorativa de Sant'Ana, 26 de julho, uma grande festividade era promovida, com alvorada musical, novena em devoção à santa e a missa solene, cantada, com acompanhamento musical. Uma concorrida festa consagrava a devoção, com explosão de fogos, uma portentosa fogueira, barraquinhas com serviços de bebida e comida, e leilão de prendas oferecidas à igreja, que gerava boa arrecadação para a paróquia. Com o crescimento da cidade, resultante da imigração nordestina, a capela tornou-se visivelmente acanhada para as cerimônias religiosas.

Na década de 1940, uma medida do governo desagradou profundamente a família fundadora da cidade: sem qualquer consulta ao povo, o nome “Santana do Bom Sucesso” foi oficialmente alterado para Uruassu, depois Uruaçu. O coronel, pai Gaspar para todos, já morrera, mas alguns dos seus filhos nunca se conformaram com a mudança do nome e amargaram essa mágoa pelo resto da vida. Ao morrer, não haviam ainda extirpado do coração esse ressentimento. O intuito do governo autoritário, presidido por Getúlio Vargas, foi extirpar a duplicidade de topônimos dos municípios. Para entender e avaliar quão profunda foi a mágoa dos mais velhos, basta observar como o prenome Ana é recorrente entre os Fernandes de Carvalho, inclusive a variante Joana. O uso do onomástico Ana,

oriundo do hebraico Hanna, com o sentido de graça, é efetivamente iterativo no meio do clã, tornando-se quase uma marca ou característica dos Fernandes de Carvalho, cujas ramificações se entrelaçam de forma indissolúvel aos Ribeiro de Freitas, Silva Rocha e Martins Pereira, formando uma grande árvore genealógica, responsável pelo povoamento das terras às margens do Rio Maranhão.

Uma simples observação do tronco familiar primário evidencia a importância da devoção a Santana, por parte dos Fernandes de Carvalho. Adelino Fernandes de Carvalho, filho do coronel Gaspar, designou como Ana Fernandes de Carvalho, Sanica, a sua quarta filha, jovem de grande doçura, que veio a casar-se com José Martins Espíndola. Outra filha do coronel, Isabel F. de Carvalho, esposa de Aristides Ribeiro de Freitas, batizou sua sétima filha com o prenome de Ana, com o sobrenome Ribeiro de Freitas. Uma outra neta de Gaspar recebeu também o nome de Ana: Ana Fernandes de Carvalho, filha de Manoel F. de Carvalho, o tio Neco, e Mercês Francisca de Carvalho, tia Cesinha. Não bastassem essas Anas, tem-se ainda Ana Francisca de Carvalho, sétima filha do casal Olívio Francisco de Carvalho e Lastênia Fernandes de Carvalho, ele o primeiro socialista da família e ela professora, a primeira mestra de Uruaçu. Ana Fernandes de Carvalho foi também o nome dado pelo casal João Fernandes de Carvalho, irmão do coronel Gaspar F. Carvalho, e Escolástica Martins Pereira à sua primogênita, que veio a casar-se com Samuel Francisco de Carvalho. Na geração atual, dos descendentes, embora sem o propósito que moveu os ancestrais, a herança onomástica perseverou: anotam-se Ana Carolina, Ana Laura, Ana Cristina, Ana Paula, Ana Maria e outras Anas que, na

intimidade, viraram Aninhas e Anicas. Por isso que, quando o bispo espanhol D. Francisco Prada Carrera, prelado da Diocese de Uruaçu, restringiu o uso da capela para os eventos religiosos e transferiu para a catedral as festividades relativas ao dia de Santana, os fundadores sentiram-se novamente desprestigiados e desrespeitados, sem meios de reverter a situação.

O bispo diocesano deu início, na década de 1950, à construção de uma grandiosa catedral, correspondente, a seu ver, à importância da circunscrição religiosa, abrangente de várias paróquias do médio norte. A capelinha passou a ser vista como mera relíquia, uma lembrança das primeiras e rústicas edificações municipais. Na década de 1970, a pequena igreja foi utilizada para sediar a Biblioteca Municipal, deixando de vez de ser um espaço religioso. Tudo isso só serviu para fazer sangrar, novamente, o coração já desgostoso dos pioneiros. O construtor Enéas, entre lágrimas, soluçou: “Ainda bem que estou cego há dez anos, para não ver a destruição da obra do meu pai”. As administrações de Roberto Isidoro de Almeida e Carlos de Almeida Mascarenhas, prefeitos da Arena, partido de apoio à ditadura militar, desferiram, nessa mesma década, o tiro de misericórdia sobre a relíquia histórica que se tornou a capela: o primeiro a deixou às traças, com desgastes e infiltrações, embora houvesse instalado nela, a Biblioteca Municipal, e o segundo, consumou o golpe, demolindo o mais pitoresco prédio dos primórdios do surgimento da cidade.

A igrejainha, de mais de meio século, foi posta por terra, do dia para a noite, destruindo-se com ela muito do sentimento de orgulho e pertencimento dos fundadores. Na área anexa, mandou o prefeito edificar um prédio similar a um caixote, para sediar a Empresa Goiana de Telefonia. Um escândalo

inominável, perpetrado à revelia e sem revolta da coletividade. Penso que, com isso, enfiaram uma estaca definitiva no coração dos anciãos da família fundadora, os quais, formais e respeitosos, engoliram em silêncio a mágoa e a revolta que esses atos provocaram. Não demorou, muitos cerraram para sempre os olhos, cansados de ver demolida, pouco a pouco, a obra do patriarca, pai Gaspar. Tempos depois, já nos anos 2000, uma prefeita, de nome Marisa, mandou edificar uma réplica da igreja na área anexa àquela em que se erguera o prédio original. A cópia não tinha a graça e nem a leveza da primeira. Só serviu como testemunho e prova da estupidez de um administrador que não respeitou o patrimônio histórico, mandando demolir a capela inaugural. Dessa sorte, foi de sofrimento crescente a trajetória da família Fernandes. Só a invocação à Santa Mãe não foi suficiente para preservar sua memória e, mais que tudo, os frutos do trabalho dos pioneiros, sem cuja doação de terras não se teria iniciado a cidade, hoje com cerca de 35.000 habitantes, polo comercial, educacional e médico da região Norte do Estado de Goiás.

2.

Sant'Ana:

uma cidadezinha do sertão

Na vastidão do sertão goiano, banhada por um Sol escaldante, erguia-se a cidadezinha, despreziosa e humilde, nas proximidades do Rio Passa Três, caudatário do Rio Maranhão, que, por sua vez, é afluente do caudaloso Rio Tocantins, onde se despeja a 300 quilômetros ao norte. Os contrafortes da Serra Dourada, como longas muralhas, vigilantes da cidade, erguiam-se, como se erguem, ao sul do burgo, estendendo-se para o Oeste do Estado, em direção à região do Rio Araguaia. Em inícios da década de 1960, com 30 anos de emancipação, a pequena cidade contava com uma população de cerca de 20.000 habitantes. Sua gente compunha-se de imigrantes nordestinos e nortistas, mormente baianos, que vieram em busca de sobrevivência nesta terra de propalada fartura, e mineiros e goianos, eis que identificados em seus hábitos e cultura. A maioria destes últimos (goianos) era proveniente de Niquelândia, a velha São José do Alto Tocantins, vila colonial, cuja origem se vinculava ao período da mineração do ouro, no século XVIII. O cobiçado minério era extraído dos rios Traíras e Bagagem, dos ribeirões e do grande Rio Maranhão.

O auge da atividade minerífera ocorrera no final do século XVIII, quando vários núcleos urbanos se formaram no território goiano, distanciados entre si, em condições precárias, à base do improvisado, nas encostas das serras e à margem dos

ribeirões. Esgotado o ouro de superfície, e sem tecnologia para explorar o minério na profundidade, os garimpeiros voltaram às suas origens, despovoando o já pouco habitado sertão, ou dedicaram-se à lavoura de subsistência e à criação de gado à larga, nos descampados. Os antecedentes históricos da cidadezinha de Santana remontam ao século XIX, já no segundo Império, quando os fazendeiros coronéis se revezavam no poder provincial e local. Fuxicos e brigas políticas, entremeados de atentados à bala contra membros da família, na sonolenta vila, determinaram o êxodo dos Fernandes de Carvalho que, liderados por seu patriarca, o coronel Gaspar Fernandes, deram com os costados no município de Pilar, vindo se instalar na Fazenda Santana, recém-adquirida dos Mendes da Silva, na outra margem do Rio Maranhão, já no final da primeira década do século XX.

A edificação de uma capela, dedicada à Senhora Santana, deflagrou a formação do povoado, no então território da Vila de Pilar. O coronel deu ao arraial a designação de Vila de Santana do Bom Sucesso. Mas dada a existência do ribeirão de nome Machambombo, que a atravessava, o vulgo adotou a corruptela Santana do Machambombo. A autonomia em relação ao município da velha Pilar veio em 1931, no governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira, que liderou a Revolução de 1930 em Goiás. A independência pouco alterou o marasmo em que jazia o aglomerado urbano. “Uma cidadezinha qualquer, de casas entre bananeiras e laranjeiras”, reportando-me ao texto de Drummond. As vilazinhas sertanejas eram o retrato do abandono, do isolamento, da pouca ação do governo estadual, e sobreviviam em condições bastante precárias, sem os serviços de iluminação, de rede de água e esgoto, e também

sem comunicação com os centros urbanos maiores, como Anápolis, Vila Boa, Goiânia, que ainda se formava, e a cidade mineira de Araguari, ponto final dos trilhos da via férrea. As poucas estradas de chão que cortavam o estado tornavam-se intransitáveis na época das chuvas, ou seja, de novembro a fevereiro de cada ano. Os riscos das viagens e as interrupções provocadas pelos atoleiros levavam ao desânimo os caixeiros viajantes, mascates e comerciantes. Os animais (mula, burro e cavalo) e o carro de boi eram os meios usuais de transporte, no sertão goiano. O abastecimento era então bastante precário e a cidade sobrevivia por força das pequenas lavouras, hortaliças, e o criatório de gado nos sítios e nas fazendas.

Não se pode desconhecer que os quintais das residências urbanas eram pródigos em árvores frutíferas, que deram importante contributo na alimentação. No caso de Santana, podia-se contar abacateiros, mangueiras, cajueiros, bananeiras, mamoeiros, pés de ata e de jabuticaba. As frutas do campo (pequi, pitanga, pitomba, cajá, cajá-manga, jatobá, cajuzinho da serra) complementavam a dieta dos goianos. A vida fluía com grande simplicidade, vagarosamente, no ritmo dos carros de boi e sua sonoridade melancólica. As residências da Avenida Araguaia eram, até os anos de 1960, em sua maioria, casas simples, de alvenaria, cobertas de telhas coloniais, com três ou mais quartos, para abrigar os membros das numerosas famílias de então. O teto era desprovido de forro e a latrina se instalava numa edícula, ou casinha, em separado, no quintal, afastada uns 30 metros da residência, pois o sistema era de fossa sanitária, já que não havia rede de esgoto. Todas as casas eram providas de fogão a lenha. A achas de madeira eram trazidas periodicamente pelos carreiros em seus lentos e lamentosos carros de boi.

Ditão Fernandes, com os filhos Antônio e Miguel, eram os carreiros mais conhecidos. Mais interessantes eram os imensos quintais, com seus generosos pomares de árvores frutíferas. Alguns se estendiam até o frondoso bosque onde conviviam sapos, camaleões, calangos e gambás.

Até o final dos anos de 1960 era comum a existência de lotes vagos, onde se abrigavam famílias de calangos, sapos de diversas espécies, grilos, cigarras e uma variedade de insetos. A pensar bem, havia uma rica biodiversidade na pequena Uruaçu. Sem considerações ecológicas, as crianças dos anos de 1960 se empenhavam em extinguir, impiedosas, no mundo, os diversos tipos de insetos, inclusive, vagalumes, e também a saparia que coaxava no bosque, nos fundos do nosso quintal, e nos lotes baldios da avenida. Felizmente não conseguiram. Ainda bem que diversão de criança não tem força predatória. O mesmo não se pode dizer das engrenagens do agronegócio na busca insaciável de lucratividade. A vegetação do Cerrado foi brutalmente devastada, para dar lugar à soja, à cana de açúcar e ao milho. As pastagens alargaram-se. A vida bucólica do campo não passa de mera lembrança. Tema saudosista das canções folclóricas ou sertanejas. Os grandes caminhões transportam nas pistas asfaltadas o gado destinado aos frigoríficos. Então, a lembrança da Avenida Araguaia nos transporta para os tempos românticos do início da década de 1960, quando o sonho de Brasília começava a concretizar-se, e a nossa vida era tecida de brincadeiras lúdicas e sonhos de um futuro risonho.

Essas reminiscências são como um rio remansoso, que atravessa as nossas vidas e as fecunda, e nos permite reviver os dias cândidos e ensolarados da nossa infância. Um rio de memórias...

3.

O memorialista Filomeno Luiz França e as origens de Uruaçu

Já disseram, com toda razão, que somente na maturidade conseguimos perceber a magia que permeou a nossa longínqua infância. Quantas situações e personagens reais daqueles tempos transfiguram-se, então, aos nossos olhos, dando-lhes coloridos especiais, similares às narrativas e criaturas ficcionais. E vemos então que a vida imitava a arte, se é que não a extrapolava. Também eram outros tempos, quando a sociedade de consumo ainda não se instalara. A vida era de uma simplicidade difícil hoje de se imaginar.

Pois bem. Um casal que marcou a nossa infância, na Avenida Araguaia, na pequena Uruaçu, foi o piauiense, agente de estatística, Filomeno Luiz de Oliveira França e sua esposa, Gracy. O casal tinha oito filhos: Josemar, Gylson, José Luiz, Julimar, Janildes, Janice, Jair e Filomeno Luiz F. Filho (o Francinha), a “rapa do tacho”. Josemar era aparentemente afeminado, com seu gestual delicado, o que, numa cidade pequena, constituía situação esdrúxula, que ensejava comentários, à boca pequena. Sem embargo disso, parecia sentir-se bem, resolvido em sua condição sexual, e era um moço corpulento, gordo e alegre.

De natural amável e falante, era benquistado por todos. O segundo filho, Gylson, que, durante certo tempo, desconfiou-se não ter também atração por mulheres, veio a unir-se, já aos trinta anos, com uma enfermeira, grande e corpulenta, uns dez anos mais velha que ele. E durante anos pareceram viver felizes. Ele e

Josemar faleceram há alguns anos e deixaram saudade. Mas a figura mais interessante da família era o velho França. Funcionário do IBGE, franzino, falante, fumante inveterado, desenvolveu rica pesquisa sobre as lendas e primórdios da colonização da região, reportando-se às primeiras bandeiras, e registrando as escaramuças entre os garimpeiros e os povos indígenas radicados naqueles sertões.

França tinha material suficiente para publicar um livro sobre o processo de povoamento das terras do médio-norte goiano, com narrativas sobre os avá-canoeiros, os bandeirantes que perambularam pelas terras centrais, as desventuras dos primeiros mineradores e o surgimento dos primeiros arraiais, como Ouro Fino, Traíras, Amaro Leite e São José do Tocantins. Ressaltou a ferocidade do povo avá-canoeiro, hoje em extinção, em represália à invasão do seu território e dizimação dos membros da tribo.

França fez circular na década de 1960, na cidade, vários números de um boletim, em que narrava episódios históricos da região e fatos sociais relevantes. Foi o primeiro jornal uruaçuense. Um intelectual, o França. Devo confessar que na adolescência não fui muito correto com ele, pois peguei, então, por empréstimo, vários volumes de uma enciclopédia, dos quais, na surdina, não sei onde estava com a cabeça, arranquei algumas páginas ilustradas com gravuras de personagens ilustres, ou seja, mutilava os livros, com intuito de usar as páginas como modelos para desenhos a lápis. Devo-lhe desculpas.

Muitas das narrativas históricas da lavra de França foram entregues a papai, também memorialista, que, décadas depois, fez publicar um livro sobre a origem dos Fernandes de Carvalho, descendentes de baianos e paulistas, que vieram explorar os garimpos do arraial de São José do Alto Tocantins. O coronel

Gaspar Fernandes de Carvalho, patriarca do clã, foi personagem política importante em São José, de onde emigrou para as terras da Fazenda Santana, no vizinho município de Pilar, núcleo a partir do qual formou-se o povoado e depois a cidade de Uruaçu.

As últimas lembranças que tenho do senhor França são de um homem sofrido, que veio parar na cadeira de rodas, e que, nos meses anteriores à morte, madrugada adentro, urrava de dor, atormentado pelo flagelo de uma septicemia que levou à amputação da perna. Acho que morreu relativamente jovem, por volta dos sessenta anos, no final da década de 1960. Merece ser homenageado, por todos aqueles que se preocupam com o registro da história de Uruaçu, a que ele, o agente da estatística e memorialista, tanto se dedicou.

4. A nossa gente humilde

O imortal escritor russo Leon Tolstói observava: “Se queres ser universal, começa por pintar a sua aldeia”. Bem, não tenho qualquer pretensão de ser universal, que me resta um pouco de bom senso e autocrítica, mas é inegável que convém pintar ou falar daquilo que efetivamente conhecemos, a nossa aldeia, a nossa gente. As dores, as sombras e a satisfação que afetam a alma humana tem traços de universalidade. Daí também a observação do grande romancista. Falo, pois, do povo da minha terra, da minha vilazinha natal, Santana e depois Uruaçu, perdida nos fundões de Goiás.

A ruazinha da minha infância era bastante interessante, mas só agora, décadas depois, percebo a singularidade dos seus moradores, gente de nível médio e também gente pobre, com ofícios e artesanias que exerciam com humilde dignidade, profissões que hoje já não sobrevivem. Aliás, hoje tudo se compra, a indústria sufocou as atividades individuais artesanais. Na minha lembrança de infância, a rua era bastante longa, indo perder-se no Cerrado, nas proximidades do campo de aviação. Ali, algumas casas eram de palha ou de pau a pique. A maioria de imigrantes nordestinos.

A duas casas da nossa, na metade da extensão da avenida, instalava-se a tenda do seu Tônico, um ferreiro, que, em sua fornalha a lenha, e no torno, fabricava ferraduras, retificava espingardas, adaptava pregos e arames, e aros de ferro. Tônico

era um sujeito engraçado, cheio de trocadilhos e casos pitorescos, muitos criados na hora, com personagens reais da cidade. Teve uma vida longa, o Tônico, na certidão Antônio Guimarães. Nunca se casou, mas teve uma filha, Bárbara, fruto de uma união clandestina. A marca registrada dele era a magreza, a simplicidade absoluta, com suas sandálias de couro, e o hábito de, ao cumprimentar os mais jovens, apertar-lhes a mão até sentir que não aguentavam mais, provocando risos.

Sua oficina ocupava um cômodo, com porta para a rua, na lateral de uma casa simples, baixa, colonial, de parede de adobes e piso de ladrilho, onde residia com o cunhado Augusto Galvão, oficial de justiça, e sua irmã Alice, uma mulher frágil, dócil e tranquila, em contraponto ao marido turcão e corpulento, habitualmente portando seu chapéu de feltro e uma arma na cintura, sob a camisa. Mas tinha razões de sobra para os seus maus bofes: ser oficial de justiça num território extenso, que alcançava até a conflagrada região dos posseiros, em Trombas e Formoso, acossados pelos grileiros e latifundiários, era estar no fio da navalha, em constante risco de vida. Os posseiros elegeram até um deles como deputado, o lendário José Porfírio de Souza, líder dos campônios. Ao final, a ditadura prendeu, matou ou desapareceu com os líderes dos lavradores, inclusive Zé Porfírio.

A propósito de terras devolutas e Justiça, corre, à boca pequena, que determinado juiz, que também funcionou no processo das terras, mancomunado com os fazendeiros, expediu ordem de despejo dos lavradores, a troco de uma gleba de terras de 50 alqueires. Para evitar suspeitas, registrou o imóvel em nome de um dos oficiais de justiça. Anos depois, já aposentado, solicitou ao servidor que lhe restituísse a escritura do

imóvel. O ex-oficial de justiça, velhaco, quis de início fazer-se de desentendido, mas, acuado, respondeu logo com um sonoro “não”. E ainda deu uma lição ao juiz: “Quem não registra, doutor, não é dono”.

Ao juiz não restou outra alternativa a não ser meter o rabo entre as pernas e voltar para Goiânia, e engolir a raiva diante do logro. Logo depois, o meirinho, que não tinha jeito para lavrador, vendeu as terras a troco de banana. Hoje, recordando-me desses tempos, heroicos e até românticos, malgrado as injustiças sociais, vem-me à lembrança os versos de Fernando Pessoa: “... No tempo em que festejavam o dia dos meus anos, eu era feliz e ninguém estava morto. Na casa antiga, até eu fazer anos era uma tradição de há séculos ...”.

5.

Passeio à tapera

A meninada subiu em algazarra a carroceria do jipe. No espaço em que caberiam seis, amontoaram-se dez, como se coubesse mais de um corpo no mesmo espaço. E falavam todos ao mesmo tempo, numa algaravia sem fim, própria de um bando de periquitos. Na parte da frente do veículo, ao volante, sentaram-se o pai; ao lado dele, a mulher, mãe de seis dos meninos, e a irmã dele, Diva, genitora das quatro outras crianças aboletadas atrás. Era sábado, dia de ir visitar o avô, no sítio designado como Tapera, sito a uma légua da cidade. Parece que o nome Tapera surgiu em razão do abandono a que ficou relegada por décadas uma rústica casa que outrora ali se erguera, onde morara um garimpeiro ermitão, cognominado Elisiario, de raízes lusitanas, caçador de ouro nas beiradas dos ribeirões.

Sua moradia, abandonada por ele no curso do esgotamento do precioso minério e do assédio dos tapuias, passou a ser conhecida como tapera do velho Elisiario. Depois, só por Tapera. Um sítio de vinte e cinco alqueires era o patrimônio da Tapera, constituído por um terreno plano, coberto pela vegetação do Cerrado, entremeada por roças de milho e arroz, bem assim por pastos de capim Jaraguá. Nesses pastos, dezenas de novilhas pastavam habitualmente, em harmônico convívio com as seriemas, saracuras, pacas, tatus e caititus, sem contar os bichos pequenos, como cupins, formigas, la-

gartixas e cobras variadas. Mas o que fazia a festa da meninada eram os bandos de passarinhos que por ali trafegavam, aproveitando a quirela do milho e do arroz, as sementes das árvores e as frutas de variadas espécies. Mamão e mangas bem maduras eram as preferidas. Mas tinha também ata, jabuticaba, pequi, cajá-manga, jatobá, pitomba, pitanga e framboesa. Os moleques afiavam os seus estilingues, mantendo a borracha bem engraxada e a forquilha bem flexível, mas firme. Que Deus protegesse os fogo-apagou, pássaro-preto, inhambus, andorinhas, periquitos, juritis, pombas, curicacas e rolinhas. A meninada exibia os estilingues uns aos outros, realçando a firmeza, a largura da borracha, o formato da forquilha, o nó que a prendia ao braço da forquilha, o couro onde se colocaria a pedra mortal. E riam por antecipação, já prevendo a satisfação de abater o “passarim”, ainda antes do exato instante do voo.

Nesse ínterim, o pai girava a ignição do velho land rover, para que a fâisca elétrica provocasse a combustão. Uma, duas, três vezes e nada. O velho motor ameaçava, grunhia, dava solavancos, gemia, gemia, mas nada de firmar. A garotada silenciou-se, prevendo a frustração do passeio semanal. O motorista tentou novamente. O velho jipe resmungou, engasgou, estremeceu, mas o motor a óleo teimava em não funcionar. Resolveu-se tentar dar a partida com uso da incômoda manivela. O pai desceu do carro, abriu o capô e retirou o trambolho, uma barra de metal, com empunhadura na extremidade. A peça era inserida no motor, em um vão da grade frontal do carro. Enquanto isso, a mãe assumia a direção do veículo, para firmar o acelerador. O velho jipe, da marca land rover, viera de longe, importado da Europa, três anos antes, não se sabendo exatamente por quem.

Para ser preciso, esse modelo surgira em 1948, desenhado por Maurice Wilks, designer-chef da indústria inglesa Rover, inspirado num jipe americano utilizado nos movimentos de guerra. Era já da II série. O modelo tinha tração nas quatro rodas, com roda livre no eixo dianteiro. Eixos rígidos com molas semielípticas seguravam os trancos no jipe. Sob o capô vinha o estepe. A grade frontal ganhara forma de T invertido, no ano de 1957. Sua simplicidade rústica condizia com sua proposta e época, pois ainda se engolia a aspereza que fora o período da Guerra. O interessante no land rover era a possibilidade de o motor ser acionado à manivela, para o caso de esgotamento da bateria, mas a manivela, um dispositivo de metal, era um utilitário que poucos gostavam de usar. Embora fosse a solução, quando falhava a ignição.

O motorista fez girar por duas vezes a manivela, logrando que, na segunda tentativa, o motor pegasse! A mãe acelerava com gosto, já um tanto nervosa. A meninada gritou de alegria. Não seria preciso empurrar o veículo, para que “pegasse no tranco”. Além disso, não precisariam se reacomodar na carrocera dura do jipe. Reassumindo o comando, o motorista, pai dos meninos, engatou a primeira marcha e pressionou o acelerador, fazendo a máquina deslocar-se firmemente, já em direção à rua que dava para a saída da cidade. Na estrada trepidante, o velho jipe seguia aos trancos, tremulante, desequilibrando os passageiros que, a todo momento, recompu-nham-se sobre o banco metálico. Os meninos que se sentavam rentes à capota traseira esticavam a cabeça para fora, para sentir a delícia do vento soprando-lhes os rostos e os cabelos. Às vezes uma camada de poeira evolava da estrada e invadia o carro, pelas várias frestas da capota de plástico rígido. Melhor o vento empoeirado do que o calor insupor-

tável da lona totalmente cerrada. E nessa marcha, seguiam felizes para o paraíso chamado Tapera, onde residia o avô Afonso, já viúvo, em companhia da filha, Olímpia, e do genro, Agreni. Ao lado da casa de morada, um curral em que permanentemente abrigavam-se algumas novilhas. Um paiol erguia-se um pouco mais adiante. Nos fundos, no extenso quintal, um monjolo, para triturar o milho e limpar a palha do arroz. Mais ao fundo, um ribeirão de água cristalina em que nadavam alguns alevinos e sapinhos de água, motivo de regozijo da meninada.

Fazenda Nossa Senhora da Conceição era o nome oficial da propriedade, pois o vô, embora livre pensador, leitor inveterado de jornal, era da religião católica, seguindo a forte tradição da família. Era um homem gentil, sereno, que se referia sempre ao Jeep como máquina, e ao nosso deslocamento no veículo, como navegação.

Seriam duas horas de pura diversão para a meninada, caçando passarinhos, molhando os pés no riacho, vendo funcionar o monjolo, entrando na tulha de milho, colhendo e comendo buritis, andando pelos trieiros, até que as mães os convocassem para retornar à sede, para um café com biscoito, e dali regressar à monotonia da cidade. Diziam que na mata próxima à sede da fazenda já rondara onça, aterrorizando as vacas e os bezerros, que pressentiam a presença da fera, inclusive o peão até já vira marcas de suas patas, mas ver mesmo o bicho e ouvir seus rugidos, ninguém vira nem ouviu ainda. E cada vez que tinham de voltar à rua sem encarar, ainda que de longe, a onça, os meninos voltavam com um leve sentimento de frustração, era como se houvessem perdido, mais uma vez, o melhor da festa.

6.

Uma história de amor

No monumental poema *Divina Comédia*, joia de luz na treva medieval, Dante Alighieri representa o amor como uma força arrebatadora, capaz de movimentar o sol e as estrelas. O maior dos poetas portugueses do século XVI, Luís de Camões, refere-se ao amor como um sentimento que propicia emoções contraditórias e incontroláveis. “É fogo que arde e não se vê, dor que dói e não se sente”. O amor proclamado pelos poetas destaca-se pela nota trágica ou pelo desespero que o alimenta. No entanto, a história que passo a relatar mostra que o amor que sedimenta não se faz de arrebatamento. Nem de sensualidade à flor da pele. Nem do ciúme possessivo que é sintoma de amor profundo.

Numa outra vertente, pode-se afirmar que amor é prudência, é respeito, é compromisso. O amor passional é alimento da literatura, mas não ultrapassa os limites da ficção. No plano do real, não sobrevive. Como dizia Paulo de Tarso, o evangelista, “o amor é paciente, o amor é bondoso. Não inveja, não se vangloria, não se orgulha. Não maltrata, não procura seus interesses, não se ira facilmente, não guarda rancor. O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta”. O grande poeta oriental libanês, Gibran Khalil Gibran, ministrou lições eternas sobre o amor, ao proclamar que “o amor não possui e nem se deixa possuir. O amor só dá de si mesmo e só recebe

de si mesmo. E não penseis que podeis guiar o curso do amor, porque o amor, se vos escolher, marcará ele próprio o vosso curso”. Não se quer dizer que o amor haja de ser morno, o que se defende é que o amor pode ser ardente, mas não deve se consumir nas próprias chamas. E para criar uma frase feita, posso dizer que a expressão do amor são os atos de delicadeza. A narrativa de um caso de amor, nos moldes proclamados por Paulo, é o que pretendo desenvolver, mostrando quão vigoroso é esse sentimento quando pautado no compromisso, no respeito e na cumplicidade, para além da atração física.

Pois bem. No ano de 1945, num mundo ainda despedaçado pelos horrores da guerra, que sacrificou milhões de vidas, trazendo medo, luto e desesperança na providência divina, no interior do Brasil, na jovem cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, então com cerca de 45.000 habitantes, um jovem estudante sofria sozinho as dores da saudade e do isolamento. Viera do longínquo norte do estado e não conhecia ninguém na cidade, com quem pudesse interagir, no início. E vertia em carta a sua aguda melancolia, resultante da distância da sua numerosa e unida família. A par de sua solidão, constata-se nas cartas a surpreendente profundidade da fé nos dogmas do cristianismo. Sua inabalável crença em Deus era o bálsamo que o consolava e lhe dava forças para prosseguir. Na carta, dirigida à noiva prometida, de apenas 14 anos de idade, residente no interior, na pequena Uruaçu, externava as dores da alma e registrava o seu profundo envolvimento com as atividades de caráter religioso. Nesse ano, de 1945, escreveu: “... resolvi dirigir-lhe mais esta, não só para renovar-lhe as minhas notícias, mas, principalmente para suavizar um pouco a profunda saudade que me martiriza dia e noite. Você não imagina

o quanto tenho sofrido! Longe de todos os parentes, cujo convívio constitui a minha tranquilidade e, em consequência, a minha felicidade”.

A carta toda transparecia a solidão do jovem estudante, consumido pela saudade, e cujo lenitivo eram os atos religiosos, que ele encarava como missão: “Fui à missa pela manhã, às 7 horas. Há naquelas benditas paredes do templo de Deus, único lugar em que há a verdadeira paz. Compartilhei-me da Mesa Eucarística, comendo a carne e bebendo o sangue do Divino Mestre, única fonte da luz, da verdade e da vida. Quão grande é este mistério!”. É impressionante essa transparente declaração de fé, vinda de um jovem na flor dos seus 25 anos. Outras cartas registram também a fortaleza dessa fé. E retratam a condição solitária e de recolhimento a que se entregava. Sua vida era o trabalho, a igreja e o curso escolar. “Se me queixo é porque não posso suportar sozinho o embate deste amor sincero e ardente, que, dia por dia, se vê sequioso de ser correspondido, de ser saciado”. Essas convicções foram preservadas ao longo de sua existência, que, em 2020, fez-se centenária. E o melhor dessa personalidade era a capacidade de aceitar a fé ou o ceticismo de outrem, desde que não interferissem na sua crença.

O casamento veio em julho de 1948, em cerimônia simples, como convinha, na cidade natal de Santana, e, a partir daí, liberados o afeto e os hormônios, cobraram estes o seu preço: a cada ano, um filho! Afinal, ainda não se inventara a pílula e estavam os cônjuges no auge do seu vigor e fertilidade. Tanto que no ano de 1951, foram dois filhos no período de doze meses. Foram oito filhos, ano após ano, com interrupção apenas para o último, um menino temporão, nascido em 1965. Uma das crianças, Ilioney, não sobreviveu, golpeada pela

coqueluche no décimo mês de vida. E só uma nova gravidez foi capaz de interromper as lágrimas da mãe inconsolável. E não se pode dizer que o casal foi infeliz. Pelo contrário, cultivava uma harmonia rara de se ver, de dar inveja aos demais casais da família. E também da cidade.

Um símbolo dessa rara harmonia era o fato de dividirem o mesmo prato, nas refeições diárias. Nunca alteravam a voz, um para o outro, e o tratamento que se dispensavam era de “meu bem”. Ele, nativo de leão, dominou sua personalidade forte em privilégio às iniciativas e emotividade da mulher, uma canceriana típica. Claro que, seguindo o padrão da época, o trabalho doméstico e a obrigação de educar os filhos recaíam, sobretudo, sobre a mãe, que também lavava, passava e cozinava, e se isso não bastasse, ainda costurava. Ao pai, restava a função de provedor. A ética, burguesa e cristã, sempre os norteou. Mas o desapego aos bens materiais foi sempre um aspecto notável da personalidade desse chefe de família. Também o respeito às pessoas independentemente de sua condição social. E foram essas as lições de vida que ministraram à nova geração. (Bem, para não dizer que era tudo umas mil maravilhas, registra-se que quando ele elogiava muito uma médica, de origem russa, Olga Sokolov, que viera clinicar em Uruaçu, logo se fechava a fisionomia da esposa, que punha reparos nos elogios, dizendo-os exagerados... Os presentes sorriam da visível nota de ciúme).

Sua convivência, florescida em sete filhos, estendeu-se por 56 anos, só se interrompendo com o triste passamento da esposa, para a outra margem, em novembro de 2004, depois de dois anos de heroica luta contra um câncer de pulmão. Dizem que as mulheres que por muitos anos usaram fogão a lenha,

soprando carvões, para atizar o fogo, são suscetíveis de desenvolver a formação de tumor pulmonar. O viúvo, como era do seu feitio, aceitou sem queixas a morte da companheira, para ele fruto do designio de Deus, mas decaiu rapidamente, fragilizando-se a memória e as iniciativas. Ainda tinha uma saúde de ferro, pois jamais se dera ao vício da bebida ou do cigarro, e nem mesmo às noites de boemia a que comumente se entregam os jovens nessa etapa da vida. Manteve-se casto até o casamento e durante o conúbio nunca se teve notícia de infidelidade. Conseguiu concluir e publicar, após aposentado, dois livros: “História do município de Uruaçu” e “Reminiscências da família Fernandes de Carvalho”. Por inéditos, os temas despertaram vivo interesse na região. Seu hobby, por esse tempo, antes e depois da viuvez, era compilar notícias de jornais, sobre determinados temas, recortá-los e classificá-los, reunindo-os em pastas próprias e identificáveis por assunto. A família constituiu um razoável patrimônio, incluindo dois imóveis em Goiânia e um sítio em Uruaçu.

Em agosto de 2020, aquele jovem estudante de 1945, que fora depois promotor de justiça, professor, prefeito e advogado, perfez cem anos de idade. O jornal da cidade dedicou duas páginas inteiras a esse venerando cidadão uruaçuense: Cristovam Francisco de Ávila. E à memória de sua mulher, Selenita de Almeida Campos. Já eram estes estranhos tempos de pandemia, então, a celebração foi contida, sem o brilho merecido, mas uma parte dos filhos, netos e bisnetos reuniu-se com ele, no quintal de sua casa, para um café e fotografias, sem faltar a missa, para ele o maior presente. Ao refletir sobre esse casamento, vêm-me à memória as lições permeadas de verdade e lirismo do iluminado poeta libanês: “Quando um de vós ama,

não diga: Deus está no meu coração, mas diga antes, eu estou no coração de Deus. E não imagineis que possais dirigir o curso do amor, pois o amor, se vos achar dignos, determinará ele próprio o vosso curso”. Ressoam, então, os versos viscerais de Chico Buarque, o maior poeta da música popular brasileira: “O amor não tem pressa, ele pode esperar em silêncio, no fundo do armário, na porta restante, milênios, milênios, no ar...”.

7. A cidade de Ana

O ônibus da Viação Expresso Braga Ltda avançava em meio a solavancos e uma nuvem de poeira vermelha. Quando cruzava com outro veículo, momentaneamente, não se via nada à frente. O menino, na terceira poltrona, olhava admirado para o motorista do veículo: sua camisa caqui, de mangas longas, com ombreiras, adornada por uma gravata, dava-lhe um ar imponente, algo oficial, uma espécie de herói a conduzir toda aquela gente por uma estrada hostil, áspera, poeirenta e perigosa. De sua perícia dependia a sobrevivência dos quarenta passageiros que seguiam no veículo. De sua habilidade, o bom termo da jornada, em direção à cidade de Anápolis. Aos olhos do garoto, o condutor era um profissional destemido, digno de admiração. Seriam horas de viagem, quase o dia inteiro, passando por sonolentos povoados, pontes precárias, subindo penhascos perigosos e parando em algumas estações rodoviárias nas cidades mais expressivas do roteiro, cerca de duas ou três, apenas, onde alguns se limitavam a consumir um lanche e outros arriscavam-se a almoçar.

Muitas camadas de poeira depois, deixando para trás as cidades de Ceres, Rialma e Jaraguá, avistavam-se os primeiros armazéns e casas comerciais de Anápolis. O coração bateu forte no peito do menino! A expectativa de adentrar a cidade grande, com a sua frota admirável de automóveis, sua

variegada estrutura comercial, suas belas casas de famílias ricas, fazia palpitar o peito do garoto. Observava então o pai e a mãe, e ao ver os seus semblantes tranquilos, sentia acalmar-se a agitação do seu espírito. As fachadas e letreiros se passavam rapidamente, ele mal conseguia ler e identificá-los, mas a cidade impressionava pela variedade da arquitetura, a quantidade de lojas, bares e restaurantes. Os olhos do garoto brilhavam de admiração. Teria que ter gente demais para comprar esse tanto de coisa. E os luminosos? Que maravilha! Alguns imensos, em pisca-pisca, outros multicoloridos, outros ainda em escala luminosa, subindo ou descendo, escrevendo anúncios e objetos. Coisa só vista no cinema. O menino pregou a cara na janela, deslumbrado. Só de pensar que se podia comer maçãs à vontade, nos mercados da cidade, dava para concluir como era magnífico tudo aquilo. Seu coração disparava tal era a expectativa que o avassalava. Um misto de medo, alegria e emoção penetrava-lhe o espírito. Era o seu batismo de fogo. Pois a partir dali, deixava de ser menino tímido e caipira da cidadezinha desimportante do interior de Goiás.

Nenhum dos primos já viera a Anápolis, portanto não tinham qualquer noção do que era uma cidade grande, com todas as ruas asfaltadas e um exagero de lâmpadas e luzes. Ele observava atentamente, para poder descrever depois aos irmãos e amigos as maravilhas de Anápolis, nome que significava cidade de Ana, como lhe ensinara o pai. Inclusive, queria levar um saco cheio de maçãs, essa fruta rara e cobiçada, para os primos. Ele estava ali, embevecido, o rosto praticamente colado na vidraça do ônibus, a olhar a cidade, cujas casas passavam rapidamente, quando alguém comentou, em alta voz: “Olha lá o trem de ferro!”. O menino praticamente saltou para

o corredor, e avançou em direção ao passageiro que vira a máquina de ferro, gritando: “Onde, onde? Eu quero ver, deixa eu ver!”. Por pouco não se desequilibrou, com os solavancos do ônibus, na ânsia de ver a locomotiva.

A máquina era sua velha conhecida dos gibis e às vezes da tela do cinema, nos filmes de faroeste. Ver uma ao vivo era uma façanha grandiosa. E repetia o refrão, “quero ver o trem de ferro, quero ver o trem de ferro”, num incessante vaivém por entre as janelas. Alguns passageiros acharam a cena engraçada e puseram-se a rir. Nesse momento, a mãe do garoto, constrangida, aplicou-lhe um forte beliscão, ao mesmo tempo em que o puxava pelo braço e o forçava a voltar para a poltrona. O beliscão ardeu tanto que só a muito custo conseguiu engolir o choro. Mas o que mais doía era a percepção de que agira como um caipira, um menino da roça, motivo de galhofa dos passageiros. Esvaiu-se-lhe então todo o encantamento e amou-se no canto da poltrona, querendo fugir da vista daqueles adultos insensíveis e zombeteiros. A leveza só lhe voltou ao coração quando saltou do ônibus e, com os pais, adentrou a charrete, puxada por dois imponentes cavalos, que os levaria até o Hotel Cardoso, onde se hospedariam por cinco incríveis dias naquele encanto de cidade. A cidade de Ana.

8.

Retrato de mãe

Minha mãe se chamava (ou seria mais apropriado dizer “se chama”, no presente? É que mãe não morre, nunca!) Selenita. Ela se foi em 2004. No mesmo dia de novembro em que se fora a minha companheira, Margot, mãe dos nossos três filhos. Selenita era conhecida como Nenzinha. Diminutivo do diminutivo nenêzinha, provavelmente. Selenita vem de Celene, e Celene é o nome latino para Lua. Ou seja, selenita é uma pequena Lua, ou uma luinha, no sentido carinhoso do termo. Mas o nome anterior de minha mãe, seu nome de batismo, era Hilda! Assim, com “h”, como constou do certificado de sua pia batismal.

E como me encanta esse nome, com seu toque poético, nome de personagem romântica e sedutora de romance de cinema. E me impressiona como são apropriadas essas referências à figura forte e doce de minha mãe. Melhor dito, de mamãe. Canceriana típica, era mulher de muitos filhos, oito ao todo, sete sobreviventes. E ela os criou a todos muito bem, modéstia à parte, e graças aos ramos de goiabeira e oportunos beliscões. Mulher forte, amamentava, cozinhava, costurava e instrua, embora papai fosse o professor profissional. Dizia-se na família que o seu arroz com feijão superava qualquer almoço com muitas iguarias de outras mulheres da família. Seus bolos e doces eram incomparáveis. Além disso, ela é que se sentava à mesa e nos ensinava a realizar as tarefas escolares cotidianas.

Só nos casos mais complexos, recorriamos a papai. Este era um intelectual, além de promotor de justiça, encerrado em seu escritório, sem tempo a perder com as criancices dos sete filhos. Mamãe chorava facilmente, emoção à flor da pele, sempre que um filho aniversariava, alguém da família viajava, e, claro, quando algum parente falecia. Quando morreu o seu quinto filho, aos dez meses de vida, ela chorou diariamente, ao longo de um ano. Pensei que fosse acabar ficando doente. Ela já estava. Só o nascimento de outro fez com que ela retomasse as rédeas de sua vida, desdobrando-se em cuidados maternos.

O mais incrível é que ainda tinha energia para incentivar ou demover papai quanto aos pequenos negócios em que, a contragosto, ou quase indiferença, se propunha envolver. Graças a ela, a família formou um pequeno, mas seguro patrimônio, incluindo um apartamento e dois lotes em Goiânia, além de mais de uma dezena de imóveis na nossa cidadezinha. No ano de 1968, depois de quatro anos de esforços, o casal inaugurou uma bela casa de moradia, defronte o palácio do bispo. A casa era um orgulho para a cidade. Muitos paravam ali naquela esquina para tirar fotos, tendo aos fundos a bela residência, edificada sobre um terreno elevado, propiciando uma perspectiva imponente.

Mamãe, que cuidava de tudo e de todos, se foi, após aplinar os nossos caminhos. Só não consigo entender porque teve que sofrer tanto, passar pelo martírio de uma perna amputada, ela que sempre foi tão ativa, dedicada administradora da casa, do marido, dos filhos e mesmo dos bens comuns. Um câncer inexplicável, sub-reptício, tornou-se o seu calvário. E a levou de nós. E só me vem o verso de Drummond: “Por que Deus permite que as mães vão se embora? Fosse eu o rei do mundo, baixava uma lei: Mãe não morre nunca. Mãe ficará sempre junto de seu filho. E ele, velho embora, será pequenino feito grão de milho”.

9. Reminiscências de uma infância quase feliz

As minhas lembranças da infância são vagas, descontínuas, meio difusas, mas com a marca luminosa da alegria, do encantamento. Era um tempo de fogão a lenha, lamparina, lampião, café moído em casa, quintal extenso, cheio de árvores frutíferas. Na tenda do Tonico, sentava-se em tamboretas. Na casa da tia Diva, comia-se com a mão o bolinho de arroz que se amassava no punho. Doces eram feitos em casa, por mães que se desgastavam de tanto trabalhar pela família. Lavavam, passavam, cozinhavam, educavam e amavam. E como amavam: todo ano, uma nova gravidez.

Não eram raras as famílias de oito, dez filhos. Os brinquedos eram de uma simplicidade inacreditável, mormente em comparação à parafernália eletrônica que entretém as crianças de hoje. Nossas noites eram de muitas brincadeiras, sobretudo, quando despontava a lua cheia. Não havia televisão para emudecer e imobilizar as crianças. Brincadeiras de roda, de anelzinho, de esconder, de boca de forno e teatrinho eram a forma de nos divertirmos. O motor que fornecia luz elétrica desligava às 22 horas, então nós nos recolhíamos, e dormíamos suados e felizes.

Havia muitos sapos, circulando por ali, vindos do bosque ou do fundo dos quintais úmidos e ricos de bananais. Nosso quintal terminava num magnífico bosque, salpicado de minas d'água e animado por pequenos micos, grilos, cigarras, rãs e

uma diversidade de pássaros, inclusive seriema. Sapos gigantes hibernavam por ali. Às vezes se aproximavam da casa, em busca de insetos, para se alimentarem. Impiedosos, expulsávamos os coitados a chutes, obrigando-os a se refugiarem no matagal dos lotes baldios. Certa vez, um deles espirrou leite na minha direção, atingindo-me o olho. Desesperado, saí correndo para dentro de casa, chorando, com medo de ficar cego. Surpreendeu-me a calma de papai, que, ante o meu desespero, simplesmente mandou que eu enxaguasse os olhos.

Havia um lote vazio na esquina, defronte nossa casa. Aliás eram dois lotes. Um deles era de papai. Nos fundos do lote, a casa do Sr. Wilson e D. Amélia, com seus vários filhos, tidos como custosos e briguentos. Entre a casa de D. Gravura e a do Sr. Vicente, havia também uma área tomada por mato. Do lado de baixo, na mesma direção, a casa de D. Laurita, mãe de quatro filhos, cada um de um pai diferente. A filha Rosinha era namorada platônica de todos os moleques da rua.

Na sequência, do mesmo lado, a casa de tio Zezim Ponce e tia Diva, com os seus nove filhos, nossos primos, e companheiros inseparáveis, sobretudo, Gilberto, Mariluce, Maridiva, Vera e Sidnei. Emival e Lídia eram da geração mais velha, e Lídia, Antônio e Walter já adultos, os dois últimos já casados. Quem não se lembra do tio Zezim Ponce? Um dos irmãos Ponce de Leones, era um homem sistemático, de semblante fechado, que, em casa, assentava-se sozinho à mesa de almoço, adotando o estranho hábito de a mulher só se alimentar depois de havê-lo servido, o que ela fazia de pé, a sós, na cozinha ou na companhia da meninada. Depois de ter com tia Diva uma penca de filhos, e de manter um concubinato, do qual resultou um filho

que hoje trabalha como jornalista, Zezim, da noite para o dia, abandonou a família, evadindo-se para lugar ignorado.

Dizem que estava endividado, arruinado nos negócios de compra e venda de gado. Disseram também que fora enfeitado, por mandinga feita por uma família de negros, de Niquelândia, em razão de ter atirado em um deles, quando este intentava furtar o carro de um vizinho do Zezim. O ferimento do rapaz gangrenou e, por fim, ele teve de amputar a perna. Zezim teria ficado desvairado, desertando do lar. Ou fora ameaçado, e por isso, evadiu-se da cidade, deixando mulher e filhos ao desamparo. Uns dez anos depois, já adoentado, voltou para casa, sendo acolhido pela dócil e submissa mulher, minha tia Diva.

Minha prima Maridiva era tão minha amiga e tão grudados éramos que brincávamos dizendo que ainda íamos nos casar um com o outro. Não nos fizemos essa maldade, mas em certa ocasião, eu estudante em Goiânia, passando férias em Uruaçu, tivemos um *affaire*, com amassos e beijos. Namoro de um fim de semana. Apesar do abraço febril, estimulado pela cervejada, concluímos que, no mais íntimo da alma, nosso vínculo era de afeto fraternal. E assim prosseguimos até hoje. Ela construiu uma casa nos fundos da casa do irmão Antônio, no imenso lote da casa da família, ali na Avenida Araguaia, alternando temporadas em Brasília e Goiânia, separada há muito do pai dos seus três filhos, duas moças e um rapaz. Hoje, já é avó.

Emival radicou-se como médico em Rondonópolis, há mais de quarenta anos, com sua Elizete, uma doce mulher. Tornou-se um médico tranquilo e conceituado, e desvinculado da terra natal. Há muito não se tem notícias deles. Gilberto foi morar em Brasília, casado com Cleonice Mota, nossa

conterrânea. Perdeu a mãe e uma filha num acidente de trânsito, quando colidiram com um outro veículo que invadiu a pista, na região de Cocalzinho.

Zilda e Maria Inácia Souza eram as amigas diferentes, chegadas anos depois, quando já ingressávamos na adolescência. Lourinhas e branquinhas, diferentes da meninada morena de Uruçu. Os longos cabelos de Maria Inácia, suas belas pernas e seu jeito fino, eram motivo de admiração e estranhamento. As duas irmãs eram quase como se fossem estrangeiras, até que nos tornamos amigos íntimos. Na minha lembrança, o pai, Sr. Dé, era um senhor simpático e camarada. Gostava de me chamar de boy, e eu gostava, porque era o nome do filho de Tarzan, o rei da selva.

Lembro que a mãe, D. Neném, frequentemente, colocava a cadeira de rodas do filho Zé Carlos, paraplégico, na porta da cozinha, nos fundos da casa, para que pudesse tomar banho de sol. Olhávamos um pouco curiosos aquele pobre menino, de cabeça grande, de corpo esquelético, ali inerte. Hoje já não me lembro do sentimento que nos assaltava. Talvez um pouco de piedade misturado a uma certa rejeição. Não gostávamos, ou, pelo menos eu, não gostava muito de ver aquele menino doente. De observá-lo. Parece que doía um pouco na gente. Muitos anos depois soube que até os quatro anos era um menino vivo e inteligente, ainda que de movimentos limitados. Seu mal cerebral era congênito. E irreversível, tanto que o tornou tetraplégico, sobrevivendo até os 14 anos de idade.

Contudo tínhamos orgulho de ter as duas irmãs como amigas. Maria Inácia era uma espécie de musa. Zilda era uma irmãzinha, com quem diariamente conversávamos. Certa feita, no curso de uma discussão boba, de adolescentes, dei-lhe uma

bofetada. No rosto, talvez. Carreguei remorso por isso ao longo da vida. Demorei a me perdoar, mas talvez por isso meu carinho por ela nunca se esmaeceu, tanto que foi aceso nesta narrativa. Assim como elas, moças lindas, era também Mercês, filha do Sr. Vicente, do IBGE, e sua irmã Regina, encantadora, com seu rosto perfeito, pele rósea e aveludada, traços desenhados, olhos de um verde marítimo e cabelos castanhos e sedosos. A mais bela da cidade.

O irmão delas, Messias, era do nosso grupo de adolescentes. Anos mais tarde, envolveu-se num trágico evento. Dirigindo em alta velocidade, na avenida, atropelou e causou a morte do Sr. Dario, um comerciante muito conhecido na cidade. Ninguém é capaz de dimensionar o pesar e o sentimento de luto que se abateu sobre a nossa rua depois daquela terrível tragédia. Nossa inocência ia se esvaindo em meio à tristeza dos acontecimentos dolorosos, que se tornavam iterativos. Em 1964, nos meus doze anos, a ditadura militar abateu-se sobre o Brasil. Era a escuridão que avançava sobre a nossa juventude e o nosso país.

IO.

Pobres e dignos

Um olhar retrospectivo à infância revela-nos situações inusitadas, algumas hilárias, outras comoventes, personagens inacreditáveis, com aspectos trágicos, se não cômicos. Transitam nessas lembranças figuras humanas curiosas, invulgares, com suas vidinhas simples, cinzentas e sem horizontes. À época, essas particularidades nos passavam despercebidas, pois que só a distância temporal nos permite observar e apreciar em suas peculiaridades e idiosincrasias aquele cenário humano, incorporado ao nosso imaginário. É como se diz em relação à montanha, a beleza de seu perfil só se visualiza à distância. Em contraponto, citando Caetano Veloso, em sua canção “Vaca Profana”, “de perto ninguém é normal”, também porque, como escreveu esse mesmo compositor, “Narciso acha feio o que não é espelho”. E feio é, na verdade, aquilo que estranhamos.

Ao retornar, em minha memória, à infância, revejo muitos moradores, cuja pobreza não foi capaz de retirar-lhes o senso de dignidade. Ou o lado cômico e divertido. Gostaria de falar aqui primeiro de um casal humilde, de trabalhadores braçais, que vivia em meio a grandes dificuldades, absolutamente desprovido de recursos, protótipos da existência anônima, desimportante, mas que por isso mesmo, não era desimportante, e merece ser o foco de nossas reminiscências. Refiro-me a Joaquim Surdo e sua mulher D. Polina. Ele tinha um hábito curioso: nunca abotoava a camisa. Fizesse frio,

ardesse o sol ou desabasse chuva, Joaquim estava lá, camisa desfraldada ao vento, sempre de peito aberto, e apoiado em sua grande alpercata de couro. Era totalmente surdo e falava com dificuldade, meio gritado, concluindo suas frases com um pequeno riso, que era uma forma de se desculpar e conquistar o interlocutor ouvinte. Joaquim Surdo era como todos o chamavam sem qualquer constrangimento. Quase como se surdo fosse um sobrenome, ou nome composto de Joaquim. Ele trabalhava como coveiro no cemitério municipal e, nas horas de folga, reforçava a renda como furador de cisterna; ela, Polina, uma mulher negra, corpulenta, faladeira e desenvolta, executava serviços domésticos, em casas alheias, em caráter esporádico. Se não é memória fantasiosa, lembro-me que tinha o estranho hábito de estar sempre descalça, inclusive ao andar pelas ruas poeirentas da cidade. Parecia até promessa. Não se conhecia melhor cortadora de carne de porco. O marido era contratado para sangrar, esfolar o suíno, que se criava nos chiqueiros, nos quintais. E ela era especialista em retalhar toucinho, preparar linguiça e moer gordura de porco. Eram horas contínuas de tarefa, que ela desempenhava com afinco e de bom grado, a troco, às vezes, das vísceras do animal abatido, do seu couro e de um pedaço de carne para cozinhar.

Consta que D. Polina não era muito dada a banhos, passava dias distante da bacia. Acho que com razão, devia ser muito trabalhoso equilibrar-se no chão, sobre uma bacia rasa, o corpo negro e exuberante, as pernas grossas, os braços volumosos flutuando para fora do vasilhame. Mais fácil limpar-se no ribeirão, ali próximo. Sem embargo, era benquista nas redondezas, justamente porque comunicativa, prestativa e

trabalhadeira, não recusava os serviços, por mais grosseiros que fossem. Moravam quase na ponta da Rua Rio Grande do Norte, nas proximidades do Ribeirão Machombombo, que cortava essa artéria urbana, local de banho da meninada. A moradia era uma casa de paredes de adobe, piso de cimento grosso, telhado colonial. Era servida por uma cisterna e uma rústica edícula, como sanitário e banheiro.

Nesses tempos, sem os recursos médicos da modernidade e sem as informações velocíssimas da nova tecnologia, as pessoas pareciam conformar-se com os infortúnios e desditas que sobre elas se abatiam, como se fossem inelutáveis cargas do seu destino. A surdez era aceita sem reclamos. A cegueira, as doenças, as dificuldades de sobrevivência, as desigualdades sociais, como carência de luz, de água, de alimentos, eram encaradas como um fado imposto pelos deuses. E não havia revolta contra as iniquidades de Deus, pois Ele era só bondade. E a vida seguia o seu curso. Remansoso ou turbulento.

Apesar da evidente pobreza, Polina se dava a um luxo, ou melhor, a uma devoção, a uma promessa, ou coisa que o valha, que chamava a atenção da cidade toda. No dia 13 de dezembro, celebrava com pompa e galhardia, sua devoção a Santa Luzia. O marido aderira à veneração. O afluxo de pessoas, por motivos religiosos, ou com a mera intenção de comer, beber e farrear, foi se intensificando a cada ano. A festa de Santa Luzia tornou-se evento marcante na cidade. No dia consagrado à santa que teve os olhos arrancados por soldados, e que os teve renovados por milagre divino, os fogos pipocavam já de madrugada. Dezenas de foguetes estouravam nos ares, enquanto uma rica mesa de café era servida aos devotos e aos não devotos. Mas antes, todos tinham de participar da reza do terço, puxado por

uma afiliada à irmandade do Sagrado Coração de Jesus. O vigário não via aquilo com bons olhos, por isso, passava rapidamente por ali, abençoava o povo e se retirava, mas ninguém lamentava a sua ausência. As velhas senhoras, em latim da roça, entoavam cantos gregorianos, jaculatórias e compridas rezas em louvor dos santos mais conhecidos. Cumprida a obrigação, todos rodeavam eufóricos a grande mesa, em busca de pão de queijo, beiju, bolo de arroz assado na folha de bananeira, queijo curado, biscoito fermentado, bolo de São Benedito, peta, broa de milho, pamonha, curau, mané pelado, biscoito quebrador, bolo de farinha de trigo, milho cozido e guloseimas, como pé de moleque, fatias de rapadura, tijolo doce em pedaços, arroz doce, doces de frutas cristalizados e um ror de quindins de queijo, de mel, de licor e frutas. Não havia qualquer restrição, muitos enchiam os bolsos da calça e da camisa, visando levar para casa, mesmo já tendo se fartado por ali.

Mais tarde, por volta de meio-dia, renovava-se a longa mesa. Agora eram servidas amplas tigelas de carne cozida, carne assada, bandejas de costelinha suína, galinhada, batata frita, arroz com carne moída, Maria Isabel, e tudo quanto é iguaria pensada e imaginada nos melhores sonhos de um sonhador faminto! Ou famélico! Quem tivesse disposição, poderia forrar-se a tarde inteira, beber quentão, chá, café e sucos de frutas, e rir às socapas, que nesse tipo de festa o que não faltavam eram os contadores de “causos” e estórias fabulosas! Piadistas e mentirosos se reuniam no terreiro. Talvez fosse essa a maior festa de devoção da região. Já vinha gente dos municípios vizinhos para certificar-se daquela abundância de rezas e de festa!

Nesse dia, Polina e Joaquim, os anfitriões, circulavam satisfeitos e importantes entre os convivas, vizinhos e forasteiros, como se fossem verdadeiros potentados, enfatiotados com as melhores roupas de brim e algodão. Meses de trabalho exaustivo, frugalidade severa e poupança, até das migalhas, convertiam-se naquele oratório suculento. Na maioria das casas da nossa pequena cidade comia-se, naquele dia, da mesa cheia de fartura do generoso casal. No final do dia, com a prece coletiva da Ave-Maria, encerrava-se a grande festa em louvor a Santa Luzia, a santa padroeira dos olhos! E então, o grande véu da noite, salpicado de vagalumes, estendia-se suavemente por sobre a pequena cidade.

II.

Os gibis e os cristais

Terceiro filho de uma família de classe média, cujo genitor era um professor, promotor de Justiça, dono de uma biblioteca pequena, mas com títulos interessantes para adolescentes, tornei-me ainda menino um aficionado da leitura. Muito seletivo, diga-se de passagem. Depois evolui para leitor compulsivo. Mas durante alguns anos, o objeto da minha adoração foram as revistas em quadrinhos, para nós, então, os gibis. E haja gibis. Eram inúmeros os títulos: Tarzan, Zorro, Roy Rogers, O Fantasma, Cavaleiro Negro, Super-Homem, Os sobrinhos do Capitão, Pimentinha, Mickey e tio Patinhas, para citar os preferidos. Em último caso, Sétimo Céu e Capricho quebravam o galho. Muito melhor que o Osvaldo Sangiorgio ou Paschoal Cegalla, chatos da matemática e da gramática. O problema é que papai e mamãe pensavam o contrário.

Então, às vezes, tínhamos que ingressar, na clandestinidade, no fundo dos quintais, num cantinho atrás da casa pra poder usufruir tranquilo das histórias do faroeste, das travessuras do Pimentinha ou das aventuras do Zorro. Parece que mamãe tinha um radar, era difícil isolar-se dela, que não se esquecia das nossas tarefas escolares. E nem nos deixava esquecer. Então, por vezes, ela realizava uma ação investigadora, revirando lençóis, colchões e guarda-roupas atrás das revistas em quadrinhos, vilãs que não nos deixavam estudar. E o bom dos gibis é que proporcionavam um intercâmbio riquíssimo com

os amigos. Então, a missão fiscalizadora de mamãe era árdua, pois sempre tínhamos quadrinhos novos para ler. E muitos lugares para esconder. Até no cós da calça, sob a camisa, quando a inspeção maternal sinalizava ser mais rigorosa.

Apesar da repressão, sempre que voltava de viagem a Anápolis ou Goiânia, papai nos trazia uma revista em quadrinhos. Zé Colmeia que fosse! Ou o Gato Félix. E era essa luta constante, no interior dos lares. Mães a confiscar e filhos a ocultar as revistinhas em quadrinhos. Em contrapartida, mamãe era vidrada, ou cristalizada, em peças de cristais. Quase uma colecionadora obsessiva. Quisesse agradá-la, era dar-lhe uma peça de cristal, pequena que fosse, melhor que roupa, joia ou algum outro adorno ou objeto de decoração. Os cristais de suas bodas nupciais, ocorridas em 1948, eram os preferidos. Motivo de orgulho permanente. E a cada viagem, aniversário ou Natal, a bela coleção se ampliava. As quatro prateleiras de vidro da cristaleira, instalada sobre um balcão de quatro portas, já quase não tinham espaços disponíveis: taças de cristal boêmia, vasos de cristal murano, fruteiras de cristal tridimensional, bibelôs de cristal tchecoslovaco, cristais trabalhados swarovski, gotas de cristal multifacetado, jarros lapidados em cristal para água. Uma coleção de embevecer! De se fotografar como lembrança.

As visitas não se retiravam sem contemplar a magnífica coleção. Para nós, meninos, porém, eram apenas vasilhas de vidro. E de pouca utilidade, já que ficavam trancados. Mas como eu dizia, se os gibis eram a nossa fixação, esses adornos caseiros eram para mamãe uma paixão. Certa ocasião, uma tia de Goiânia, viciada em gibis, presenteou-me com um tesouro, representado por dez exemplares de revistas em quadrinhos,

novinhas: Tarzan, Zorro, Cavaleiro Negro, Fantasma, Roy Rogers, Super-Homem, Pato Donald, Búfalo Bill e Mandrake. Era algo maravilhoso para o menino do interior, para quem uma banca de revista era inacessível, coisa de cidade grande. Então, adeus livros didáticos, adeus cadernos de Matemática e Geografia, adeus tarefas torturantes da escola. Às vezes, até o almoço tinha que esperar. Acabou a energia, à noite? Vamos ao lampião!

Mamãe, atenta, passou a preocupar-se, aquela obsessão com gibis tinha que ser controlada. Já era mania, uma coisa doentia. Adotou então uma solução radical. Vasculhou de baixo do colchão, dentro do guarda-roupa, em cima dos armários e, por fim, descobriu que o esconderijo das revistas era o interior do sofá da sala. Apropriou-se de todas e as escondeu em local inalcançável, aparentemente inexpugnável. Só seriam liberadas quando começasse o período de férias, daí a quarenta e cinco dias. Não adiantou choro nem ranger de dentes, não a comoveram súplicas, muxoxos ou caras feias. Começou então o pesadelo: os sonhos eram premonitórios. Acordava com a nítida impressão de que tinha visto em sonho o local onde se achavam as revistas. Ia verificar, e nada, alarme falso. Foram muitas noites mal dormidas, sentindo-me injustiçado, punido sem qualquer motivo, só pela ruindade da mãe.

Achar as revistinhas tornou-se uma ideia fixa. Mamãe ia para a missa, eu vasculhava o seu guarda-roupa, revirava seu baú de lençóis, erguia as quatro pontas do colchão de casal. Nada de nada. Papai não se compadecia da minha ansiedade. Às vezes já me assaltava a ideia desesperadora de que ela tinha queimado os gibis. Uma manhã, quando ela fora levar um prato de bolinhos fritos à casa da vizinha, tia Diva, retomei a

minha incansável busca. Só havia um lugar da casa que eu não vasculhara: o armário da copa, sobre o qual se assentava a rica cristaleira, objeto de tantos desejos, quase um fetiche. O móvel envidraçado tinha uma altura de 1m40cm. Assentado sobre um balcão sólido, de madeira, de quatro portas, com 70 cm de altura, a cristaleira praticamente encostava no teto de gesso. O espaço ali em cima era pequeno, mas suficiente para abrigar um pacote de revistas, ou poderiam estar distribuídas em dois ou três pacotes. O local era quase inacessível, porque, para se apossar de algum objeto ali, ter-se-ia de escalar o balcão sobre o qual se instalava, apoiando-se na borda frontal, no que sobrava, de dez centímetros, apta a comportar pouco mais da metade do pé adolescente. Só podia estar ali o meu presente, minha cobiçada coleção de gibis. Era preciso agir com rapidez. Eu teria uns trinta minutos, se tanto. O prazo de mamãe ir à casa de tia Diva, entregar o prato de bolinhos e voltar. Ela não era de demorar.

Em todo caso, fui lá fora certificar-me de que ela já não estava voltando. Não estava. Puxei uma das cadeiras que guardavam a mesa de jantar, ajustando-a ao balcão, em moldes a poder, subindo nela, galgar a borda do móvel, e agarrando-me à parte superior da cristaleira, adornada por uma bela peça trabalhada de madeira, vasculhar, com uma das mãos, o vão entre o teto e o móvel. A primeira tentativa não deu certo. A borda era bem estreita, dificultando o equilíbrio. Mas como o móvel era alto e pesado, em seu conjunto, poderia agarrar-me na sua parte mais elevada, já que evidentemente seu peso e estabilidade eram maiores que os meus. E urgia rapidez! Na segunda tentativa, quando já avançava a mão pelo espaço do lado direito do móvel, ouvi os ruídos de minha mãe se

aproximando, limpando a sandália na calçada de entrada da casa. Desci a perna, mas não logrei alcançar a cadeira, tentei voltar, e vi, apavorado, a cristaleira tombar para a frente. Não estava fixada no balcão, e meu peso a puxara para baixo. Tudo se passou num átimo! Era questão de segundos! Se eu não saltasse para longe, ela desabaria sobre mim, com todos os seus cristais.

O susto deu-me forças para tomar impulso e cair no chão longe o máximo possível do balcão. Quando a cristaleira bateu no chão, o barulho pôde ser ouvido pela vizinhança. Mamãe, que adentrava a casa, quase morreu de susto e preocupação, sem entender que barulhão era aquele! Ao chegar na copa, ficou sem reação, vendo estilhaços de vidro e cristal espalhados por todo o piso de cimento. Eu, gelado, entre estarrecido e assustado, prestes a chorar, vendo o desastre que provocara, não achava palavras para explicar o terrível incidente. Minha mãe ficou chocada. Depois de assegurar-se que eu não me cortara, ficou olhando, incrédula, os cacos de cristais pelo chão, a cristaleira tombada junto ao pé da mesa, a cadeira caída ao lado. Chamou por Senhora D'Abadia, pareceu observar se havia alguma peça intacta, e encheu os olhos d'água, encostando-se na parede.

Dez anos de presentes, lembranças, momentos, cobiças realizadas estavam ali espatifados. Parte de sua vida desmoronada. Se eu pudesse, teria aberto um imenso e profundo buraco no chão, para nele me esconder. Já não me lembro do castigo que me foi dado. Talvez ficar preso o dia inteiro no quarto. Talvez proibido de ir, durante um mês, ao cinema, ver as sessões de faroeste. Mas sei que nunca mais vi aquelas revistas azaradas e curti muito arrependimento por ter des-

falcado mamãe do seu tesouro cristalino. Do significado que cada uma daquelas peças representava para ela. Esse sentimento de culpa foi a maior punição que eu poderia sofrer. Arrastou-se por muitos anos. Talvez a ida para um colégio interno tenha sido uma forma que encontrei para não ficar sofrendo diariamente, sempre que via aquele balcão solitário. E mesmo depois, quando observava a nova cristaleira, com as poucas novas peças de cristal que mamãe voltava, devagar, a reunir e, desde então, perdi qualquer graça na leitura de histórias em quadrinhos.

I 2.

Rádio, micos, ratos e vagalumes

Ao recordar-me da minha infância e adolescência, nos anos de 1950 e 1960, em Uruaçu, no médio-norte goiano, constato quantas e quão profundas mudanças ocorreram daqueles anos a esta data, como os bens culturais proliferaram e a tecnologia dominou a vida moderna, com seus inúmeros aparatos, inclusive nas cidades do interior de Goiás. Nesse período, dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, era o rádio que nos conectava ao mundo, sobretudo à realidade social e política do Rio de Janeiro, então capital federal, e São Paulo, referência comercial e industrial. Não havia telefone, nem fixo, nem móvel, muito menos sistema de televisão. Não havia geladeira, nem forno elétrico, nem forno a gás. Nem liquidificador. Ninguém imaginava ter um forno de micro-ondas. Muito menos uma máquina de lavar. O ferro de passar roupa era aquecido com carvão em brasa. Mas o que mais me impressiona hoje é o estilo quase primitivo e artesanal de vida que se levava. Lembro-me, por exemplo, da simplicidade dos hábitos e costumes.

A sociedade de consumo não se instalara ainda em Goiás, de sorte que um copo de vidro, uma lata de um litro, uma garrafa colorida, uma vasilha de alumínio eram utilitários bastante valorizados e guardados com cuidado. Passavam de uma para outra geração. A par disso, a nós nos cabiam tarefas inimagináveis hoje para as crianças ou adolescentes. Eu detestava ter de comprar carne (de gado), quase que diariamente, às

10:30 da manhã, para que mamãe fizesse carne para o almoço. A essa hora, o sol já ia alto, escaldante, e embora o açougue não fosse distante, o trajeto até lá não contava com qualquer sombra que amenizasse a caminhada. Mas com mamãe não tinha conversa: tinha que ir, vai logo, que já resolve; e que não deixasse que me ludibriassem, vendendo chandanca no lugar de contrafilé ou alcatra! Chandanca era o nome que se dava ao coxão duro, carne da parte traseira da vaca, com fibras longas e rígidas, e uma camada de gordura na parte externa. É uma carne de cozimento lento. Me intrigava a rejeição de mamãe por esse tipo de carne, pois não se cansava de advertir, a cada vez, que não era para trazer chandanca. Eu ia chutando alguma lata que encontrasse no percurso, para distrair-me.

Então os sapatos, limpinhos na saída, voltavam cobertos do pó branco da rua, ao chegar em casa. Eu sonhava com o dia em que ficaria livre daquela tarefa enfadonha e daquele sol de rachar os miolos. Um sol de fritar ovos, como se dizia. E livre também do açougue do Sr. Antônio Borges, um homem com cara de mau, olhos vermelhos e jeito ranzinza. Intrigava-me que fosse irmão de Santo Borges, também dono de açougue, só que na Rua Goiás, paralela à Tocantins, onde era a casa de carne do primeiro. Santo Borges já era um sujeito simpático, sempre de bom humor e tranquilo. Seu jeito amável era contagiante, de forma que ao deixar o seu comércio estava-se de alma leve.

Outra tarefa doméstica irritante era o tal catar feijão. Colocava-se o feijão dentro de uma bacia média e iam retirando-se as pedrinhas, gravetos, carunchos e quantas impurezas se verificassem na leguminosa que, então, comprava-se a granel, em quilogramas. Era um exercício de paciência para quem, adolescente, não tinha paciência alguma e queria mesmo era ir

brincar de bola no terreiro ou no meio da rua, mas com mamãe era assim, ou você ia ou você ia, melhor, ou você ia ou o chicote comia, o chicote era na verdade um galho de goiabeira. Hoje chego à conclusão de que para convencer sete filhos a realizarem as tarefas que lhes cabiam, mamãe tinha na goiabeira uma aliada fiel e eficiente.

Mas ainda mais detestável era a obrigação de guardar lenha, na área lateral da casa. As achas de lenha destinavam-se ao fogão caipira, pois ainda não se usava, na cidade e até talvez no estado, fogão a gás. Mensalmente, o carro de boi, guiado por Antônio e Miguel Lobo, com sua cantoria melancólica, resultante do atrito do eixo com a roda de madeira, vinha trazer a lenha, que era despejada junto ao muro lateral. Dali, nós jogávamos as achas de lenha para o quintal. Um trabalho cansativo que exigia cerca de uma hora de esforços, pois a madeira era jogada por sobre o muro, sendo amontoada no quintal. Ao que me lembro, papai em geral compartilhava conosco essa tarefa.

Outro momento laboral cansativo era o dever de fazer companhia a mamãe, à noite, enquanto ela, na varanda, nos fundos da casa, lavava as vasilhas utilizadas durante o jantar. É que frequentemente faltava energia elétrica, então uma vela era a precária fonte de energia que mal e mal iluminava a área de serviço, cuja escada dava para o escuro do quintal. Do breu da noite, ouvia-se apenas o coaxar dos sapos no bosque limítrofe ao nosso extenso quintal, cheio de bananeiras. E viam-se tremeluzir os vagalumes, na escuridão. Tinha-se, às vezes, impressão de que os sapos e pererecas conversavam entre si. Os sons eram um verdadeiro diálogo no interior do bosque. De vez em quando, os ruídos de alguma anta, no bananal, provocavam um sobressalto. Os gambás também eram visitas fre-

quentes e indesejadas, circulando por ali, em busca de ovos, frutas e insetos. Não faltavam também ratos, vindos dos bueiros, alvos de nossa impiedosa caçada e das infalíveis ratoeiras. Os camaleões vinham sorrateiros, na calada da noite ou no alvorecer, à busca de ovos, seu alimento preferido, e insetos. Os micos, ou saguis, que chamávamos de soim, restringiam seus passeios ao bosque, mas, às vezes, embrenhavam-se pelo bananal, em busca de bananas maduras.

Certa ocasião, uma pequena jaguatirica, faminta por aves, invadiu a nossa casa, adentrando pela porta da cozinha, avançou pelo corredor e saiu pela porta da frente, sem que ninguém tenha tido qualquer reação, surpreendidos que fomos pela audácia do animal. Papai chegou a alcançar a sua espingarda Flaubert, mas, a essa altura, o felino já saíra porta afora, contornando a casa, adentrando o bueiro e fugindo em direção à mata, de onde viera. Vivíamos praticamente à margem de um zoológico, como se pode ver; porém, o que mais havia por ali eram sapos e carrapatos. Chutávamos sapos como se chuta uma bola, e hoje eu me compadeço dos coitados dos inofensivos batráquios.

Eu poderia dizer de outras tarefas igualmente insuportáveis que executávamos, sob vara: passar cera vermelha no piso de casa; moer grãos de café; lavar e enxugar vasilhas; varrer o quintal, cheio de folhas da goiabeira, cajueiro, mangueira, abacateiro, bananeira, roseira, bugarim, mamoeiro e uma infinidade de plantas. Engraxávamos nós próprios os nossos sapatos e colhíamos abacates para vender e conseguir alguns trocados.

Domingo, dois grandes programas marcavam o dia do Senhor: a missa matinal e o jogo de futebol no Estádio Valter Vitório Costa. Ah, era memorável também pela inigualável macarronada ao molho de tomate que mamãe preparava, com carinho, afeto e queijo ralado.

13.

Zequinha, sua gaita e as oligarquias goianas

Um músico popular autodidata, de apelido Zequinha, entrou para o imaginário coletivo da pequena cidade de Uruaçu, no Norte de Goiás, mercê de seu talento, presença de espírito e natureza boêmia. Os anos marcantes de sua presença naquela comunidade foram as duas primeiras décadas da segunda metade do século passado.

Nascido no ano de 1922, recebeu na pia batismal o nome de José Fernandes de Carvalho, sendo filho do coletor de impostos Antonio Fernandes de Carvalho e de Leonor Ribeiro de Freitas, membros de tradicionais famílias da região, oriundos da Vila de São José do Tocantins, atualmente Niquelândia, e do arraial de Traíras, hoje Tupiraçaba. Segundo se comentava, e ainda se comenta, Zequinha tinha duas paixões na vida: a gaita de boca, *made in Germany*, e uma cachaça da boa, de alambique. Na gaita, executava valsas e modinhas, para o deleite dos que tinham paciência com ele. Na cachaça, desfilava trôpego pelas ruas da poeirenta e *caliente* cidade de Uruaçu, em busca de outros botecos e também de alguém que, embevecido pela música, lhe pagasse uma dose da branquinha. Era manso como um bezerro. Encharcado, distribuía trocadilhos pitorescos: “O objeto que fura e o soldado formam a arma alongada, duas e duas”. Depois que o freguês, embatucado, desistia, dava a solução:

“espingarda”, e disparava a rir, feliz com a própria espirituosidade.

Seus ascendentes mais destacados, os coronéis José Fernandes e Gaspar Fernandes de Carvalho, eram originários da velha São José do Tocantins, para onde os antepassados imigraram, nos princípios do século XVIII, em busca das minas de ouro, miríades proclamadas nos sertões da Bahia e nos povoados do interior da província de São Paulo. O arraial de São José tem, pois, sua origem ligada às atividades mineradoras, iniciadas naquela região por Manuel Rodrigues Tomar, um paulista de origem espanhola que viera para as regiões centrais na bandeira de Bartolomeu Bueno Filho, primeiro superintendente das Minas de Goiás, havendo com ele se desentendido e se dirigido às regiões de garimpo do interior do sertão, no ano de 1737. O arraial de São José, bem como o de Traíras, a poucos quilômetros do primeiro, floresceram rapidamente, tornando-se este último um dos mais importantes do período colonial. Em determinada época, diz-se, atuavam em seu foro mais de trinta advogados.

Esgotado o ouro de superfície, nos finais do século XVIII, os membros da família dedicaram-se às lides da roça, compartilhando também os cargos públicos em São José, juntamente com a família Francisco da Silva, e, eclodidos os conflitos políticos decorrentes das lutas abolicionistas e republicanas, transferiram-se, ao depois, para o município vizinho de Pilar de Goiás, acossados pelos adversários políticos na Vila de São José. Demoraram-se pouco na sonolenta Vila de Pilar, cuja fama se concentrava no imenso sino de sua Igreja Matriz. No ano de 1909, os Fernandes adquiriram, dos mineiros Mendes da Silva, uma fazenda com área de dez mil alqueires de terra, nas proximidades do Rio Maranhão. Lançaram ali, as bases para a

formação de um novo arraial, que tomou o nome de Santana do Machambombo, em decorrência do ribeirão de mesmo nome que cortava a fazenda.

Em 1924, o povoado foi erigido à condição de distrito do município de Pilar de Goiás. Era ali que Zequinha – José Fernandes de Carvalho – desfilava pelas ruas a sua figura franzina, meã, inofensiva, de tocador de gaita. Quando preciso, tocava também clarinete, nas funções religiosas. E ainda arranhava violão, nos saraus familiares. Perguntado sobre o número de instrumentos que tocava, respondia orgulhoso: “Gaita, clarinete, violão, cavaquinho e outros *contringentes* musicais”, e desatava a rir a sua risadinha, miúda como ele próprio. Esse dom natural não impediu, entretanto, que se dedicasse, horas e horas, tanto à prática musical quanto ao cultivo do gosto pela cachaça e pelo conhaque. Mas uma coisa, segundo ele próprio afirmava, jocoso, não bebia de jeito nenhum: era chumbo derretido! Prestativo, era convocado para os saraus familiares, para as festividades religiosas e festas de casamento, isto é, estava sempre em algum convescote e, portanto, antes ou depois, degustando uma dose da “danada”. A verdade é que se apegou à pinga.

Inebriado, mostrava-se alegre, desinibido, contador de casos engraçados e ainda mais hábil no clarinete e na gaita. As valsas e modinhas brotavam facilmente, encantando as reuniões de família com as melodias de “Saudades de Ouro Preto”, “Saudades do Matão”, “O último beijo”, “Luar do Sertão” e tantas mais. Consta que compôs uma modinha em homenagem aos seus antepassados de Niquelândia, intitulada: “Atravessando o Rio Maranhão, sem canoa”. Zequinha se alimentava de modinhas, conversas aladas e cachaça. Por que você gosta tanto assim da pinga, Zequinha? Ele, no ato, pontificava: “Cachaça é bom para a vista, limpa a garganta e clareia os

dentes!”. Suas histórias permeavam a realidade de toques fantásticos.

Sobre a origem de nossa cidade, relatava que houvera ouro em abundância no Rio Maranhão e que à margem desse rio estabelecera-se, no século XIX, um imigrante português, com o estranho nome de Manuel K-O-S-U-S Pereira Machambombo. O sobrenome desse garimpeiro incorporou-se ao ribeirão que tinha curso na fazenda e, posteriormente, ao arraial que ali se formou: Santana do Machambombo. Acrescentava que um lustro depois, o lusitano teve que retornar à terra natal, intempestivamente, e deixou ali enterrado, nos arredores do seu casebre, nas proximidades de um pé de angico, um saco abarrotado de ouro, parte do volume que extraíra do leito do rio. Inclusive – enfatizava –, para dar foros de verdade à sua narrativa: “Dito de Jesus tem conhecimento do local desse pé de angico”. Dando asas à sua imaginação fértil e provocado pelos estudantes, Zequinha contava que havia tanto ouro na região, tanta abundância do minério que no arraial de Traíras, nas procissões para o batizado dos infantes, os pais, os padrinhos e o povaréu iam em séquito e, à frente, furando covas e plantando ouro, iam os escravos da família. Ante os risos incrédulos, Zequinha afirmava enfático que se tratava de um ritual para assegurar prosperidade na vida do infante. E, para o espanto geral, acrescentava: “Naquele tempo, o ouro não valia nada”. Os circunstantes riam a mais não poder. E Zequinha ingressava, rindo também, nas risadas, para, em seguida, tocar mais uma música, pedir uma pinga e lamentar uma paixão perdida. Solteirão beato, dele diziam pândegas, “casara-se com a pinga”. Ele acrescentava: “E com a gaita”. Zequinha, o José Fernandes de Carvalho (mais um José!) era um dos filhos do casal Antonio Fernandes de Carvalho e Leonor Ribeiro de Freitas.

Seu pai era o quinto dos onze filhos de Manuel Epiphânio de Carvalho, que foi casado com Francisca Ribeiro Cortes (ou Freitas). Seu avô Manuel Ephipânio era, por sua vez, um dos treze filhos do casal Francisco e Ana, entre os quais se incluía também Gaspar Fernandes de Carvalho, conhecido mais tarde como coronel (da Guarda Nacional) Gaspar, que viria a ser o fundador oficial da cidade de Uruaçu. O temperamento dócil, avesso aos embates políticos, e a união familiar eram as qualidades mais notórias dos membros da família Fernandes, uma das mais influentes daquela região do Meio-Norte goiano.

Isso pode ser constatado no episódio dos conflitos políticos ocorridos em São José do Tocantins, no final do século XIX e início do século XX, quando, elevando-se a temperatura dos antagonismos políticos, na briga pelo poder local, alguns Fernandes foram alvos de atentado a bala, apontando-se como agressores os jagunços que se achavam a serviço dos membros da família Curado e Taveira.

Era o prolongamento dos conflitos das eleições à Assembleia Constituinte, em 1896, quando tombou morto um aliado dos Fernandes, Antonio Martins, alvejado por balaios de mercenários da ala política adversária. Em junho de 1909, os alvos foram o juiz municipal Joaquim Fernandes e o seu suplente Aristides Ribeiro, quando atravessavam a Praça da Matriz, em plena luz do dia, perseguidos que foram por balaios traiçoeiros, só não sucumbindo aos tiros porque fugiram às carreiras, abrigando-se nos fundos da Igreja Matriz e dali alcançando a residência do irmão João Fernandes. Segundo relata Cristovam Francisco de Ávila, descendente dos Fernandes, e autor do livro “História do Município de Uruaçu”, até o ano de 1880, as famílias Francisco da Silva e Fernandes de Carvalho mantiveram relação harmônica, no

plano político, no município de São José do Tocantins, então uma cidade importante, entre as poucas existentes no médio-norte goiano. Os cargos públicos eram divididos igualmente entre as facções políticas dominantes na localidade.

Com o surgimento das campanhas pela abolição da escravidão e a instauração do regime republicano, emergiram as divergências entre os grupos locais, reproduzindo as desavenças políticas em curso na cidade de Vila Boa, então capital do Estado. A família Fernandes de Carvalho, liderada por Francisco Fernandes, pai de Gaspar, seguia as diretrizes traçadas pelo irmão deste, Joaquim Fernandes de Carvalho, figura proeminente na política vilaboense. Sobre esse personagem, escreveu Sebastião Fleury Curado, em seu livro “Memórias Históricas”: *Quem se lembra hoje de Joaquim Fernandes de Carvalho? Morava na Rua da Pedra. Humilde professor de primeiras letras, foi subindo no conceito público e chegou a vice-presidente da Província. Homem inteligentíssimo, fez fortuna por seus esforços; nunca se casou e se tornou a mais importante influência do Norte de Goiás, quando do advento da República”.*

Os conflitos locais repercutiam as brigas pela hegemonia política instaladas na capital do Estado, entre as oligarquias dominantes, representadas, de um lado, pelos Jardim e, de outro, pelos Bulhões. Segundo registra Cristovam de Ávila, no citado livro, “do lado do coronel José Joaquim residiam em Goiás (antiga Vila Boa) o seu neto Marcelo Francisco da Silva, Eliseu José Taveira e outros, originais igualmente da hoje Niquelândia. Na capital, os Bulhões, apoiados por Antonio Caiado e Guimarães Natal, tomaram partido dos adeptos dos abolicionistas e republicanos. Os Jardins, os Rocha Lima e outros se batiam pela conservação da Monarquia. Joaquim Fernandes e seus amigos aderiram aos Bulhões, considerados

liberais-republicanos, enquanto que Marcelo, Eliseu e outros de São José, descendentes do coronel José Joaquim, se puseram ao lado dos Jardins, identificados como conservadores”. No período republicano, foram eleitos os deputados à Constituinte Estadual, figurando entre eles Joaquim Fernandes, eleito presidente da Comissão. O Executivo protelava deliberadamente a data da abertura da Constituinte, provocando a reação dos deputados que, à revelia do presidente Ribeiro da Maya, reúnem-se e elaboram a Constituição Estadual. A reação do Executivo foi imediata, determinando a prisão de Joaquim Fernandes de Carvalho, presidente da Assembleia Constituinte e o não cumprimento da nova Constituição, além de determinar que fossem cassados e processados os deputados eleitos.

No curso desses tumultuados acontecimentos políticos, exacerbaram-se as crises em decorrência da renúncia do marechal Deodoro da Fonseca. Leopoldo de Bulhões manipulou habilmente a situação, logrando obter de Antonio José Caiado, escolhido pelo Centro Republicano para presidir Goiás, a carta de renúncia, em seu favor. Depois de preterido, por mais de uma vez, para assumir a Presidência do Governo do Estado, sendo atropelado pelos interesses da oligarquia que apoiava, Joaquim Fernandes renunciou à diretoria do Centro Republicano, alegando motivos de saúde, quando, na verdade, estava em pleno vigor de suas forças, como registra a historiadora Maria Augusta Santanna Moraes, em “História de uma oligarquia: os Bulhões”. O declínio do prestígio de Joaquim Fernandes, na cúpula da oligarquia, reverberou em São José, quando a família passou a ser alvo de perseguição, sendo alijada dos cargos públicos e até ameaçada. Alvo de retaliações, pressões e até ataques a mão armada, sem respaldo político junto ao Governo do Estado, o

grupo familiar sentiu-se fragilizado, sem outra opção que não abandonar maciçamente a velha cidade Josefina.

Correspondendo ao conceito de se tratar de um grupo avesso ao confronto direto, a família, ao invés de revidar e instalar um clima de maior tensão e rivalidade, abdicou dos cargos públicos e deliberou por transferir-se daquele município, adquirindo uma grande fazenda, de cerca de dez mil alqueires, nas proximidades do Rio Maranhão, no vizinho município de Pilar, uma das mais antigas cidades goianas, cuja formação estava também ligada às atividades mineradoras. O arraial formou-se em torno de uma capela construída por Enéas Fernandes de Carvalho, filho de Gaspar, e dedicada a Nossa Senhora Santana, donde adveio-lhe o topônimo Santana do Bom Sucesso, designação dada ao distrito e também, depois, em 1931, ao município. Nessa cidadezinha simples, cravada nos sertões de Goiás, floresceu o clã e cresceu o menino Zequinha, cujo extraordinário talento para a música tornou-o admirado pelos familiares e mais tarde pelos chegantes, em sua maioria retirantes nordestinos que ali encontravam facilidade para comprar um terreno e erguer seu barracão.

Em microdimensão, Zequinha era o nosso poeta. Em uma família de coronéis, optou pela profissão de músico, exercendo seu talento com espantosa habilidade, que unia a uma humildade comovente e uma alegria contagiante.

No seu sossego, no seu desapego aos bens materiais, no seu amor à música brasileira de raízes lusitanas, tinha para a juventude estudiosa local a dimensão de um Verlaine. Na sua boemia inconsequente, deixou o exemplo de um camarada que nunca desejou ou fez mal a qualquer pessoa. Morreu aos setenta e dois, sem um gemido, como um passarinho, sozinho, no barracão em que morava, numa ponta de rua.

I4.

O diabo não é tão feio

Certo dia, no começo do ano de 1965, nós, meninos, percebemos que um clima de tensão se instaurava no ambiente familiar. Um ar de preocupação tomava conta da fisionomia de mamãe. Ela falava mais baixo, inquiria papai, fazia suas ponderações e ficava ansiosa a esperar por resposta. Ele, por sua vez, não demonstrava preocupação e mantinha o seu conhecido jeito tranquilo e sereno, respondendo às indagações da esposa. Nós, adolescentes ainda, éramos tomados pelo medo, quando percebíamos o contraste entre o ânimo de um e de outro, e logo mamãe, impaciente, desabafava, dizendo que uma comitiva de lavradores de Formoso/Trombas tinha pedido que papai os recebesse em casa, para uma conversa particular. Não queriam ir ao Fórum, local de trabalho dele, então promotor de Justiça, para não provocar sobressaltos e aguçar a curiosidade das pessoas, com risco até de algum afoito agredir a comitiva com algum xingatório. Viriam assim discretamente, num quieto, no período da manhã e, após a reunião e o almoço na Pensão Carvalho, do seu Rodolfo, marchariam de volta para Trombas.

Para tranquilizar as autoridades e demonstrar sua intenção pacífica, vinham acompanhados do líder político de Formoso, Sr. Felipe Cardoso, o Felipão, e do escrivão Anicésio Afonso de Miranda, ambos conhecidos das autoridades de Uruaçu, então sede da Comarca. A essa altura, já

ocorrera o golpe militar que derrubara o governo de João Goulart. Os posseiros de Trombas/Formoso estavam sob intensa pressão, vistos como comunistas e rebeldes aos mandos da Justiça, pois resistiam às ordens de desocupação das terras da Fazenda Santa Tereza/Formoso, um latifúndio de mais de mil alqueires que era banhado pelas águas do caudaloso rio do mesmo nome. Eram terras de cultura, de grande fertilidade, propícias à lavoura e a pastagem. Ali, centenas de lavradores, oriundos do Norte e do Nordeste do país, na década de 1950, devassaram as matas, espantaram as onças e cobras, ergueram suas moradias e formaram lavouras de arroz, milho e feijão, além de formarem pastos para algumas dezenas de reses. O receio de mamãe não era infundado.

Corriam notícias de que os posseiros daquela região haviam rechaçado a bala a força policial que para lá fora com objetivo de promover o seu despejo. Também o oficial de Justiça tivera que fugir, desesperado, acossado pelas carabinas dos roceiros, já então organizados em associação, sob o nome de Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas. Um comerciante de Uruaçu, Mozart Camapum, que fora até lá para expulsar à força os ocupantes de uma área que adquirira dos proprietários, fora recebido a bala e, no entrevero, acabou morrendo. O fato constritou a cidadezinha, pois o morto era membro de família influente e prestigiada na cidade.

O temor de mamãe era de que viessem pressionar papai, que era promotor de Justiça e dava pareceres nos processos envolvendo os donos das escrituras das terras e os posseiros da região, além de funcionar também no grande processo aberto pelo governo Mauro Borges, visando reconhecer que se tratavam de terras devolutas, do domínio do Estado, e não dos

particulares, que portariam títulos de propriedade forjados ou viciados na origem. Para os posseiros era crucial que o Estado de Goiás vencesse a demanda, anulando a escritura dos fazendeiros, pois então teriam suas posses tituladas. Se a Justiça reconhecesse que as terras eram devolutas, eles teriam prioridade junto ao Estado, para receberem as escrituras, justamente porque tinham a posse das terras, ali viviam e sobreviviam, formando suas roças de arroz, milho e feijão.

Conta-se que tinham ouvido do procurador do Estado, Everardo de Souza, ao noticiar-lhe que suas posses estavam sendo atacadas, a seguinte indagação: Vocês não têm grotas, lá na região? Era a senha para que, em suas trincheiras, se defendessem. Perceberam que teriam de rechaçar por si mesmos os invasores, na defesa da posse. Também sabiam que o destino de dezenas de famílias dependia, ao final, do parecer que o promotor Cristovam Ávila lançaria no processo. Mas havia um porém: também ele havia adquirido uma gleba de terra naquela região, confiante na procedência legítima das escrituras públicas. Os advogados Sebinha, Oswaldo Barroso e Alceu Maciel sustentavam que a Coroa Portuguesa transferira a área para particulares, por força de um alvará imperial, de concessão de sesmaria, expedido por sua majestade, em favor de Caetano Maria Cardoso, e apresentavam como prova um requerimento nesse sentido, arquivado no Tribunal da Relação no Rio de Janeiro e nos arquivos da torre do tombo, em Portugal. O Estado se contrapunha, dizendo que o requerimento nunca fora acolhido ou deferido pela Corte Portuguesa, de sorte que a carta dominial nunca fora expedida.

Em Trombas, os líderes José Porfirio, Geraldo Marques, João Soares e Geraldo Tibúrcio pregavam a resistência. Só

sairiam dali mortos, porque tinham direito às terras em que moravam e plantavam. Pagar o arrendo pretendido pelos fazendeiros era dobrar-se ao abuso e reconhecer que as terras tinham donos. Daí a resistência, que passou a ser armada. Enquanto o processo discriminatório das terras não se concluía, o conflito foi se aprofundando. Houve um tempo em que correu a notícia de que um grupo de posseiros viria invadir a cidade de Uruaçu prender o juiz. Mas o evento não passou dos boatos. Por isso, ciente da revolta dos lavradores, mamãe se preocupava, quase se desesperava, apegando-se às orações e rogando a proteção de Nossa Senhora da Abadia e de Nossa Senhora Aparecida. “Que essa reunião transcorresse em paz e se chegasse a um acordo”, suplicava à Senhora Santana, padroeira da cidade.

Na comitiva viriam também os lavradores que ocupavam a gleba, cujo título era registrado em nome do promotor, avisara Anicésio. Isso fez aumentar o grau de angústia de mamãe. E consequentemente o número de terços que ela se punha a rezar. A reunião fora marcada para terça-feira, às 10 horas da manhã. Nesse horário, estaríamos na escola, o que deu certo sossego a mamãe. Por via das dúvidas, ela pediu que papai deixasse à mão a sua espingarda Flaubert, talvez fosse preciso atemorizar os visitantes. Papai, precavido, mandou avisar o juiz de Direito e o delegado de Polícia, dando-lhes ciência da presença dos lavradores em seu escritório residencial.

Na antevéspera, no domingo, mamãe foi à missa e comungou, o que sempre fazia em ocasiões especiais. Para papai, comungar era uma prática dominical, católico fervoroso que era. Na segunda, mamãe não conseguia disfarçar o nervosismo. Lembro que, discretamente, discutiam, papai sempre reco-

mendando calma, que não se preocupasse, tudo haveria de correr bem. Uma sombra turvava o olhar iluminado de mamãe. Se havia algo que ela realmente não sabia era disfarçar as emoções. E seu segundo nome era “preocupação”. Não me lembro de haver conhecido outra pessoa que se preocupasse tanto com tudo como ela. Talvez fosse o preço a pagar, por ter criado sete filhos. Sugeri que papai chamasse o seu primo, Zé Sobrinho, notório comunista e amigo de Zé Porfírio, para participar da reunião, pois poderia apaziguar os ânimos dos posseiros, caso se exaltassem. Papai não acolheu o conselho. Quanto mais pessoas, mais difícil o diálogo, pensou. Resolveu encarar sozinho, olho a olho, a fera, confiante em que saberia controlar a situação. Estava ciente de que, anos antes, houvera uma batalha entre aqueles lavradores e as forças policiais que, a pedido dos grileiros, fora despejá-los da fazenda litigiosa. Os policiais bateram em retirada, após sofrer várias baixas, no que se chamou de “batalha da Tataíra”. O líder dos lavradores, Nego Carreiro, era um dos quadros importantes do Partido Comunista, ao lado de Geraldo Marques, marido da professora Dirce Machado, também filiada ao PCB.

Para mamãe, os posseiros viriam todos a cavalo, com a longa capa que os protegia do sol e da chuva, usando chapéus de abas largas e botas de cano alto, trazendo na cintura a guaiaca recheada de balas. Cada um com a sua espingarda que, ao descer, deixariam presa à sela do animal. Já antevia os rostos barbados e a fisionomia fechada dos visitantes, homens maus, sem fé e sem juízo. Só Deus para os proteger, a rogo de Nossa Senhora d’Abadia! Mas não foi isso que aconteceu. O grupo veio em um pequeno caminhão, de carroceria com lona, dirigido por Geraldo Marques, tendo a seu lado o

fazendeiro Felipão e o escrivão Anicésio. Na carroceria, oito lavradores abrigavam-se sob a lona, mas visivelmente não conseguiram evitar a poeira da estrada, que lhes assentava sobre o rosto. Todos usavam chapéus de palha, porém nenhum portava qualquer arma, nem mesmo uma garrucha. Ao descerem do caminhão, causavam certo desapontamento: as botinas que calçavam estavam em petição de miséria. As roupas de alguns ostentavam remendos visíveis. As calças eram de algodão cru, próprias das pessoas mais pobres. Dois deles calçavam alpercatas de couro, de uso habitual do roceiro nordestino. A viagem, de Trombas a Uruaçu, durara duas horas, por isso estavam com o corpo moído, tantas as “costelas de vaca” e o mar de poeira da rodovia Belém-Brasília. Desceram espreguiçando o corpo, tirando o pé dos chapéus, abotoando as camisas e observando a cidade. Pareciam mais um bando de retirantes, ou de indigentes, do que camaradas perigosos, revoltosos, capazes de enfrentar a Polícia. Salvo Geraldo Marques, que era alto e magro, os demais eram baixos e atarracados. Reunidos debaixo do flamboyant que ornava nossa modesta moradia, na Avenida Araguaia, receberam instruções de Geraldo Marques, que falaria em nome de todos, reivindicando seus direitos de radicar-se nas terras, até que seu pleito fosse acolhido pelos tribunais superiores.

O grupo adentrou o escritório, instalado num cômodo na lateral do prédio, antecedido por um pequeno alpendre, com entradas distintas para a sala de estar e o escritório. O promotor os recebeu de pé, cumprimentando-os com lhaneza, enquanto Marques declinava os nomes dos visitantes. No interior da residência, mamãe, apreensiva, rogava a Deus para que

tudo terminasse bem, pois sabia que o marido, ainda que pacífico, era determinado, quase um cabeça dura. Abriu a janela do quarto de casal, na expectativa de ouvir a conversação, mas parece que falavam baixo, tornando inaudível o diálogo. Cerca de vinte minutos depois, ouviu vozes alteradas, muitos falando ao mesmo tempo, o que lhe provocou palpitações, como contou depois. Preocupada, arranjou coragem para ir até o escritório, ver o que estava ocorrendo, usando como desculpa saber se aceitavam um café. Ao aproximar-se, reconheceu a voz de Zé Fernandes Sobrinho, primo do seu marido, e deduziu que o alvoroço ocorrera com a chegada dele, muito conhecido do pessoal de Trombas. Na verdade, Zé Sobrinho atuou durante algum tempo como elemento de ligação entre o Partido Comunista e os lavradores da região de Trombas. A mãe foi preparar o cafezinho, agora menos preocupada, mas a fisionomia tensa de alguns dos agricultores presentes ainda turvava sua tranquilidade. Meia hora depois, quando voltava para servir o café, com uma generosa vasilha de biscoito frito, percebeu que a reunião se encerrava em clima de cordialidade, todos apertando a mão do promotor de Justiça, agradecendo sua compreensão e inclusive presenteando-o com um saco de arroz em palha.

Um dos lavradores trouxe também uma leitoa viva que, na hora mesmo da saída da viagem para Uruaçu, tornara presa. O suíno, com as patas atadas, grunhia agitado na carroceria do caminhão. Esse, o doutor agradeceu muito, mas dispensou, dizendo que não tinha chiqueiro no quintal. Enfim, os posseiros se despediram satisfeitos: o parecer do Ministério Público seria em seu favor, e aqueles que ocupavam a área titulada, de 50 alqueires, que o promotor adquirira do cartorário Carlos

Adão de Oliveira, poderiam continuar em sua posse, e pagar em 12 mógicas parcelas para a aquisição da propriedade. Com o produto da venda da área, o casal, anos depois, adquiriu um lote, no centro da cidade, defronte o palácio do bispo, onde, mais tarde, edificariam uma magnífica residência. Então, a mais vistosa moradia da cidade.

Mamãe, conhecida por todos como Nenzinha, atribuiu o final feliz à intercessão de Nossa Senhora Aparecida, de quem se tornou ainda mais devota. As terras da Fazenda Santa Tereza, Bonito ou Formoso foram, posteriormente, declaradas de domínio público, anulando-se os títulos de transferência dos particulares. Zé Sobrinho, com seu jeito bonachão, ateu convicto, sempre que encontrava mamãe, repetia-lhe, como um bordão: “Você vê, Nenzinha, o diabo não é tão feio quanto parece!”. E todos sorriam, aliviados. Mas uma nota triste remanesceu: Zé Porfírio, já ex-deputado, desapareceu, após ser abordado pela Polícia Política na rodoviária de Brasília. Do seu paradeiro, nunca mais se teve notícia.

15. Folguedos, jogos e perigos da infância

São inenarráveis os folguedos da nossa infância, na Avenida Araguaia, em Uruaçu, em tempos nem tão remotos, mas em condições absolutamente diferentes, totalmente distintas daquelas que viveram e vivem os nossos filhos e, nem se diga, os nossos netos. Era um tempo em que a tecnologia, no entretenimento ao nosso alcance, se limitava ao rádio. Ocasionalmente, para o nosso encantamento, algum brinquedo era dotado de pilhas, o que propiciava algum movimento repetitivo. Um cavalinho que marchava, um automóvel que, dando corda, deslocava-se. Mas em geral, os presentes eram utilitários ou de lazer de mesa, como tabuleiros de jogos, caixa de lápis de cor, livros de histórias infanto-juvenis. Nada de eletrônicos, nada dessa maravilhosa parafernália que a indústria de hoje inventou. Ganhar um belo pião de madeira, com o respectivo cordão, fazia nosso coração infantil palpitar de alegria. Uma caneta a tinta, para quem só usava lápis, era um presente e tanto. Dava-nos sensação de importância. Se fosse uma Parker, então! Causava inveja!

Apesar da simplicidade daqueles tempos, tempos de cidades sem asfalto, de poucas calçadas, de casas modestas, sem os ricos jardins de hoje, a alegria da infância era genuína. Palitos espetados em pequenas goiabas verdes faziam surgir uma boiada; latas de goiabada vazias transformavam-se em

caminhões magníficos. No nosso quintal, extenso, cheio de bananeiras e uma frondosa mangueira, e que se limitava, aos fundos, com o bosque da cidade, abria-se sob o mangueiral uma grande grotta, um incrível buraco de três ou quatro metros de largura por dois de profundidade. O terreno esconso recebia o enxurro que descia pela rua perpendicular à casa, a Rua Ceará, sendo coletado por uma galeria que o desviava da casa, mas logo abaixo o liberava, permitindo a abertura da grande erosão que, ao invés de admiração e deleite das crianças, deveria causar medo. A tendência das chuvas fortes e prolongadas, comuns naqueles tempos, de finais dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, era provocar desmoronamento das paredes da grotta, alargando-a, para nossa surpresa e comoção, pois representava um desafio à nossa coragem de, em um salto, transpô-la. E mesmo descer até o seu fundo, onde um filete de água da chuva escorria por um ou dois dias.

Penso hoje no risco que corríamos, pois não era raro que alguma cobra fosse vista circulando por ali. Na minha memória, minha prima Maridiva e eu éramos os mais audazes, os primeiros a pular de um lado para o outro da grotta, quando verificávamos que a chuva prolongada fizera desmoronar um pouco do barranco, tornando mais afastados os seus paredões. Às vezes, procurando amortecer o impacto do salto, largávamos o corpo ao tocar o chão, e nos víamos cair sentados sobre o barranco, e imagine-se aí o estado em que ficavam as nossas roupas. Era sair dali e elas já iam direto para o tanque de lavar. Que bendita era a longa paciência das mães!

A grotta foi um presente da natureza para a nossa infância. Agora digam, há alguma criança do mundo que não tenha brincado de pique-esconde, ou de sua versão boca de forno? Esse

jogo lúdico consistia basicamente em fazer o que o mestre mandava, por mais estapafúrdios que fossem os comandos. “Boca de forno!”, gritava ele, e a meninada: “Forno!”. “Tirando o bolo!”. “Bolo!”. “Jacarandá!”. “Dá!”. “Tudo o que eu mandar fazer, você faz?”. “Faço!”. “Então vai lá e traz um pouco de esterco das plantas para mim!”. Então nós saíamos voando, rumo aos canteirinhos de plantas no quintal. Mamãe se desesperava ao ver depois os estragos nas bacias e vasos de verduras. Às vezes, as ordens eram de difícil atendimento: “Vai lá e traz uma moeda de um cruzeiro para mim”. Assediávamos os adultos, implorando, dramatizando, ajoelhando-nos a seus pés. Inutilmente: um cruzeiro ainda tinha o seu valor. Dava de dois a três sorvetes! Hoje, olhando retrospectivamente, chego à conclusão de que o povo antigo era bem mais sovina que o de hoje.

A sociedade do desperdício tem as suas vantagens, até dinheiro se desperdiça! Voltando aos jogos e entretenimentos da infância, e esperando não entediar o eventual leitor, queria falar agora sobre uma brincadeira que nos dava grande satisfação: o jogo do triango, como o chamávamos, lá pelos idos dos anos de 1958 a 1964. Triango era uma barra fina de ferro ou metal, medindo mais ou menos um palmo de comprimento, com uma das pontas afinada. Tinha ainda a casinha, no formato de um triângulo, que se desenhava no chão ainda úmido da chuva. O jogo permitia que duas ou três pessoas participassem, e consistia em atirar a barra ao chão, com impulso para que ali se fixasse, sem tombar ao solo, e, a partir daí ir traçando linhas, com objetivo de isolar a casinha do adversário. Era um passatempo agradável e bonito, ao final, com a tessitura que se fazia em torno da casinha do jogador, semelhante a uma teia de aranha.

Anos mais tarde é que nos ensinaram que o verdadeiro nome seria jogo da finca. Finca era a barrinha de metal, que se fincava no chão. Daí o nome do jogo. Já a casinha, na verdade, era um triângulo, e não triango, como dizíamos. Então correto seria dizer “jogo da finca” ou “jogo do triângulo”. E era uma brincadeira própria para o período das chuvas, quando o terreno ficava umedecido. Mas tudo tem o seu lado perigoso. Não era tão incomum ouvir relatos de que fulano ou sicrano tinha errado a pontaria e atirado a finca contra o próprio pé, cravando-a no peito da própria “pata”, com o que o jogo se encerrava com o berreiro de dor e desespero do jogador desastrado. Prevenida, mamãe exigia que nos calçássemos antes de jogar triango. Sempre que podia, lhe desobedecíamos, claro. Entre as brincadeiras da infância, algumas, aparentemente inofensivas, escondiam possibilidades de graves danos. Era o caso de adentrar os bueiros, com o objetivo de alcançar a saída seguinte, passando por um trecho escuro, antes de lograr o objetivo. Era uma prova de coragem e habilidade, pois a altura da galeria era de uns 70 centímetros, obrigando aquele que a adentrasse a curvar-se durante todo o percurso. E não se sabia que espécies de bichos poderiam achar-se ali, entre lagartixas, sapos, aranhas, baratas, ratos, gambás, morcegos e besouros de espécies variadas. Sem contar algum gambá meio perdido, um camaleão esfomeado ou uma cobra insidiosa. Parece exagero, mas era verdade.

Um menino da rua de baixo, a Rio Grande do Norte, chamado Serapião, ao esconder-se, por brincadeira, num bueiro, fora picado por uma aranha venenosa, e por pouco não morreu, mas ficou hospitalizado, com febre e delirando, durante uma semana. Dizem que esteve entre a vida e a morte, mas as

novenas rezadas por sua mãe, somadas aos antibióticos, lograram vencer a intoxicação infecciosa. Cautelosos, lançávamos mão de uma vela e uma caixa de fósforos e adentrávamos no bueiro, avançando para o escuro do seu interior. Muitas vezes retroagíamos, mas também por várias vezes conseguimos alcançar a próxima saída, aliviados e incólumes. E antes que eu termine, relembro que amarrávamos tanajuras pela cintura; colecionávamos vagalumes dentro de vidros, para poder usá-los como lanternas; arrancávamos as frágeis asas das mariposas, só para vê-las tontas, pra lá e pra cá, perdidas, sem poder voar. Em suma, éramos maus com os bichinhos da natureza.

Em compensação, já tivemos muitos carrapatos chupando o nosso sangue, alguns escondidos sob os nossos testículos, sofremos com maribondos nas nossas bochechas, abelhas se enroscaram em nossos cabelos, histórias de onça permearam os nossos pesadelos, sapos esguicharam seu leite em nossa cara! E o bicho de porco se alojando em nosso pé? Haja agulha e creolina! Ou seja, os ataques eram recíprocos! A luta pela sobrevivência nos alcançou ainda na infância. Sobrevivemos, e dominamos a narrativa, como se vê.

16.

Rumo à romaria de guarinos

Dentre o legado cultural que nos outorgou o colonizador português, destaca-se o traço forte da religiosidade, voltada, sobretudo, para os rituais do cristianismo. É certo que, no decurso do tempo e convívio com outras culturas, essa religiosidade marcadamente cristã recebeu influência de outras religiões e práticas religiosas, valendo destacar os ritos das religiões africanas, em certas regiões do Brasil. Na região central do país, a herança cultural é predominantemente de origem portuguesa, não se constatando em Mato Grosso e Goiás, estados centrais, a disseminação generalizada da prática de rituais de origem africana, ao contrário do que acontece, por exemplo, na cidade de Salvador, capital da Bahia, onde o sincretismo ainda hoje prevalece. Sem embargo disso, em algumas cidades goianas, mormente naquelas surgidas no ciclo da mineração, resistem as manifestações religiosas de influência africana, como as folias, as congadas e outras práticas sincréticas, como as festas de Nossa Senhora do Rosário e de devoção a Santa Ifigênia e São Benedito. No geral, nos dois estados centrais, predominam as reverências para o Deus único, o Pai, que se desdobra em Filho e Espírito Santo. É o chamado mistério da Santíssima Trindade, dogma da Igreja Romana.

Nossos antepassados goianos, entre os quais se podem incluir os Fernandes de Carvalho, preferiram cultivar a veneração a Maria, mãe de Jesus, em suas várias representações, inclusive,

elegendo mães de Jesus vinculadas exclusivamente à cultura ibérica, como é o caso de Nossa Senhora d'Abadia, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Penha.

O culto a Nossa Senhora da Abadia é originário de Portugal, a partir de uma imagem da Virgem Santíssima encontrada por um eremita na região de Braga. Já a veneração a Nossa Senhora Aparecida teve como marco inicial a retirada, por três pescadores, da imagem de Nossa Senhora da Conceição, do leito do Rio Paraíba, em Guaratinguetá (SP), seguida de abundantíssima pescaria, já atribuída à intercessão da Virgem. Foi consagrada como Nossa Senhora Aparecida, tornada padroeira do Brasil, em 1930. Já a veneração a Nossa Senhora da Penha deita raízes na região de Salamanca, na Espanha, onde uma imagem da Virgem foi descoberta.

A primeira Ermida em louvor a Nossa Senhora da Penha, no Brasil, foi erguida em 1570, em Vila Velha, na capitania do Espírito Santo. É hoje o Convento da Penha, dos franciscanos. Em Goiás há uma manifestação religiosa formidável, que é a Romaria do Divino Padre Eterno, que movimenta milhares de pessoas em direção à cidade de Trindade, antiga Barro Preto, onde se situa o santuário e reúnem-se os que foram e são submetidos a padecimentos físicos e morais, na esperança de cura e conforto espiritual. Nos dias de festa, a cidade fervilha com milhares de romeiros, turistas e curiosos, além de religiosos, que vêm participar da missa na monumental Basílica do Divino Padre Eterno, com capacidade para abrigar centenas de fiéis sentados. Mas a romaria de Trindade não é a única em Goiás, a movimentar milhares de pessoas.

No povoado de Muquém, no município de Niquelândia, milhares de romeiros comparecem, no final de julho e começo

de agosto, para os eventos religiosos, em louvor a Nossa Senhora d'Abadia, inclusive a uma contrita procissão que percorre a pé os 35 quilômetros que distanciam o povoado do Muquém da cidade de Niquelândia. Mas uma outra romaria merece também ser mencionada. É a Romaria de Nossa Senhora da Penha, que tem como ponto central a vila de Guarinos, no Vale do São Patrício, que até o ano de 1988 era subordinada à administração do município de Pilar de Goiás. Menos concorrida que as outras duas, porquanto, situada em região inóspita, entre as serras da Figura e Santo Antônio, contando, ademais disso, com acessos de difícil percurso, o evento religioso teve início por volta do final do século XIX, quando, segundo a tradição, um quilombola de nome Gorino, descendente de escravos foragidos, homiziados na Serra de Santo Antônio, descobriu no Sítio da Lapinha, naquelas paragens, uma preciosa imagem de Nossa Senhora da Penha. Iniciou-se o culto, com novenas à santa, e daí a romaria, que propiciou certo progresso ao arraial, cujas origens vinculam-se ao ciclo da mineração, iniciado ali por volta de 1750. Com o esgotamento do ouro encontrado na superfície do solo e nos ribeirões, ocorreu a estagnação das cidades situadas nas regiões mineríferas, inclusive Pilar. A romaria, de alguma forma, contribuiu para a estabilidade do povoado.

Com o advento da tecnologia moderna, constatou-se que no subsolo da região existe o quinto maior cinturão de ouro do planeta. As formas predatórias de sua exploração, envenenando os rios e ribeirões, devastando a fauna e a flora, exigiram a intervenção do governo, que interditou a atividade em benefício do meio ambiente.

No início da década de 1960, a Romaria de Guarinos, em Pilar, continuava a ser muito prestigiada, embora não concor-

resse com a de Muquém, em Niquelândia, mais conhecida e mais frequentada. Pois foi nessa época que nossos pais, a título de pagar promessa, deliberaram ir a Guarinos, em viagem que se sabia não ser fácil, sobretudo com a penca dos cinco filhos menores (os dois mais novos não haviam nascido), tanto que contrataram, especialmente para essa viagem, de cerca de três a quatro horas, um motorista profissional, seu Marcelino, dono de um caminhão Ford 3/4, do ano de 1958. Essa viagem a Guarinos foi a mais aventureira, que lembro de ter empreendido, em toda a minha vida. E vejam que já estive no interior do Moçambique, no Parque Kruger, na África do Sul, e no Pantanal mato-grossense.

Creio que deixamos nossa casa, na Avenida Araguaia, em Uruaçu, logo após o almoço. Era julho de 1960. Embarcamos, nós meninos, junto com o padrinho Hildebrando, nosso avô materno, na carroceria do caminhão, protegida por uma grossa lona de vinil. No assoalho, foram dispostos vários colchões, para tornar mais cômoda a viagem, e um banco afixado na lateral da carroceria permitia a comodidade de sentar-se durante o percurso, de cerca de 110 quilômetros, por estrada de chão, de muita poeira e trepidação. A previsão era de que alcançaríamos Guarinos após três horas de viagem, isto é, por volta das 17 horas estaríamos no povoado, a tempo de assistir à novena em louvor a Nossa Senhora da Penha. Ledo engano.

A rodovia Belém-Brasília, em fase de abertura, apinhada de perigos, com seus cascalhos, “costelas de vaca”, poeira, depressões, traçados improvisados, curvas mal projetadas, era uma jornada de risco mortal. Isso exigia cautela máxima do motorista, inclusive, baixa velocidade na condução do veículo. Adentrar a outra rodovia, em direção a Guarinos, era constatar

que o que era ruim podia piorar e muito. Em alguns locais, na travessia de rios, por pontes precaríssimas, desciam todos do caminhão, para prevenir eventual queda do veículo. Algum dos passageiros, normalmente vovô Hildebrande, posicionava-se no outro extremo da ponte e dali orientava o motorista, até que se ultrapassasse o pontilhão. Densas nuvens de poeira impediam o avanço tranquilo pela rodovia, obrigando a paradas imprevistas. O percurso que seria vencido, em tese, em três horas, só foi vencido em três horas e meia. A noite desabava sobre o aglomerado urbano, quando o adentramos, cansados, famintos e empoeirados, ansiosos por um demorado banho. O caminhão cruzou a rua coalhada de turistas e estacionou, em um solavanco, sob um frondoso pé de angico. O sítio era um verdadeiro formigueiro humano, com tendas armadas nos largos e praças, famílias inteiras circulando a pé, em meio a vendedores ambulantes, anunciantes de pensões e hospedarias, e romeiros com seus estigmas e demonstrações de sacrifícios. Uma verdadeira Babel, que nos deixou surpresos e temerosos.

Um episódio ocorrido logo na chegada ficou marcado em nossa memória. Em certo momento, quando seguíamos em direção a uma pensão, para o sonhado banho, o irmão mais novo, Iliomar, desgarrou-se de nós, para observar de perto algo que lhe atraía a atenção. Quando mamãe percebeu a ausência do caçula, tomou-se de desespero e já voltou, apressada, contra a corrente humana, gritando pelo menino. E já clamava aos céus, a Nossa Senhora da Penha e da Abadia. Especulava se algum cigano não teria arrastado o menino. Entre estarecidos e ansiosos, não sabíamos o que fazer. Voltamos também agarrados uns aos outros. Sônia e Selma segurando o choro. Logo avistamos um aglomerado de pessoas em volta de um sujeito

falante, que fustigava um saco de aninhagem, onde propagava achar-se uma grande cobra sucuri. Entre os curiosos, absorto pelas chamadas do homem da cobra, estava o nosso irmão, na expectativa de ver a sucuri. Foi pego pela orelha, por mamãe, recebendo uma bronca candente, daquelas que dificilmente a gente se esquece.

O banho foi decepcionante. Um balde amarrado a uma corda, presa na viga do teto, com um chuveiro chumbado na parte inferior, essa foi a ducha que tivemos que enfrentar. De água fria. A friagem da noite de julho já se estendia pelos ares, de sorte que não foi nada agradável o esperado banho. Após o lanche improvisado, de café e biscoito, fomos participar da novena a Nossa Senhora da Penha. A igreja apinhada de romeiros não dispunha de assentos disponíveis, por isso, assistimos de pé a longa cerimônia. Foguetes lá fora e cantorias no interior do templo espantaram nosso sono. Depois regressamos para o caminhão, onde os colchões colocados na carroceria nos aguardavam para o descanso noturno. Esgotados da viagem e dos atropelos da noite, dormimos como uma pedra, sob a lona do caminhão. Meu avô e meu irmão, Italim, que dormiram em redes presas às traves da carroceria, sob o caminhão, contaram que acordaram algumas vezes, no curso da noite, para enxotar os cachorros que se aproximavam e se punham a cheirar a rede ou lambe-lhes os braços, se escapuliam para fora da rede. Isso, contado de forma jocosa, causou gargalhadas gerais no pessoal.

Retornamos à Igreja de Nossa Senhora da Penha, mamãe rezou mais um terço, para pagar a promessa feita, e embarcamos no caminhão, para retomar o íngreme caminho de volta, em uma estrada perigosa, circundando as serras da Figura e de Santo Antônio, esta já no município de Itapaci, rogando a

Nossa Senhora da Penha que nos permitisse chegar vivos, sãos e salvos em nossa ainda mais querida cidade natal. No trajeto estafante, eu prometia a mim mesmo: *Romaria, para mim, nunca mais, nem que seja em Roma!*

Devo fazer, porém, um indispensável registro final: a viagem era para mamãe rogar a Nossa Senhora da Penha que lhe permitisse engravidar novamente, única forma de superar a dor da perda do seu último bebê, vítima de bronquite aos dez meses de idade. Um ano e meio já se passara sem que viesse nova gravidez, tão desejada. Um mês e meio depois de cumprida a promessa à Santa Mãe, foi anunciado, com alegria, que mamãe estava gestante novamente. Nasceu uma bela e saudável menina, a quem também foi dado, na pia batismal, o prenome da Virgem de Nazareth: Maria, Maria Solange. A alegria voltou, então, a brilhar nos olhos de mamãe. E daí, espreado-se por todos os membros da família.

I7.

Caminhos de um poeta

(Para Leila)

Quando o conheci, era menino ainda, tinha ele por volta de dez, onze anos de idade. Eu tinha um ano a menos. Minha família, proveniente de Patos de Minas, veio radicar-se em Uruaçu em função de uma fazenda que o meu pai acabara de adquirir, no município vizinho de Mara Rosa. A escolha de Uruaçu decorria de que tinha sede ali o Ginásio Nossa Senhora Aparecida, educandário muito conceituado, dirigido por religiosas, onde mamãe viria nos matricular, a mim e a minha irmã mais nova. A casa alugada por meus pais ficava a dois lotes da casa dele. No decorrer do tempo, entre brincadeiras e gentilezas, nossas famílias tornaram-se bastante amigas, a ponto de trocarem mimos e biscoitos, enquanto nós, crianças, seguíamos juntos para a escola e nos divertíamos em grupo, em tantos folguedos e brincadeiras. Eu e o menino ficamos tão amigos que juramos que a nossa amizade seria eterna, selando o juramento com uma gotinha de sangue, extraída do dedo. Acho que tive uma certa queda por ele, no florescer da puberdade, ali por volta dos catorze anos de idade. Mas já não tenho certeza disso, pode ser que a memória esteja a me enganar. Nesse período da vida, as circunstâncias são imprecisas e ambíguas, impossibilitando qualquer certeza sobre os sentimentos que alimentávamos. Só sei que hoje, ao vê-lo de frente, sem anteparos ou espelhos duplos, trocando com ele confidências, sinto-me tomada de uma

ternura desconhecida, ou é o velho sentimento até então camuflado que renasce. Não estou bem certa, mas bem que poderia envolvê-lo na ternura de um abraço. E ao pensar nisso, parece aflorar à mente algum episódio reprimido, quando teríamos trocado um beijo, seguido por um sentimento de vergonha. Será que é a memória me pregando peças? Já não distingo o real do imaginário. Só sei que ele era um menino tímido e educado, com facilidade para a gramática portuguesa e dificuldade com as questões aritméticas.

Poder-se-ia pensar que nada há de interessante no agir e no falar de um jovem pré-adolescente, a não ser constatar a sua imaturidade, seu desconhecimento do mundo e sua fixação pelo espelho. Mas não é bem isso, não. A alma humana tem, desde sempre, suas complexidades e, daí, aptidão para provocar perplexidades, não importa a idade da pessoa. Aliás, o turbilhão que caracteriza os anos da puberdade é o caldo de cultura para a formação de seres humanos de excepcional qualidade, ainda que prevaleça o mediano. Esse garoto era claramente tendente à introspecção. E parecia discreto e inseguro. Daí que se escondia muito, mas um tema despertava sua capacidade de diálogo. O tema da leitura, e especialmente, a leitura das revistas em quadrinhos. Mas já tinha incursões também sobre o tema da literatura, digamos, oficial, no gênero infanto-juvenil.

De fato, ele descobriu ainda cedo o mundo fascinante e fabuloso descortinado pela leitura. Primeiro, as revistinhas em quadrinhos, com seus heróis exemplares, como Tarzan, Roy Rogers, Batman, Mandrake, Super-Homem e Zorro. Riu muito com o Pato Donald, O Pimentinha e Os sobrinhos do Capitão. Gostava tanto que passou a desenhar os seus ídolos,

em cadernos espirais grossos, para a admiração da família e dos coleguinhas. Tinha, porém, uma tendência à introversão, como sói acontecer com aqueles que cultivam solitariamente a literatura. Os predestinados à solidão da escrita literária. Incentivei-o e ele me estimulou a ler livros da literatura brasileira. Por essa época, ingressamos no mundo da literatura infanto-juvenil. Devorávamos os livros de José Mauro de Vasconcelos, Monteiro Lobato, Maria Clara Machado. A fase seguinte, foi a vez dos livros de Érico Veríssimo, Júlio Verne, José de Alencar, Eça de Queiroz e similares. E ele tanto leu, tanto lia, que acabou na poesia! Escrevia e escondia. Uma vez escreveu umas trovas celebrando a nossa amizade. Só eu pude ler, mas sem direito a cópia. Sua maior influência, já ingressando nos quinze anos, foi a lírica de Castro Alves. Antes dessa incursão, lembro-me que, ainda menino, talvez pelo fato de o pai ouvir diariamente os noticiários das emissoras de rádio, então do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente a Rádio Nacional e Rádio Mayrink Veiga, ele aprendeu a expressar-se na oratória dos políticos, e os imitava à perfeição, para a diversão dos adultos que lhe prestavam atenção. Nos folgueiros do grupo de meninos, no silêncio da noite cortado pelo ciciar dos grilos e coaxar intermitente dos sapos, a vozinha do rapazote, discursando como gente grande, fazia sorrir os adultos e as crianças. Estava-se no florescer dos anos de 1960.

O sonho de Brasília ia se concretizando, para a alegria do povo goiano. A Capital da esperança foi inaugurada no ano de 1961, plantando no planalto central uma cidade moderna, marco da arquitetura mundial e promessa de um Brasil integrado e desenvolvimentista. Abria-se uma era de esperança e novas perspectivas. Na verdade, a alegria durou pouco, quatro

anos depois, um movimento militar, com apoio de civis, destituiu o presidente da República, João Goulart, assumindo a direção do poder central e instaurando um governo autoritário, que culminou, cinco anos depois, em uma cruel ditadura. O menino ouvira falar em revolução e acreditava que os líderes desse movimento eram também os empresários da cadeia de lojas denominada “A revolução”, uma das quais com filial em sua cidade de Uruaçu. Espantou-se meses depois com o tamanho do seu equívoco. E só três anos depois tomou consciência das implicações de um regime autoritário. Até então, escrevera muitos versos na linha romântica. Castro Alves, Casimiro de Abreu, Tomás Antônio Gonzaga e Fagundes Varela eram seus poetas preferidos.

Sua revolução interior, entretanto, era o envolvimento amoroso com as garotas da sua idade: Edilma, Ediane e Valma foram as musas de seus amores platônicos (Será que meu nome poderia ser incluído nessa lista, ainda que temporariamente?). A rotina de uma cidadezinha do interior goiano, como aquela, não se alterou muito, malgrado o regime militar sob o qual se vivia. Mas havia notícias de que os lavradores da região de Trombas e Formoso, organizados que estavam em uma associação, eram caçados pela Polícia Política da ditadura. Eu me lembro bem do jovem adolescente. Soube depois que teria frequentado o curso de Letras, e fez também o curso de Direito. Por essa época, distanciamos-nos por vários anos. Por último, contara-me ele que se abeberava da grande literatura universal, familiarizando-se com Dostoievski, Tolstói, Dickens, Emile Zola e Balzac. No Brasil, aproximou-se da escrita de Graciliano, de Drummond, Bandeira, Bernardo Élis e Guimarães Rosa. Crescera a minha admiração (interessada)

por ele. Passaram-se dez anos sem que eu me encontrasse com o adolescente, e depois rapaz, já versado na poesia. Atribuí a boatos as notícias de que fora para um internato religioso, embora eu soubesse de sua frequência quase diária à missa, noutros tempos, para o que se levantava ainda escuro, indo auxiliar o vigário, padre Chaves, nas suas funções de celebrante. Francamente, nunca entrevi nele a chama da vocação sacerdotal. Numa ocasião, por pouco não adentrou a mão atrevida sob minha blusa. Contive-o a tempo, entre lisonjeada e desconcertada. Talvez por isso, durante algum tempo nos alfineávamos mutuamente. Depois ele se foi, e eu também.

Logo à frente, fui fazer o preparatório e o curso de Arquitetura, na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília. Fui vê-lo já na sua maturidade, passando a barreira dos trinta anos, retornando de um périplo pelo exterior. Publicara três livros, dois de ensaio histórico e um de poesia, sem que a crítica especializada deles tomasse conhecimento. Talvez com razão. A abordagem era rasa. A poesia esperava mais daquele acervo literário. Quando o reencontrei soube que estivera efetivamente por três anos em um seminário e fizera um curso de Direito, com mestrado em Direito Agrário, passando a preconizar a necessidade de uma revolução no campo, desapropriando-se os latifúndios improdutivos, com distribuição de terras para os rurícolas despossuídos de tudo, sequiosos por ter um chão para plantar e criar. Não como militante político, mas como intelectual. Ele próprio explicou-me que sua ida para o seminário, ainda adolescente, resultou de uma interpretação equivocada de suas habilidades.

Durante certo período de sua vida, levantava-se cedo para contemplar a aurora boreal, e em seguida adentrava a igreja,

para ouvir as leituras em latim, idioma de muita musicalidade, usado pelos poetas de Roma, Virgílio e Ovídio. A musicalidade desse velho idioma, carregada de forte simbolismo, provocava-lhe um sentimento indefinível de compartilhar os segredos de um mundo etéreo, inalcançável ao comum dos viventes. Nessa prática, adquiriu grande habilidade de desenhar os paramentos religiosos, o cálice e a hóstia no ostensório, a face macerada de Cristo, toda ensanguentada. Diante dessas figuras, os adultos e um pouco ele próprio entenderam que o sacerdócio era a sua vocação, internando-o, então, por três anos em um seminário. A experiência dos padres mostrou-lhes que ali, naquele rapazinho, podia viver um desenhista, quiçá um artista, um escritor, porventura, mas não um sacerdote e menos ainda um místico.

Liberaram-no para seguir a sua destinação mundana, não sem que, antes, ele houvesse se aproximado da literatura camoniana e lido, com devoção, a Divina Comédia, de Dante Alighieri, o maior poema do período medieval. Eu o perdi de vista, lamentando que ele não houvesse se dedicado ao trabalho literário. Tornara-se um jurista, segundo notícias que esparsamente se divulgavam na imprensa. Reencontramo-nos durante um evento, na década de 1990, no preclaro e estimado Ginásio Nossa Senhora Aparecida, de Uruaçu, quando eu soube que ele integrava a Academia Goiana de Letras e a União dos Escritores do Brasil, seção de Goiás. Além do mais, era o presidente da Comissão de Cultura. Leu-me um poema de cujos dois últimos versos ainda me recordo: “Não me curvo ao fado que já está traçado: à beira do abismo da tristeza, eu me contemplo, rindo”. Um outro poema dizia: “Verte sangue o verso

esquivo e incompleto, e nesse deserto brota água inda mais pura”.

Concluí, então, que a árvore cultivada na infância e na juventude frutificara com exuberância, e que não se perdera um espírito sensível, voltado para as artes e para a cultura humanística. Entrevi palpitações nele a sede e a fome do infinito, próprias dos poetas, no dizer de Florbela Espanca. Gerações se sucederam sob a batuta dos mestres. Os caminhos abertos, nem todos os trilharam. Mas eu fizera jus à minha aposentadoria, após três décadas de trabalho como arquiteta, diplomada pela UnB de Brasília. Aposentada, fui viver na cidade de Ribeirão Preto (SP), com meu atual namorado, um engenheiro. E gratificava-me saber que tivera o privilégio de laborar na cristalização de uma personalidade poética. Durante um tempo, seguimos de mãos dadas pelos caminhos encantatórios da poesia. Foi a sua crisálida. No nosso reencontro, deparei-me com um poeta. Um poeta, cujo recolhimento sutil era rompido pelos reclamos da poesia. O homem da lei não conseguira sufocar a vocação do poeta. A qualquer descuido, a poesia insistia em aflorar!

18.

Meu primeiro crime

Sempre tive em alta conta o sr. Stenio padeiro. Parece-me que nos anos da nossa infância, era sempre ele quem fabricava os pães que a cidade consumia. Não havia nenhum outro fornecedor. Lembro-me bem que a sua padaria ficava na Avenida Tocantins, na altura da Praça Gonçalves Dias, instalada numa casa simples, no fundo do lote. Era uma espécie de galpão, com prateleiras em que se armazenavam sacos de farinha de trigo, açúcar e sal, um forno na parte dos fundos e uma grande mesa de tampo metálico, onde se depositavam os pães assados recém-retirados do forno. O pão era o principal ingrediente do café da manhã em nossa casa, e na casa de todo mundo. Nada supria sua falta. Mamãe era expert em biscoitos, bolos, roscas e petas. Mesmo com tudo isso, não se abria mão do pão francês, de preferência quentinho, com manteiga de leite.

O pão era o rei da mesa. Da mesma forma que o café preto, sem o qual o chá, o suco, o leite, a vitamina e até a garapa, perdiam o sentido ou não tinham o sentido completo. Não é impróprio dizer que o pão e o café começavam o dia. Assim, a primeira providência da manhã era buscar o pão, que já se achava na janela da casa, pois o costume era a padaria entregar a iguaria a domicílio. E isso era adorável! Ao levantarmos já nos deparávamos com o pão ainda quentinho, guardado num saco de papel, no parapeito da janela. Era mesmo o pão nosso de cada dia. Mamãe o fatiava, para que rendesse mais e todos fossem contemplados, já que as bocas eram muitas e os pães

nem tanto. Então, o dia começava bem ou mal de acordo com a qualidade do pão. O que se vinculava à qualidade do padeiro. E padeiro bom era o seu Stenio, afirmava sempre papai: “O pão que ele fabrica é o melhor da nossa região. Até em Goiânia é difícil achar um pão francês tão bom assim!”.

Nós acreditávamos piamente, pois papai residira por mais de oito anos na nova capital. Sabia muito bem do que falava. Mas eu fiquei muito surpreso quando ele me explicou que o pão francês, de francês não tinha nada. Era pão brasileiro mesmo. Coisa nossa. Muito me intrigava continuarem a chamar de pão francês um pão sabidamente brasileiro. Eu tinha uma inconfessada admiração pelo Sr. Stenio, excelente padeiro, que propiciava essa delícia diuturnamente. Ele era um homem sério, de pele vermelha, rosto arredondado, olhos castanhos, sobrelhas espessas, baixo, atarracado, e muito educado e formal com as pessoas. Parece-me que era pernambucano ou paraibano. Eu sempre tive uma propensão a mitificar os fatos e as pessoas. O Sr. Stenio, para mim, cumpria uma missão sagrada, distribuir o pão para todas as famílias. Esse pão que podia, como pode, ser convertido no corpo de Deus, esse mesmo pão que fora distribuído aos discípulos de Cristo, na Santa Ceia.

Como o Messias distribuía o pão à multidão, seu Stenio percorria a cidade em sua bicicleta, distribuindo o pão às famílias, muitas das quais dormitavam, enquanto ele depositava nas janelas o pão da manhã. Mais tarde, ele comprou um veículo Kombi, da Volkswagen, que facilitou muito a sua tarefa de fornecedor de pães. A presença da Kombi da padaria, a entregar o pão, passou a funcionar como relógio despertador. Quando não

era o canto do galo, era o ruído suave do automóvel que nos despertava e nos fazia pular da cama.

Frequentemente, ao madrugar, sem opção de lazer, eu me dirigia à igreja, a luz dos primeiros clarões do Sol, para assistir à missa matinal. Ao regressar, já recolhia o saboroso pão deixado sobre o parapeito da janela. A vida era calma e plácida. O padeiro era o nosso herói. A sua missão de fabricar e distribuir o pão tinha alguma afinidade com as pregações dos antigos profetas. O próprio Jesus afirmou: “Eu sou o pão da vida; quem vier até mim, nunca mais terá fome”. O pão sempre foi um alimento sagrado para os profetas e para o próprio Messias que, na transubstanciação, fazia do pão o seu corpo, para alimentar a humanidade, em sua marcha trôpega e cega, neste vale de lágrimas. No final, o pão era tudo.

Na nossa rua, na Avenida Araguaia, todos eram católicos. E todos recebiam o pão na sua janela, menos D. Laurita, mãe de quatro filhos, inclusive Rosinha (uma garota magrinha e alegre), os quais criava sozinha. Eu acreditava que ela não tinha os pães porque o parapeito de sua janela era estreito. Hoje percebo que, como vivia de passar roupas, ela não assumia esse compromisso mensal, preferindo variar com quitandas de preço menos oneroso. O pão diário, na verdade, nunca foi para todos, mas a criança que fui não tinha essa percepção. Então, como eu dizia, o pão francês era elemento integrante de nossa vida diária. E, por consequência, o padeiro, protagonista de nossas manhãs.

Foi então numa manhã de maio de 1961, que ocorreu o “evento”: o primeiro crime que atravessou a minha história pessoal. Minha experiência com a morte não passava da leitura dos gibis ou de eventuais filmes de faroeste, em que somente

os indígenas, seres cruéis, morriam, baleados pelos brancos. Eu estava em casa, naquela manhã, quando uma vizinha, D. Berenice, uma bela e elegante mulher, loira, casada com um engenheiro indiano, o Dr. Frank, mandou me chamar, pedindo que comprasse, no bar, um maço de cigarro Hollywood. Atendíamos prontamente os seus pedidos, pois, além do trato gentil, ela nos gratificava com o troco da compra, em torno de 0,50 centavos. Eu havia acabado de entrar no bar do Zé, o mais tradicional da cidade, pedido a carteira de cigarros, quando entrou um sujeito espavorido, meio pálido, contando que acabara de ver um homem sendo morto, a tiros, no bar do Baú, quatro casas abaixo.

Ele disse que o matador foi o seu Stenio, da padaria, que disparou três tiros no peito de Expedito, vulgo Dito, um chacreiro, dono de um caminhãozinho $3/4$, conhecido de todo mundo. A comoção foi grande por parte das cinco ou seis pessoas que se achavam ali no bar. Todos correram à porta. Eu, que já me achava com o maço de cigarro, senti o grande perigo do momento: o Expedito poderia tentar reagir e até mesmo correr ao encalço do seu Stenio, revidando os balaços. Poderiam adentrar o bar do Zé e, no entrevero, baleiar quem lá estivesse. Saí correndo, apavorado, em direção à minha casa, parando rapidamente na casa de D. Berenice, só para entregar-lhe o maço de cigarros.

Abrigado em casa, permaneci, por precaução, por três horas, dentro do quarto, sem dar a cara na porta da rua. Nem os gibis preferidos eu conseguia ler, tal a tensão e a expectativa diante da tragédia. Todos ficamos estupefatos com a ocorrência. O padeiro nunca transparecera ser um homem violento ou perigoso. Papai até dizia que ele era tão bom quanto os pães

que vendia. Parece que a morte teve a ver com questão de empréstimo de dinheiro. O Dito dissera na cara do Stenio que não iria pagar o empréstimo que obtivera dele, pois estava cobrando juros exorbitantes. O Sr. Stenio insistiu que fora aquela a taxa combinada. Na discussão, classificado de explorador, sacou incontinentemente o revólver e desferiu, à queima roupa, três balaços no peito do desafeto. Foi aí que correu longe a notícia de que, em Uruaçu, um agiota matara a tiros um devedor seu. Depois disso, ao longo da vida, nunca mais me senti totalmente confortável no ambiente de um bar. Por força dessa triste ocorrência, ficamos sabendo que, além de assassino, o padeiro era também um agiota. E para o mal dos pecados, a cidade ficou por sessenta manhãs sem o pão nosso de cada dia.

Depois, uma nova padaria passou a funcionar, sem a qualidade, porém, da firma do Stenio, que deu às de Vila Diogo, sumindo no mundo. Mais tarde, exercendo a judicatura, acompanhei casos escabrosos, de crimes hediondos, resultantes do instinto selvagem remanescente no homem. Um dos que mais me chocaram foi o do rapaz que, viciado em crack, em feroz desavença com a mãe, pela herança do falecido genitor, consistente na casa de morada, estrangulou a pobre mulher e, de cima da ponte, jogou o corpo nas pedras que margeiam o Ribeirão Meia Ponte. Essa foi só uma das inúmeras provas de que uma fera dormita na alma de todo ser humano.



Ítalo Campos

Psicólogo especialista em psicologia clínica. Psicanalista. Analista membro da escola lacaniana de psicanálise de Vitória-ES. Natural de Uruaçu-GO, estudou o primário e o ginásio na cidade natal. Estudou depois em Goiânia e na UFMG em Belo Horizonte-MG. Reside em Vitória-ES desde 1976. Professor da cadeira de “personalidade” na faculdade FUMEC em Belo Horizonte, 1974. Professor assistente da universidade federal do espírito santo no ano de 1989 e 1990. Coordenou o centro de psiquiatria comunitária (CPC) para tratamento de psicóticos, em anexo do Adauto Botelho, 1978 a 1980. Coordenador Estadual de Saúde Mental do ES 1983 a 1989. Coordenador Municipal de Saúde Mental de Vitória-ES, 1989 a 1992. Criou e dirigiu o centro de prevenção e tratamento de toxicômanos (CPTT) em Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória. 1992 a 1994 Dirigiu o centro de referência em DST/AIDS, da prefeitura de Vitória-ES, 2000 a 2005.

Foi psicanalista do TOXCEN, em Vitória, responsável pelo atendimento psicológico de pessoas que tentaram suicídio, 2009 a 2013. Foi assessor de gabinete de secretários e subsecretários estadual de saúde em diferentes ocasiões. Recebeu o título de cidadão espírito-santense concedido pela assembleia legislativa do estado e de cidadão vitoriense concedido pela Câmara de vereadores de Vitoria-ES. Recebeu a Comenda Rubem Braga da Assembleia Legislativa do ES.

Membro das academias espírito-santense e uruaçuense de letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo.

Criador do “varal de poesia” evento cultural que se realizou por mais de dez anos no espaço cultural “vagão” em Manguinhos (Serra-ES). Participou do grupo “o quinze” que se reuniu, por alguns anos, em diferentes espaços, para a apresentação de poemas, em Vitória-ES.

Participa da vida cultural do estado. Colabora regularmente na imprensa com artigos e resenhas, em especial colabora com o caderno de cultura ‘pensar’ de um jornal local.

Participou de coletâneas: interiores; identidade capixaba; escritos de vitória; e outros. Organizou e participou dos livros: *Drogas em debate* (1991); *DST/AIDS: uma experiência capixaba* (2003) e *Vidas Interrompidas* (2009); *Por Que Escrevo* (2019); *Era assim nos tempos da Fafich* (2019).

Publicou os livros, de literatura infanto-juvenil e poemas: *Interiores* (1995); *O Sadio e o Mentecapto* (1998); *Sabor da Letra* (1999); *Anil Bucólica{s}* (2006); *Embaralhando Palavras* (2011) e *Elegia* (2012); *O Castelo Encantado do Vovô* (2015); *Confetes* (2019); livro, ainda sem título a ser publicado em braile e em português.



Itaney F. Campos

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, é natural de Uruaçu Goiás, cidade onde realizou os estudos de nível primário. Fez o curso secundário nos Seminários Santa Cruz, de Goiânia, e Nossa Senhora de Fátima, em Brasília, graduando-se em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especializou-se em Direito Processual Civil e História Cultural, pela Universidade Federal de Goiás. Obteve o título de mestre em Direito, no ramo de Direito Agrário, pela citada UFGO. Ministrou aulas nos cursos de Direito da UFGO e da Universidade Anhanguera, na capital do Estado.

Preside a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça e a Comissão de cultura e memória do mesmo Tribunal.

Foi agraciado com o título de cidadania pelas Câmaras Municipais de Formoso, Mara Rosa, Santa Helena de Goiás e Cidade de Goiás. Foi contemplado com o grau de Grã Cruz

pelo Conselho da Ordem do Mérito Tiradentes, da Polícia Militar do Estado de Goiás. Recebeu a medalha do mérito Anhanguera, conferida pelo Governo do Estado de Goiás.

É membro da Academia Goiana de Letras, ocupando a Cadeira n° 37; do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, da União Brasileira de Escritores – Seção de Goiás, e do Instituto Cultural Bernardo Elis.

Participou de várias antologias de poemas. Publicou os livros *Antonio Theodoro da Silva Neiva, um esboço biográfico*; *Notícias históricas de Campinas*; *Inventário do Abstrato*; e *Sobrepartilha da tarde*.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14x21 cm

Fonte: Plantin

Número de Páginas: 224

Suporte do livro: Impresso

Impressão:PSI7

Todos os direitos reservados ao autor.

AD ARTE E DESIGN

Rua 2 nº 223 Qd. C Lt. 14 – Setor Marechal Rondon

(62) 99615-0850 | (62) 3211-3458

E-mail: ad.artefinal@gmail.com

2021

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

dável do que um ovo podre; um ferreiro especialista em revólveres, que naturalmente foram parar em mãos erradas; e um tio muito severo, que um dia foi-se embora, sem o ser para nunca mais.

A então poeirenta via da infância não foi apenas o cenário das brincadeiras, paixões e contrariedades de crianças e adolescentes, vivendo em uma época sem sociedade de consumo – e sem chuveiro e ferro elétricos, sem fogão a gás, sem pacote de café moído ou feijão catado e várias outras utilidades e futilidades que tornariam a vida das mulheres (ou de ao menos uma parte delas) um pouco menos dura. Ali se assistiu ao assassinato de um vizinho, à visita de um grupo de posseiros da conflagríssima região de Formoso de Trombas e até, quem diria, à fuga de um leão, que preferiu comer um cavalo ao dono dele, benza a Deus!

Mas se a navegação não é sempre tranquila, se as narrativas suscitam sentimentos ambíguos e se o passado se revela menos dourado do que os mitos querem nos fazer crer, não é exatamente por isso que a viagem vale a pena? Conduzidos pelas mãos hábeis dos dois irmãos, leitores e leitoras chegarão ao final do passeio confirmando, mais uma vez, o poeta:

*as coisas findas,
muito mais que lindas,
estas ficarão*

RAQUEL CAMPOS
Doutora, professora na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

As memórias de nossos irmãos Campos

Os irmãos de obra e de sangue, Ítalo e Itaney, nossos irmãos Campos, reuniram-se (pois unidos já são, desde antes de se entenderem por gente) para a construção de uma obra sutil e refinada.

Um, operador do Direito, e o outro, da Mente, uniram seus talentos na transcrição de reminiscências, em grande parte, comuns ou complementares, na feita desta obra.

Memórias, um gênero literário que ganha particular importância, hoje, pois nosso cérebro, diante de fatos tão acelerados e volumosos, precisa esvaziar-se, continuamente, para dar conta de absorver os novos eventos que chegam em catadupas.

Desde as décadas retratadas pelas reminiscências, o mundo deu algumas piruetas e, ao mencionarem coisas nem tão distantes, parece que os autores falam de milênios. Itaney Campos e Ítalo Campos buscam as memórias mais secretas, que aparentam pessoais, mas, na verdade, são memórias de uma família, de uma cidade, de um povo, de um tempo. Diria mais: memórias de outra era. A era analógica, para nossos filhos e netos, um período, talvez, entre o cambriano e o carbonífero!

Av. Araguaia, Rua/Rio de memória deu-me água na boca, logo de início, o que não me surpreendeu, pois já conheço outras obras de ambos. Portanto, leitor, posso asseverar-lhes: é um trabalho de fôlego e de fina tessitura, sem perder o senso de humor, resgate do clima singular, que já vai se apagando, para que possa ser visto em sua inteireza, hoje e no decorrer do tempo.

EDIVAL LOURENÇO

Ocupante da cadeira 22 da Academia Goiana de letras, autor do romance *Naqueles morros*, depois da chuva, prêmio Jabuti (2º lugar) de 2012.

